

O I Seminário Internacional de Socioeconomia Solidária do Ceará significou o fortalecimento de parcerias com oito organizações locais para o processo de organização do evento; a ampla articulação com organizações nacionais e internacionais e, principalmente, a construção coletiva de conhecimentos entre os representantes dos grupos da socioeconomia solidária, das organizações de apoio, das universidades, das redes e tantas outras expressões desse movimento.

Esta publicação recupera as contribuições de palestrantes, conferencistas das plenárias e participantes das mandalas, elaboradas durante o evento ou depois dele, como forma de enriquecer o debate e as reflexões a respeito da Socioeconomia Solidária.

Ao ler este material, poderemos refletir sobre o lugar da economia na vida humana como destaca o Professor Manfredo Oliveira, o que amplia o olhar de quem lê para a análise das políticas públicas de Economia Solidária no Brasil, os aspectos históricos, o papel do estado, as concepções, as diretrizes, e tantos outros diálogos propostos por Daniel Rech e Ângela Schwengber. O impacto da implementação das políticas públicas e em especial do crédito viabilizado pelas cooperativas de economia solidária foi discutido por Wanderley Ziger, presidente da Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária.

As experiências internacionais foram descritas por Enrique Del Rio, da Espanha, Giovanni Acquati, da Itália e Margarita Cisneros Tzoni, do México. Diferentes realidades e olhares sobre como a organização social pode ampliar as alternativas de acesso ao trabalho e à renda. É importante dizer que durante o Seminário, participações de representantes de outros países trouxeram contribuições ao debate sobre a Socioeconomia Solidária. As realidades da Venezuela, Guatemala, Canadá também foram visitadas através do relato de experiências e diálogo com cada um e cada uma que interagiu nessa construção de novos conhecimentos.

Apresentamos, nessa publicação, um pouco da história dos movimentos de Socioeconomia Solidária do Ceará e do Brasil. Isso foi possível com a sistematização de Hans-Jürgen Fiege - o João Alemão, que foi um dos primeiros animadores da Rede Cearense de

Socioeconomia Solidária: um outro olhar e um novo fazer

**Diálogos do
I Seminário Internacional de Socioeconomia Solidária**

CENTRO DE INFORMAÇÃO
CETRA



**Socioeconomia Solidária:
um outro olhar e um novo fazer**

**Diálogos do
I Seminário Internacional de Socioeconomia Solidária**

Cetra
Fortaleza - 2007

Projeto Gráfico
Dirceu Ximenes

Capa e Ilustrações
Carfil

Seminário Internacional de Socioeconomia Solidária (I. : 2005 : Ceará).
Socioeconomia Solidária: um outro olhar e um novo fazer.
Diálogos do I Seminário Internacional de Socioeconomia Solidária do Ceará,
8 a 12 de novembro de 2005
organizadoras,

Margarida Maria de Souza Pinheiro,
Maria Valdênia Santos de Souza.

Fortaleza - Ceará
2007.
193 p.

1. Socioeconomia Solidária. 2. Políticas públicas de Socioeconomia Solidária.
3. Finanças Solidárias. 4. Desenvolvimento Local. 5. Gênero e Socioeconomia Solidária.
6. Movimentos Sociais de Socioeconomia Solidária – Ceará e Brasil. 7. Agroecologia e
Socioeconomia Solidária. 8. Cooperativismo e Agricultura Familiar. 9. Comércio Justo.
9. Desenvolvimento Sustentável no Semi-Árido. I. Título.

Impresso no Brasil – Printed in Brazil
Impresso em papel reciclado

CETRA

Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador
Telefone (85) 3247-1660
Correio Eletrônico: cetra1981@cetra.org.br

Agradecimentos

A realização do I Seminário Internacional de Socioeconomia Solidária do Ceará tornou-se possível a partir da decisão tomada pelo CETRA e pelo Instituto Florestan Fernandes de enfrentar o desafio de articular pessoas e instituições para colaborar nas reflexões e garantir recursos para o acontecimento.

Portanto, em nome do CETRA e do IFF, agradecemos a todas as pessoas e instituições que de alguma maneira se envolveram com o evento, colaborando na sua organização, financiando, ou apoiando na logística. São elas:

- Associação Cristã de Base - ACB – Crato
- Banco do Nordeste
- Banco Palmas
- Central Única dos Trabalhadores - CUT/CE
- Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa - CDVHS
- Centro de Estudos e Assessoria ao Trabalhador - CEAT – Sobral
- CIDA Agência Canadense de Cooperação Internacional
- Cooperativa de Crédito Rural de Itapipoca - COOCREDI
- CORDAID - Holanda
- DED – Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social
- Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura no Estado de Ceará - FETRAECE;
- Fundação de Cultura, Esporte e Turismo - FUNCET
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

- Instituto Terrazul
- Ministério do Desenvolvimento Agrário - Secretaria de Desenvolvimento Territorial
- Ministério do Trabalho e Emprego - SENAES - Delegacia Regional do Trabalho
- Obra Kolping Brasil
- Prefeitura Municipal de Fortaleza – Secretaria de Desenvolvimento Econômico
- Rede Cearense de Socioeconomia Solidária
- Universidade Federal do Ceará - UFC
- Às equipes do CETRA e do Instituto Florestan Fernandes, pela dedicação
- A cada um e cada uma que dedicaram seu tempo participando de mesas de debate ou mandalas, fazendo-se assíduos (as) nos grupos, nas conversas de corredor, nos momentos culturais ou nas sessões
- Às agricultoras e aos agricultores familiares, aos representantes dos grupos solidários, por fazer em forte esse movimento, fazendo ocorrer essa nova economia, e ter construído tão belamente esse Seminário.

Muito obrigado e vamos adiante, pois a luta é constante!

Sumário

Apresentação	9
A Socioeconomia Solidária e as Práticas de Vida Humana: diálogo em construção.	11
Manfredo Araújo de Oliveira	
Políticas Públicas de Socioeconomia Solidária no Brasil	37
Daniel Rech	
Diretrizes para uma Política Pública de Economia Solidária no Brasil: a Contribuição da Rede de Gestores	49
Ângela Schwengber	
O impacto do crédito viabilizado pelas cooperativas de economia solidária	59
Vanderley Ziger	
Finanças Solidárias e Desenvolvimento Local	65
Giovanni Acquati	
Alguns Traços da Economia Solidária na Espanha	73
Enrique del Río	
Gênero e Economia Solidária – debate necessário	93
Margarita Cisneros Tzoni	
Socioeconomia Solidária no Ceará Compartilhando Avanços e Desafios - Uma Reflexão Depois de 10 Meses -	115
Hans-Jürgen Fiege (João Alemão)	

Fórum Brasileiro de Economia Solidária: três anos de construção de uma outra Economia	123
Ademar Bertucci	
Fundo Rotativo Solidário: Instrumento de Promoção da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Sustentável no Semi-árido	137
José Waldir de Sousa	
Agricultoras fazem Economia Solidária e garantem uma alimentação segura e de qualidade	147
José Aldo dos Santos	
Comércio justo: entre a solidariedade e a utopia	159
Rosemary Gomes	
Cooperativismo, Agricultura Familiar e Desenvolvimento	179
Neyde Nery	
Carta de Fortaleza	189

Apresentação

Esta publicação resulta das reflexões que tiveram lugar durante o I Seminário Internacional de Socioeconomia Solidária do Ceará, realizado por iniciativa do CETRA e do Instituto Florestan Fernandes, no período de 08 a 11 de novembro de 2005, na cidade de Fortaleza- Ceará, Brasil.

Foi um evento que teve ampla repercussão e favoreceu expressiva representatividade superior às nossas expectativas, pois reuniu cerca de 350 pessoas, de empreendimentos solidários, de organizações sociais que atuam com essa linha temática no Ceará e em outros estados brasileiros, de representações de fóruns e redes nacionais e de importantes colaboradores e colaboradoras do Brasil e de seis outros países, como Chantal Aznavourien, do Canadá, Enrique del Rio, da Espanha, Giovanni Acquatti e Silvano Possagnolo, da Itália, Claudia Ruiz, da Guatemala, Margarida Cisneros, do México e Julio, da Venezuela, Ademar Bertucci (FBES) João Alemão (RCSES), Rosemary Gomes (FBES), Cláudio Nascimento (SENAES), Humberto Oliveira (MDA/SDT), dentre outros, que contribuíram com suas reflexões em conferências, mesas e mandalas durante os dias do Seminário. O último dia foi reservado para intercâmbios de experiências de economia solidária de produção, comercialização e cooperativismo de crédito, que se realizaram em comunidades da periferia de Fortaleza e no Município de Itapipoca, situado ao norte do Estado do Ceará.

O ISISES significou um espaço de construção de conhecimentos, troca de saberes e experiências entre participantes, empreendedores, estudiosos e apoiadores do movimento da economia solidária. Foi igualmente espaço de comercialização, saberes e sabores,

danças, poesias e canções de um Brasil multicultural, multirracial cujo povo é trabalhador, guerreiro e sobretudo alegre, apesar das adversidades que enfrenta em seu cotidiano.

Este documento é constituído de várias contribuições, como as de Daniel Rech, Ângela Schwengber, Wanderley Ziger, Enrique del Rio, Giovanni Acquati, Margarita Cisneros Tzoni, Hans-Jürgen Fiege – o João Alemão – Ademar Bertucci, José Aldo dos Santos, Neyde Nery, Rosemary Gomes e José Waldir de Sousa. Os textos são contribuições em palestras, conferências, mesas redondas, nas mandalas e outras contribuições efetivadas depois do evento, como forma de enriquecer o debate e as reflexões a respeito dessa temática. Além disso, estão na íntegra o texto da Conferência de abertura do evento, do Professor Doutor Manfredo Oliveira, que aborda o tema - *A Socioeconomia e as Práticas de Vida Humana – Um Diálogo em Construção* – e a *Carta de Fortaleza*, escrita coletivamente durante o evento e aprovada no final pelos participantes.

Trata-se, portanto, de uma coletânea de vários textos, de pessoas diferentes de nacionalidades diversas, que expressam opiniões em relação ao movimento da economia solidária, sua organização e fortalecimento no contexto do Brasil e do Mundo. Acreditamos que será importante ferramenta para quem lida com essa temática, motivo por que desejamos que todos, leitores e leitoras, encontrem aqui sinais de esperança, otimismo e confiança em seus processos organizativos, acreditando que outra economia está em construção e que é possível.

Margarida Pinheiro – CETRA
Eudes Xavier – Instituto Florestan Fernandes



A Socioeconomia Solidária e as Práticas de Vida Humana: diálogo em construção.

Manfredo Araújo de Oliveira
Professor Doutor da UFC

efetivam sua vida e isto fornece o horizonte para uma primeira articulação de uma hierarquia de bens: as necessidades básicas têm prioridade em relação a qualquer outro tipo de necessidade. Trata-se aqui da gênese do sujeito enquanto sujeito livre: a satisfação das necessidades deve ocorrer como um momento neste processo e deve ser compreendida como ato de liberdade através de que, pelo trabalho, o ser humano transforma a natureza imprimindo seus fins às coisas e delas se apropriando para a satisfação de suas necessidades. Nesta perspectiva, o trabalho emerge como momento no processo de gestação do ser humano como ser livre e se abre o espaço para a compreensão do sentido da atividade econômica na vida humana: estar a serviço da satisfação das necessidades materiais básicas e, enquanto tal, ela é mediação da gestação do ser livre. Assim a ação econômica, enquanto situada na esfera das ações do sujeito livre, tem uma dimensão ética própria irredutível à eficiência técnica por maior que seja a importância da técnica na vida humana, pois compete à dimensão ética valorar a própria atividade técnica.

1) A globalização na Lógica da Competição.

1.1 A nova configuração do capitalismo enquanto sistema de mercado

Para compreender a forma como o ser humano está realizando esta tarefa hoje, é importante levar em consideração a distinção de Braudel¹ entre economia de mercado e sistema de mercado. A vida material é um sistema de relações concretizadas na produção e na troca. A partir desta realidade básica da vida humana, é possível distinguir entre economia de mercado e economia capitalista (sistema de mercado). À economia de mercado pertencem as tro-

1 Cf. Braudel F., *Civilização material, economia e Capitalismo*. Os jogos das trocas, São Paulo: Martins Fontes, 1996.

cas cotidianas, os circuitos locais, trocas transparentes que reúnem produtores e consumidores. O mercado é, portanto, o lugar onde ocorrem trocas econômicas, desde que grupos humanos conseguiram muito mais bens do que o necessário e começaram a trocar por outros produtos com grupos vizinhos. O que caracteriza as sociedades tradicionais, pré-capitalistas, é que aí o mercado ocupa um lugar secundário na economia; não constitui a instância básica de integração social, uma vez que a produção está voltada para a satisfação das necessidades das comunidades e somente o excedente é destinado ao mercado. Portanto, mercado e capitalismo não são sinônimos. Na economia capitalista, vigora, então, o "sistema de mercado"; ou seja, os produtores não produzem mais para o seu consumo, mas para trocar no mercado e assim o mercado se faz o cerne da economia, o elo de ligação entre as diferentes atividades, a instância constituinte da sociabilidade, portanto produtora da integração social, a base que transforma todas as relações sociais em relações mercantis.

A economia capitalista, enquanto sistema de mercado, conheceu várias formas em sua difusão e desenvolvimento através da história². A maneira mais recente, que começou a ser implantada a partir dos anos trinta do século passado e que vigorou, sobretudo nos países ricos, até a década de setenta, é o *capitalismo estatal* em que a economia continua nas mãos privadas, mas o Estado exerce papel fundamental na redistribuição do produto social, sobretudo, através da arrecadação de impostos e de suas intervenções nas condições de contorno do sistema com a finalidade de promover a valorização do capital e melhorar as condições de vida da classe trabalhadora. Outra forma, que hoje volta a ser hegemônica em configuração globalizada, é o *capitalismo liberal* em que os atores privados predominam

2 Cf. Polany K., *A grande transformação: as origens de nossa época*, Rio de Janeiro: Campus, 1980.

3 Cf. Arruda M., *Globalização e Desenvolvimento Comunitário Autogestionário*, in: Arruda M./ Boff L., *Globalização: Desafios socioeconômicos, éticos e educativos*, seg. ed., Petrópolis: Vozes, 2001, pg. 163.

na condução de todos os processos econômicos e o Estado se faz mero agente subsidiário dos interesses privados e excludentes do grande capital.

A globalização⁴ constitui, assim, a configuração recente da sociedade moderna, ou seja, daquele tipo de sociedade em que, segundo Habermas⁵, as ações dos atores sociais são cada vez mais coordenadas pelos mecanismos do dinheiro e do poder, de tal modo que o sistema econômico e o sistema burocrático substituem a religião como princípio organizador da vida social. Por esta razão, para entendê-la, é preciso ter no horizonte as dimensões estruturais do novo momento do capitalismo, seu modo de funcionamento, suas instituições, como também as novas formas de pensar e de inserir-se na vida quotidiana, que são funcionais ao modo de configuração do capitalismo no momento presente. Enquanto forma nova de acumulação e regulação do capital, a globalização⁶ é resultante da interação de dois movimentos básicos: a) no plano doméstico, da progressiva liberalização econômica com relação aos mecanismos de intervenção estatal que marcaram o capitalismo, sobretudo, depois da Segunda Guerra Mundial; b) no plano internacional, da crescente mobilidade de capitais que circulam, favorecendo fusões e compras de grandes empresas, na busca de lucros e de oportunidade e controle de mercados no mundo. Muitas empresas, sobretudo dos USA, transferiram atividades para os países em desenvolvimento na busca do aumento de competitividade e da margem de lucro, através

4 Cf. Chesnais F., *A Mundialização do Capital*, São Paulo: Xamã, 1996. Goggiola O. (org.), *Globalização e socialismo*, São Paulo: Xamã, 1997. Hirst P./Thompson G., *Globalização em questão. A economia internacional e as possibilidades de governabilidade*, Petrópolis: Vozes, 1998. Beck U. (org.), *Politik und Globalisierung*, Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1998. Barroso J. R. (org.), *Globalização e identidade nacional*, São Paulo: Atlas, 1999. Giddens A., *Mundo em descontrolado - o que a globalização está fazendo de nós*, Rio de Janeiro: Record, 2000. Furtado C., *O capitalismo Global*, qua. Ed., Rio de Janeiro: 2000. Fernet-Betancourt R. (org.), *Kapitalistische Globalisierung und Befreiung. Religiöse Erfahrungen und Option für das Leben*, Frankfurt am Main: IKO - Verl. für Interkulturelle Kommunikation, 2000.

5 Cf.: Habermas J., *Theorie des kommunikativen Handelns*, vol. II, Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1981, pg. 548 e ss.

6 Para Höffe se trata aqui da palavra-chave da filosofia política contemporânea. Cf. Höffe O., *Demokratie im Zeitalter der Globalisierung*, München: Beck, 1999, pg. 13.

da diminuição dos custos do trabalho. Trata-se de um "liberalismo transnacional", que provocou a liberalização do mercado mundial, acelerou a interconexão da vida econômica e a mobilidade do capital que criou para si um espaço de ação cada vez mais independente do espaço dos Estados nacionais.

Esta globalização competitiva é resultado de opções políticas específicas, que expressam os interesses corporativos das empresas transnacionais, marcadas por inúmeros pressupostos radicados numa determinada teoria econômica, o neoliberalismo⁷, que faz precisamente desta hegemonia sistêmica, imanente à própria dinâmica das sociedades modernas, a categoria central de sua leitura da realidade econômica atual. Sua afirmação básica é que o mercado se revela como o mecanismo único e exclusivo para enfrentar os problemas específicos de uma economia complexa, como a moderna, e precisamente enquanto um mecanismo inconsciente, que realiza eficientemente o que o ser humano não tem condições de realizar através de sua ação consciente. Condição de possibilidade da felicidade humana e de sua realização como ser livre é sua humilde submissão a este mecanismo inconsciente através de uma inserção cada vez maior nas instituições mercantis.

Este processo foi enormemente facilitado pela nova revolução tecnológica, que fez da ciência e da técnica a base do novo paradigma de produção industrial; isto é, a produção depende cada vez mais de conhecimento em vez de trabalho manual, o que em princípio abre espaço para uma utilização maior da capacidade criativa dos trabalhadores e para uma redução do dispêndio de tempo e de energia. Esta revolução pôs no centro dos processos produtivos a computação microeletrônica e as tecnologias da comunicação, o que provocou uma integração do conhecimento e do trabalho em todos os níveis da produção e a concentração quase completa da pesquisa e do desen-

7 Cf. Oliveira M.A de, *Neoliberalismo e ética*, in: *Ética e economia*, São Paulo, 1995, pg.59 e ss.

volvimento tecnológico nos países ricos, exportando para os países pobres empresas, produtos e técnicas geradas no contexto destes países altamente industrializados, gestando nos países pobres, inclusive através de propaganda maciça, um processo de imitação dos padrões de produção e consumo dos países ricos. Vinculada a esta transformação na esfera da produção, se fez também considerável eliminação do desperdício, através da introdução de processos mais sofisticados de gerência e de organização do trabalho⁸.

O resultado deste processo é a "acumulação flexível", em que ocorre, por um lado, um aumento muito grande da produtividade do trabalho que conduz ao excesso de produção, cujos ganhos crescentes são apropriados pelos donos e gestores do capital, e, por outro lado, uma competitividade exacerbada e predatória no plano internacional, que leva até às últimas conseqüências a lógica da competição, que marca o capitalismo enquanto sistema econômico⁹, embora a proclamada "liberdade de mercados" seja cada vez mais restrita a um número menor de empresas, com a agravante de que as legislações e instituições vigentes se tornam completamente incapazes para controlar os agentes da economia global, a fim de que possa acontecer a democratização dos benefícios destes processos de transformação econômica. O eixo central deste novo processo produtivo é a "tecnologia da informação" e suas duas maiores conseqüências são a reorganização do processo produtivo e os enormes impactos no sistema do trabalho assalariado, na medida em que a produtividade do trabalho se fez o motor de todo este desenvolvi-

8 M. Arruda fala de uma quarta globalização além da globalização financeira, a da demanda e a da competição. Cf. Arruda M., A nova ordem global, op. Cit., pg. 40: "Uma quarta globalização, permeada por uma ou mais das outras três, é a das atividades que podem ser classificadas de imorais, como a produção e comercialização de armamentos, drogas e pornografia, a prostituição infantil, a lavagem de dinheiro ilegal, a invasão ilegal de lucros, impostos e capitais".

9 Cf. Arruda M., Globalização e Desenvolvimento, op. Cit. pg. 163: "No capitalismo, o capital compete com o capital, o trabalho com o trabalho, e há uma guerra de interesses permanente entre o trabalho e o capital. A cooperação é oposta à essência do capitalismo, que é o controle privado, excludente, fragmentado dos meios de produção, e a conseqüente competição entre agentes econômicos pela apropriação dos mercados, dos lucros e dos ganhos do aumento da produtividade".

mento e o desemprego se tornou fenômeno estrutural acoplado a um aumento expressivo de empregos precários¹⁰, a tempo parcial, gestando um crescimento com desemprego e com perda de direitos da força de trabalho assalariada, conduzindo a uma crise social, em virtude do crescimento das desigualdades econômicas e sociais, cujas conseqüências se podem mostrar incontroláveis.

Neste contexto, o desenvolvimento é reduzido a crescimento econômico e a modernização e eficiência do processo produtivo. Os perigos ecológicos, frutos de um capitalismo caracterizado pela destruição ambiental, que leva a um esgotamento acelerado dos recursos naturais, se tornam cada vez mais manifestos. Este processo todo é, contudo, marcado por um paradoxo em sua estrutura de base: há um aumento do abismo entre os que possuem capital e poder de compra e os que não possuem. Ora, isto leva a uma possível crise de demanda e manifesta os limites cada vez mais estreitos para uma expansão quantitativa e para a acumulação do capital no plano global¹¹.

O efeito mais visível destas mudanças é o processo de "financeirização" do capitalismo: não só há uma aceleração dos movimentos do capital através da unificação eletrônica dos mercados financeiros, mas, sobretudo, a tendência da autonomização dos circuitos financeiros da economia real, o que cria o que se convencionou chamar de capital virtual: "pois aos mercados financeiros é dado o poder de criar títulos, bônus, papéis de todo tipo que representam um capital que já não tem lastro na riqueza real do mundo¹²". De símbolo das mercadorias a serem trocadas no mercado, o

10 Cf. a respeito do caso do Brasil: Salm C., Estagnação Econômica, Desemprego e Exclusão Social, in: Sicsú J./ Paula L. F. de/ Michel R. (orgs.), Novo-Desenvolvimentismo, São Paulo: Manole/ Konrad-Adenauer Stiftung, 2005, pg. 189-216. Sabóia J., Mercado de Trabalho no Brasil: fatos e alternativas, in: Sicsú J./ Paula L. F. de/ Michel R. (orgs.), op. Cit., pg. 217-237.

11 Cf. Arruda M., A nova ordem global: crise ética e da racionalidade, in: Arruda M./ Boff L., op. Cit., pg. 39.

12 Cf. Arruda M., Globalização e América Latina: Oportunidades e Desafios, in: Arruda M./ Boff L., op. Cit., pg. 147.

dinheiro se transformou, ele mesmo, numa mercadoria de caráter muito especial: ela não representa riqueza real¹³, de tal modo que os recursos indispensáveis para o desenvolvimento são destinados às atividades especulativas e a economia encontra agora seu centro no dinheiro. O Estado se faz, então, refém do capital financeiro.

Uma característica fundamental desta nova forma de configuração do capitalismo é a *substituição da política pelo mercado* na condução dos processos sociais, fazendo com que uma economia globalizada se subtraia à ação do Estado regulador e subordine ao mercado todos os fatores da produção num processo acelerado de internacionalização de todos os mercados. A consequência imediata é a contraposição radical entre metas econômicas e fins sociais e políticos, processo que conduz a uma concentração crescente do saber, do ter e do poder, ameaçando a autonomia, a liberdade e a soberania das pessoas e dos povos. Numa palavra, a economia mundial continua crescendo com custos ecológicos e humanos muito altos.

Isto é o que G. Fauss chamou de "estado confessional do mercado"¹⁴, cuja tese básica é: defender os mais fracos ou defender simplesmente os seres humanos é intervir sem razão em mecanismos naturais, que funcionam por si mesmos e que têm sua lógica própria desestabilizada na medida que neles interfere o ser humano. Há hoje um desrespeito escandaloso dos direitos humanos, guerras civis, corrupção e desgoverno, fome, pobreza, subdesenvolvimento econômico, cultural e político, grandes movimentos migratórios em parte de fugitivos¹⁵. "É o capitalismo, no seu processo de reprodução sempre mais ampliado em escala mundial, que provoca uma mercantilização e uma reificação cada vez mais extensas de todas as

relações sociais e constitui um *ethos* coletivo que permeia todas dimensões do indivíduo"¹⁶...., e "tende a subsumir todas as dimensões humanas _ arte, religião, moral, ética, direito e política _ sob os imperativos da livre circulação das mercadorias, da realização do lucro e da mais-valia"¹⁷. J. Habermas¹⁸ defende a tese de que este processo está destruindo o Estado Social, enquanto tentativa de resposta à dialética entre a igualdade jurídica (democracia política) e a desigualdade fática e consistia precisamente em agir com o objetivo de assegurar condições decentes de vida, que possibilitassem a todos, em chances igualitárias, a efetivação dos direitos do cidadão. O intervencionismo social do Estado (democracia social¹⁹), portanto, se legitimava na idéia dos direitos do ser humano. Sem a intervenção do Estado nos mecanismos que controlam a produção e a repartição da riqueza, qualquer discurso sobre os direitos humanos corre o perigo de permanecer inteiramente ineficaz; portanto, sua efetivação não pode ser deixada ao jogo livre do mercado.

A América Latina desenvolveu, nas décadas de 1980 e 1990, a experiência mais radical de ajustamento à nova ordem do capital, o que a conduziu a uma política de estabilização que prioriza os indicadores macroeconômicos, sobretudo uma política de juros altos, a uma acelerada modernização tecnológica e a uma abertura descontrolada de seus mercados, acoplada a um corte seletivo dos gastos públicos e a uma renúncia a um projeto próprio de desenvolvimento. Não conseguiu, contudo, eliminar o projeto político democrático, fundado nos valores da igualdade e da justiça, na perspectiva de uma sociabilidade regida por direitos²⁰; portanto, numa outra visão

13 Cf. Arruda M., Globalização Financeira Neoliberal: Grave Enfermidade do Capitalismo, in: Arruda M./Boff L., op. Cit., pg. 187: "... formando uma cadeia crescente de virtualidade, de ilusão, de um poder de compra superior à riqueza real que existe para ser comprada".

14 Cf. Faus J. I. G., Direitos Humanos, Deveres meus. Pensamento fraco, caridade forte, São Paulo: Paulus, 1998, pg. 20.

15 Cf. Höffe O, op. cit., pg. 20.

16 Cf. Tosi G., Republicanismo e direitos humanos, in: Filosofia, Unisinos, vol.5. n. 9 (2004)163.

17 Cf. Tosi G., op. Cit., pg.164.

18 Cf. Habermas J., Die postnationale Konstellation. Politische Essays, Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1998, pg. 101.

19 Na linguagem de Bobbio. Cf. Bobbio N., A era dos direitos, Rio de Janeiro: Campus, 1992.

20 Cf. Boron A. A., Estado, capitalismo e democracia na América Latina, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994; A coruja de Minerva. Mercado contra democracia no capitalismo contemporâneo, Petrópolis: Vozes, 2001.

de mundo e em outros paradigmas de ação. Nas últimas décadas do séc. XX / início do séc. XXI, há em nossos países a confluência contraditória dos processos de democratização e dos processos de ajuste²¹.

O cenário da América Latina mostra classes trabalhadoras fragmentadas, pulverizadas, desempregadas²². Um sistema que conduziu a humanidade a graus até então desconhecidos de progresso material convive com milhões de pessoas que vivem abaixo dos limites oficiais de pobreza, preocupados com a pura subsistência e impossibilitados de ter acesso ao ideal de consumo decantado pelos meios de comunicação social, em grande parte responsáveis pela hegemonia cultural do capital em nossas sociedades. O cenário humano é um cenário de materialismo radical, orientador das relações dos seres humanos entre si, de sofrimento, de guerras e diferentes tipos de violência, de isolamento, de incerteza, insegurança, perda crescente do sentido da existência humana. A muitos jovens e adultos foi tirada a esperança de um futuro melhor, pois não há perspectivas de um crescimento econômico suficientemente intenso, que possa absorvê-los no mercado de trabalho em níveis salariais adequados a uma vida decente, o que muitas vezes conduz às drogas e até mesmo ao suicídio.

Vivemos o tempo do triunfo da mercadoria absoluta²³; o consumismo se faz modelo de vida e as relações humanas se degradam em meras relações de troca de objetos consumíveis, de tal modo que a única identidade que sobra para o ser humano é a de ser consumidor, um ser unicamente voltado para seus interesses

21 A respeito do caso do Brasil cf. Furtado C., Brasil: a construção interrompida, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. Conceição Tavares M. da, Império, território e dinheiro, in: Fiori J. L. (org.), Estados e moedas no desenvolvimento das nações, Petrópolis: Vozes, 1999, pg. 449-489.

22 Cf. Wanderley L. E. W., A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e caribenho, in: Castel R./Wanderley L. E. W./Belfiore-Wanderley M. (org.), A Desigualdade e a questão social, São Paulo: Educ, 2000, pg.51-161.

23 Cf. Baudrillard J., Para uma crítica da economia política do signo, Lisboa: Martins Fontes, s.d.. Melo H. Bruzzi de, a Cultura do Simulacro. Filosofia e Modernidade em J. Baudrillard, São Paulo: Loyola, 1988, pg. 72 e ss.

privados e indiferente ao bem público. Mortas as metafísicas e as religiões, o "valor de troca" passa a ser a única categoria universal em nossa interpretação do mundo. Os bens e a riqueza valem mais que os seres humanos, que se tornam reféns de um sistema que só sobrevive, estimulando ao infinito seus desejos. Este sistema econômico é indiferente ao "resto" dos que ele não consegue minimamente integrar, os bilhões de seres humanos que passam fome e sede e que constituem para este sistema resíduos inevitáveis e perigosos.

1.2 A ética desta nova formação social: identificação de ética e eficiência enquanto valor supremo.

Se o mercado se faz o cerne da atividade econômica, isto significa dizer que a calculabilidade vai marcar todas as relações no seio das comunidades humanas, o que vai fazer surgir uma nova hierarquia de valores: a livre iniciativa é considerada o valor básico, uma vez que ela é o princípio central do sistema de mercado; pois, é através dela que se efetiva a motivação fundamental da divisão social do trabalho e da acumulação do capital; ou seja, o interesse individual, que é considerado a causa última do desenvolvimento e bem-estar coletivos. Neste contexto, o interesse particular é condição de possibilidade de efetivação do interesse universal, do bem comum, a maximização da taxa de lucro, que é interesse exclusivo do capital. Assim, a própria instituição do mercado, enquanto instância que possibilita uma alocação eficiente de recursos, emerge como portadora de valores éticos, já que ele torna possível o bem-estar das coletividades humanas. Se a eficiência técnica, realizada no mercado, é condição de possibilidade da consecução do objetivo ético da vida coletiva, que é o bem-estar coletivo, então ela é em si mesma ética, e não precisa de nenhum princípio ético que a transcenda.²⁴ Tudo o que favorece os ganhos do capital é bom, inclusive

24 Cf. Sung J.M., Teologia e Economia. Repensando a teologia da libertação e Utopias, Petrópolis: Vozes, 1994, pg. 174-176.

a especulação e a corrupção. Tudo o que um indivíduo fizer para acumular mais riqueza e poder vencendo e excluindo os outros, seus concorrentes, tudo o que ele fizer para defender seus interesses próprios, é legítimo, pois o valor supremo é maximizar os ganhos e satisfazer os interesses do indivíduo.

Afirma-se que o utilitarismo, em sua forma clássica, articulada por J. Bentham, é a teoria que exprimiu de modo mais adequado esta concepção de uma ética identificada com a lógica do mercado.²⁵ Isto implicaria, em última instância, que a eficácia do sistema de mercado se transformasse no princípio ético supremo, o que por sua vez implica a identificação da eficiência técnica com a ética. Daqui se tiram conseqüências graves como, por exemplo, que "a satisfação das necessidades humanas só é legítima se serve para aumentar a produção e resulta em um ingresso suficiente que permita cobrir as despesas para o consumo de bens que vão satisfazer estas necessidades".²⁶

2) A busca da re-configuração da sociabilidade com base na Lógica da Cooperação.

2.1 Uma reflexão ética sobre a economia

2.1.1 A construção de uma sociabilidade simétrica, como exigência ética suprema.

A efetivação da vida humana, enquanto livre, não está de antemão garantida, uma vez que o ser humano, enquanto ser aberto à totalidade do ser, transcende a esfera de uma existência simplesmente mundana. Então, a questão primeira é a de criar as condições necessárias para sua efetivação. Já que sua existência social e histórica suprassume sua existência mundana e natural, o mundo intersubjetivo é o espaço de sua efetivação possível, pois o que espe-

25 A respeito de uma avaliação discordante, Cf. Carvalho M. C. M. de, Por uma ética ilustrada e progressista, in: Oliveira M. A de, Correntes fundamentais da ética contemporânea, seg. ed., Petrópolis: Vozes, 2001, pg. 99-117.

26 Cf. Sung J. M., op: cit., pg.179.

cifica o ser humano, enquanto ser humano, não é simplesmente sua contraposição à natureza; sua conquista se dá pela mediação do encontro com o outro ser humano, que é também, em última instância, auto-presença do Absoluto. O que caracteriza este nível de ser é a capacidade de conhecimento mútuo e de reconhecimento recíproco da igual dignidade, de tal forma que, só no seio de comunidades humanas, que respeitam a dignidade do ser de cada ser humano, e configuram suas relações na base da cooperação, pode o ser humano desenvolver as potencialidades de seu ser²⁷. Neste sentido, a exigência aqui posta é a do estabelecimento de relações em princípio simétricas. O que está em jogo é uma síntese entre identidade (todos os seres humanos são fins em si mesmos) e diferença (todos possuem o direito a serem reconhecidos naquelas diferenças que não põem em questão a igualdade fundamental). Desta forma, a "necessidade"²⁸ básica que marca a vida humana é criar um mundo de relações sociais, onde ele possa viver humanamente; ou seja, na base do respeito a seu ser e em comunhão com os outros.

Ora, esta necessidade básica se revela como a exigência ética suprema, porque, sendo o ser humano um processo de conquista de si mesmo, este "si mesmo" é, em última instância, um "nós", um mundo de relações intersubjetivas, marcado por muitas mediações. Então, a exigência fundamental é a construção de uma sociabilidade que possa efetivar a conquista da liberdade de cada ser humano, enquanto processo de reconhecimento recíproco do caráter de fim em si mesmo de que é portador o ser humano²⁹. Isto significa dizer que, se o processo de conquista do ser humano é uma busca de autonomia; esta autonomia é mediada pelo reconhecimento de todos

27 Já foi esta a postura fundamental de Platão e Aristóteles e retomada por Hegel na modernidade. Cf. Schmitt A., Die Moderne und Platon, op. Cit., pg. 506.

28 Necessidade é tomada, aqui, no sentido ético da exigência fundamental.

29 Cf. Arruda M., A nova ordem global, op. Cit., pg.46-47: "..... é bom tudo aquilo que contribui para que esse processo progrida e os seres humanos se aproximem sem hierarquizar-se ou subordinar-se, mas sim em colaboração, em solidariedade universal, fundada na comunhão profunda de natureza e de destino evolutivo".

os seres humanos; ou seja, ela passa concretamente pela gênese de processos sociais que sejam capazes de efetivar o reconhecimento da dignidade ontológica, que é inerente ao seu ser. Isto implica que a instrumentalização e a opressão sejam substituídas pela gênese de uma sociabilidade, enquanto construção de processos de liberdade solidária e precisamente neste sentido de uma configuração da vida coletiva, que é igualmente "personalizante" e socializante; isto é, baseada "em direitos e oportunidades iguais para todos, na cooperação em vez da competição, e no respeito pelos limites da natureza e pelos direitos das gerações futuras³⁰".

Por esta razão, os valores que medeiam este processo são os do reconhecimento mútuo, da cooperação, da partilha, da complementaridade e da solidariedade. Daí a crítica radical à concepção do sentido da vida humana que subjaz ao mundo humano, construído na base da competição. Neste contexto, o ser humano é compreendido como um indivíduo solitário e carente, diante da natureza, e sua vida social emerge como uma espécie de remédio a sua solidão e como um auxílio indispensável à satisfação de suas necessidades. Se se pode falar aqui de cooperação é apenas no sentido de uma instrumentalização mútua, na medida em que um parceiro se envolve com outro, enquanto isto lhe traz proveito ou prazer³¹. Seu valor é apenas instrumental, na medida em que cada um, enquanto indivíduo, é essencialmente voltado para a autoconservação e tem em última instância a simples acumulação de bens materiais e a maximização do consumo como a razão de ser de sua vida. Nesta óptica, o mercado e o dinheiro se transformam em fins irrecusáveis da existência, uma vez que indispensáveis para a conquista do fim último. Daí por que o mal está em tudo o que impede a liberdade de ação, de acumulação e concentração do capital.

30 Cf. Arruda M., A nova ordem global, op. Cit., pg.46.

31 Cf. Kesselring Th., Cooperação e Fundamentação da Moral, in: Cirne-Lima C./ Almeida C. (orgs.), Nós e o Absoluto. Festschrift em homenagem a Manfredo Araújo de Oliveira, São Paulo/ Fortaleza: Loyola/ UFC, 2001, pg. 200.

A visão de ser humano, que aqui explicitamos, _ o ser humano compreendido não como um indivíduo isolado e em permanente competição com os outros na busca da maximização de seus interesses, mas como o ser aberto à totalidade do ser e, portanto, como "ser-em-relação" consigo mesmo, com a natureza, com os outros humanos, enfim com a humanidade e o universo, em última instância com o Absoluto _ nos leva a outra direção: o ser humano, ser igualmente individual e social, enquanto ser ontologicamente digno, é sujeito de direitos, cuja efetivação constitui a efetivação de seu próprio ser e, portanto, o significado de sua existência, que só pode se realizar, quando constrói as diferentes formas de interconexão e integração de si mesmo com a natureza e os outros humanos. Isto exige a criação de instituições que tornem efetiva a comunhão dos seres humanos entre si, na medida em que elas garantam os direitos fundamentais do ser humano, enquanto fundamento de uma sociabilidade radicada na solidariedade. Assim, as instituições sociais são mediações necessárias na conquista da autonomia do ser humano, de tal modo que não se pode pensar a autonomia de um sujeito livre e consciente, sem pensar igualmente a comunhão que se estabelece através da mediação das instituições, que regem a vida social. A autonomia se pensa, portanto, como essencialmente conectada ao processo de comunhão que, por sua vez, é um processo histórico.

A gestação do ser humano, enquanto processo de conquista da autonomia, é assim um processo mediado pela dialética do reconhecimento mútuo³²: a identidade do ser humano se efetiva através da constituição de uma sociabilidade, que torna real o reconhecimento, em todas as suas dimensões, de todos como seres autônomos; o que significa dizer que a sociabilidade não é um simples apêndice contingente dos sujeitos, mas sua forma suprema de efetivação, enquanto sujeitos livres e conscientes. Nesta perspectiva, a

32 Cf.: Oliveira M.A, A ética como problema da inter-relação entre teoria e prática: enfoque filosófico, in: Ética e Práxis histórica, São Paulo, 1995, pg.93 e ss.

vida ética emerge como o processo que tem como objetivo superar o mal existente na vida histórica, mal que se instalou nos indivíduos e nas instituições sociais, e conquistar a humanidade do ser humano. Trata-se, aqui, de articular a direção fundamental da configuração de um mundo humano, de tal modo que ele se faça espaço de liberdade solidária.

2.2 O esforço de tradução das exigências éticas na esfera da vida coletiva

O grande desafio do ponto de vista econômico, no atual contexto histórico, é organizar o processo produtivo, de tal forma que ele efetive uma sociabilidade simétrica³³; ou seja, trata-se da construção de uma Socioeconomia Solidária.³⁴ A expressão anuncia um programa³⁵ que se apresenta como desafio: em primeiro lugar, deseja exprimir um reconhecimento dos limites que marcam inevitavelmente a vida humana e, portanto, a renúncia à ilusão de pretender criar na história uma sociedade plenamente justa e perfeita, uma sociedade paradisíaca, e, ao mesmo tempo, o empenho para a gestação de outro paradigma de produção e consumo.³⁶ Aqui se trata antes de tudo de pensar como criar uma sociedade que possa abrir

33 Cf. Arruda M., Globalização e desenvolvimento comunitário autogestionário, in: Arruda M./Boff L., Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos, Petrópolis: Vozes, seg. ed., 2001, pg. 162: "O desafio para nós é, pois, reinventar a economia de forma que ela se adapte aos seres humanos que somos: seres amorosos (ao menos potencialmente), interconectados uns com os outros e com a natureza e chamados a refazer conscientemente esta interconexão de maneira que aprofunde nossa humanidade e contribua à evolução de nossa espécie e do cosmos, de cuja alma estimamos ser uma parte ativa."

34 A respeito das tarefas imediatas daqui decorrentes cf. Houtart F., Alternativas plausíveis ao capitalismo globalizado, in: Cattani A D., (org.), Fórum social mundial. A construção de um mundo melhor, Porto Alegre/ Petrópolis: Editora da Universidade, UFRGS/Vozes, 2001, pg. 176 e ss.

35 Que já é hoje um grande campo de experimentação. Cf. Melo Lisboa A de, Economia solidária à luz da ética cristã, in: Susin L.C. (org.) Terra Prometida. Movimento social, engajamento cristão e teologia, Petrópolis: Vozes, 2001, pg. 185.

36 Lisboa insiste no caráter processual de toda mudança verdadeiramente profunda. Cf. Melo Lisboa, op. cit., pg. 192-193: "A sociedade ...evolui sem cessar através de mudanças capilares que se processam sempre dentro de uma longa duração...toda grande transformação ocorre quase que imperceptivelmente, e somente é compreensível a posteriori". E que a economia solidária vai muito além dos aspectos puramente econômicos (pg. 202), pois o que aqui está em jogo é a construção de um mundo fundado numa lógica solidária (pg. 210).

espaços para que se inicie e aprofunde um processo de realização do ser humano como ser livre e solidário nas condições de nosso mundo dito pós-moderno, mesmo sabendo que a transparência absoluta na vida social é inatingível.³⁷ Sem dúvida, uma tal reflexão brota da consideração das formas de sociedade moderna, que já foram experimentadas.³⁸ Ante as grandes patologias, que marcaram as sociedades capitalistas, se pensou que sua alternativa, em contraposição à anarquia reinante, numa economia baseada na autonomia e nas iniciativas dos indivíduos livres, deveria consistir em libertar as forças produtivas da tirania dos poderes imprevisíveis do mercado e substituí-lo por uma administração política dos meios de produção, organizando de forma centralizada todos os ramos da produção e fixando detalhadamente as metas a serem atingidas por todas as empresas, tendo como grande objetivo a satisfação plena das necessidades individuais e coletivas.

Conhecemos hoje o resultado desta experiência: ela gestou sociedades marcadas por conquistas importantes e que não deveriam ser esquecidas, mas organizadas a partir do monolitismo do poder de decisão no Estado, na economia, nas empresas, numa palavra em todas as esferas da vida humana. A superação da sociedade capitalista, enquanto sociedade marcada pela lógica da competição, foi, então, entendida como a liberação das forças produtivas geradas pelo grande capital, das injunções do mercado, considerado a causa fundamental da anarquia da produção³⁹. A organização alternativa da vida coletiva foi entendida como o planejamento centralizado da produção; ou seja, como a substituição do mercado na alocação dos

37 Cf. Arruda M., O "feminino criador": socioeconomia solidária e educação, in: Arruda M/ Boff L., op. cit. 127: "Uma tal economia servirá de base para a emancipação de toda a sociedade em relação à mera sobrevivência material e tornará possível uma sociedade do trabalho libertado, na qual nós e nossas coletividades possamos dedicar a maior parte do nosso tempo e energia a desenvolver nossas dimensões superiores e especificamente humanas: a razão, a emoção, a mente, a psique, o espírito, os sentidos "invisíveis" da ética, da estética, do amor."

38 Cf. Kornai J., The socialist system. The political economy of communism, Princeton: Princeton University Press, 1992.

39 Cf. Singer P., Economia Socialista, op. Cit., pg. 22.

meios de produção pela burocracia estatal e a organização monopolista de todos os ramos da produção. Falou-se então de totalitarismo, para exprimir esta gigantesca concentração de poder, em que o Estado, em última instância, o partido e suas elites burocráticas, não só não desapareceram mas, através de um crescimento gigantesco, literalmente engoliram a sociedade e as pessoas.

Neste modo estatista de organizar a vida coletiva, o Estado se apropriou de todas as forças produtivas⁴⁰ em nome da sociedade⁴¹ e se transformou no único sujeito praticamente existente, uma vez que a negação do individualismo, hegemônico nas sociedades marcadas pela lógica da competição, desembocou na negação do próprio indivíduo,⁴² reduzido a uma parte do todo coletivo, excluindo os indivíduos e a sociedade das decisões e da gestão da vida coletiva, ainda com o complicador de ter conservado o horizonte materialista de realização da vida humana pela acumulação de bens materiais. O único, que mudou aqui, foram os meios para a consecução deste ideal. O mérito do modelo estatista consistiu em mostrar que a tentativa de fazer do Estado a fonte de todas as decisões, e dar-lhe o controle de todo o processo econômico e de toda a vida social, não levou os seres humanos a se fazerem sujeitos de seu próprio desenvolvimento.

Sabemos também hoje que a relação entre poder monolítico e planejamento geral não foi casual mas, antes, que tal concentração de poder era conveniente para a implementação do planejamento geral coercitivo e obrigatório: qualquer plano abrangente exige disciplina dos participantes e, por conseguinte, exige um poder que seja

40 Cf. Singer P., Economia Socialista, op. Cit., pg. 18: "... a tarefa do proletariado revolucionário seria apropriar-se, por intermédio do Estado, dos meios de produção e passar a administrá-los centralizadamente, fundindo todas as empresas concorrentes numa única superempresa"

41 Para a fundamentação desta tese no pensamento de Marx e Engels cf. Singer P., Economia socialista, in: Singer P./ Machado J., Economia socialista, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000, pg. 11-15. E em Lênin Id., ibid., pg. 19.

42 Cf. Arruda M., Globalização e Sociedade e Civil _ Repensando o Cooperativismo no Contexto da Cidadania Ativa, in: Arruda M./ Boff L. (orgs.), op. Cit., pg. 74: "Do regime do Eu-sem-Nós do individualismo capitalista, passou-se para o regime do Nós-sem-Eu dos socialismos estatistas".

capaz de obrigar ao cumprimento desta disciplina, como condição de possibilidade do êxito do plano, o que é tanto mais fácil quanto mais se puder concentrar todo poder de decisão nas mãos de uma pessoa ou de uma cúpula. Daí por que estas sociedades se caracterizaram pelo planejamento geral e pela concentração de poder. Por uma série de fatores, elas, além de totalitárias, geraram economias de escassez de bens⁴³ e serviços de consumo, uma experiência muito importante para nos alertar de que certamente não é este o caminho alternativo às sociedades dominadas pelo capital.

Há outra via em experimentação⁴⁴ para a ruptura com a ditadura do capital nas empresas e na sociedade como um todo⁴⁵, buscando viabilizar outro tipo de sociabilidade, em que a economia esteja a serviço das necessidades reais das pessoas e da construção de relações integralmente humanas: é sua substituição pela gestão coletiva dos meios de produção, executada pelos produtores livremente associados⁴⁶; portanto, uma economia sob controle social, que tem na solidariedade seu valor ético fundamental, isto é, "estriba a relação entre os sujeitos nos valores da cooperação, da partilha, da reciprocidade, da complementariedade e da solidariedade⁴⁷". Aqui a idéia fundamental é a de que os trabalhadores associados podem se organizar em empresas autogestionárias; ou seja, aquelas em que o poder está centrado nas pessoas que trabalham com autonomia e assim desafiar a hegemonia plena das relações capitalistas de produção. Muda-se aqui a própria significação que possui a economia nas sociedades da competição: ela não é mais o fim da vida humana, mas

43 Cf. Singer P., Economia socialista, op. Cit., pg. 28 e ss.

44 Cf. Mance E. A., A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual, Petrópolis: Vozes, 1999.

45 Embora se possa dizer que Marx em sua consideração da sociedade alternativa legitimou o socialismo estatista (Cf. Singer P., Economia Socialista, op. Cit., pg. 11 e ss.) pode-se encontrar em sua obra considerações que vão na direção de uma sociedade autogestionária. Cf. a respeito: Oliveira M. A. de, Marx: a ética alternativa, in: Ética e Sociabilidade, terc. Ed., São Paulo, Loyola, 2003, pg. 274 e ss.

46 Cf. Singer P., A utopia militante: repensando o socialismo, Petrópolis: Vozes, 1998. Singer P./ Machado J., Economia Socialista, São Paulo: Perseu Abramo, 2000, pg. 40 e ss.

47 Cf. Arruda M., Globalização e Desenvolvimento, op. cit., pg. 164.

se reduz a um instrumento fundamental para garantir a reprodução material de todos. Para M. Arruda, é fundamental, neste processo de reconfiguração da vida coletiva, "a construção de um movimento cooperativista autogestionário, solidário e popular, cuja estratégia seja ir tecendo pouco a pouco os fios de relações cooperativas e solidárias não apenas na esfera do consumo, mas também nas esferas produtiva, comercial e financeira, com vistas a "transubstanciar" a economia do capital numa economia cooperativa e solidária⁴⁸".

Neste contexto, não se propugna nem o fim do mercado, nem do Estado, mas repensá-los, enquanto formas de relação social, e reconfigurá-los e controlá-los pelos cidadãos, na medida em que estes se fazem, através das novas instituições, sujeitos da economia e da política. Isto significa que as relações, através das quais estão interconectados, são substancialmente transformadas, na medida em que passam de relações intersubjetivas automáticas para relações conscientemente gestadas. Isto se faz possível, porque o ser humano é, por sua constituição ontológica, um ser-em-relação enquanto ser aberto à totalidade do ser, o que tem como consequência que ele só existe em interconexão com todo o universo, com a natureza e o mundo humano. Precisamente enquanto ser inteligente e livre, ele tem a possibilidade de projetar e transformar sua realidade individual e social e, assim, configurar conscientemente as relações que constituem sua estrutura ontológica. Na esfera da economia, isto significa que os produtores associados regem conscientemente seu intercâmbio com a natureza⁴⁹; isto é, o planejamento, a produção e a distribuição de bens, e submetem este processo a um controle social, em vez de serem dominados por uma lógica que se impõe a eles⁵⁰.

48 Cf. Arruda M., *Globalização e Sociedade Civil*, op. Cit., pg. 79.

49 Cf. Oliveira M. A. de, *Ética e Sociabilidade*, op. Cit., pg. 278: "Em contraposição, portanto, à sociabilidade capitalista, na qual a socialização é mediada pelas coisas, aqui a socialização é primariamente orientada na iteração."

50 Marx denominou esta forma alternativa de organização da vida coletiva de "modo comunitário de produção". Cf. Oliveira M. A. de, *Ética e sociabilidade*, op. Cit., pg. 278, nota 61.

Trata-se na socioeconomia solidária de passar de uma solidariedade ontológica para uma solidariedade conscientemente construída, a partir de ações coletivas pautadas pelos valores do acolhimento e do respeito ao outro, desembocando na criação de instituições orientadas pela lógica da cooperação⁵¹. O mérito da socioeconomia solidária está, em primeiro lugar, em ensaiar este mundo de instituições novas, através de que se faz possível implementar esta forma alternativa de organizar a vida coletiva. Esta é a sociabilidade em que o ser humano, na medida em que se põe com outros sujeitos como sujeitos da vida social, abre o espaço para a efetivação de suas potencialidades essenciais; pois, deixa de ser uma peça num sistema que funciona em virtude da consecução de seus próprios objetivos. Este processo "resulta em consensos dialogados em torno de objetivos, projetos, valores e modos de ação e relação comuns⁵²"... e é precisamente neste sentido que se pode falar de uma sociabilidade autotransparente.

O mercado e o Estado são aqui re-configurados, a fim de que sirvam de instrumentos no contexto de uma estratégia participativa e solidária de desenvolvimento humano, de forma a garantir a participação de todos os trabalhadores no controle e na gestão dos bens produtivos. Todo este processo significa na realidade uma recriação do mercado sob o controle da sociedade e de um Estado que se faz agente regulador e fiscalizador do interesse comum subordinado ele próprio às decisões e à supervisão da sociedade democraticamente organizada em todas as suas instâncias, a fim de que o mercado e seus agentes econômicos se submetam às prioridades do desenvolvimento humano estabelecidas pelos diversos mecanismos de democracia deliberativa. Então, o mercado, no lugar de ser visto como um mecanismo inconsciente, que rege os seres humanos a partir de sua lógica estrutural autônoma para além de suas consciências, se

51 Cf. Arruda M., *Globalização e Sociedade Civil*, op. Cit., pg. 80.

52 Cf. Arruda M., *Globalização e América Latina*, op. cit., pg. 154-155.

transforma numa relação entre agentes sociais conscientes e que tem seu espaço limitado a partir da referência aos interesses públicos, aos critérios da integração social, sendo regulado a partir destes objetivos⁵³. Nesta nova configuração da vida coletiva, elemento central é, portanto, a sociedade civil, na medida em que seus componentes se transformam em sujeitos conscientes e ativos de seu próprio desenvolvimento.

Conclusão

Uma coisa parece clara: a importância destas experiências é, em primeiro lugar, de ordem pedagógica, pois não se trata aqui apenas de estratégias de sobrevivência diante da crise estrutural de emprego, mas de fazer a experiência de assumir coletivamente, por meio de redes de colaboração e intercâmbio, a gestão de empreendimentos produtivos e orientá-los segundo princípios igualitários e democráticos⁵⁴, o que abre um horizonte novo para a organização da vida coletiva.⁵⁵ E isto exige o que hoje se chama de "cidadania ativa": "cada um e todos os cidadãos tornando-se sujeitos de seu próprio desenvolvimento enquanto indivíduos e coletividades (família, comunidade, bairro, cidade, município, país...). Uma tal situação corresponde a uma progressiva diluição do poder do capital e do Estado no seio da própria sociedade; uma democratização real da política, cuja condição incontornável é a democratização da proprie-

53 A respeito das exigências que daqui decorrem para as relações internacionais cf. Arruda M., A nova ordem global, op. cit., pg. 45.

54 Cf. Oliveira M. A. de, Ética e Sociabilidade, op. cit., pg. 280: "Na eticidade alternativa... A dimensão sistêmica da vida humana será aqui submetida à sua dimensão comunicativa: o técnico será submetido ao ético. O reino da necessidade (dimensão sistêmica) será subordinado ao reino da liberdade (dimensão comunicativa)".

55 Cf. Arruda M., O "feminino criador", op. cit., pg. 125: "E isto acarreta a emergência de um socialismo no qual a sociedade inteira, e não mais o Estado ou o setor privado, se torna o protagonista, o sujeito ativo e consciente do seu próprio desenvolvimento socioeconômico, político, cultural, mental, psíquico, ético, estético e espiritual."

dade e da gestão produtiva, da tecnologia, do crédito, da educação de qualidade e do acesso aos mercados⁵⁶."

No Brasil de hoje⁵⁷, surgem experiências diversificadas, que estão ensaiando esta nova configuração da vida coletiva: os pobres se associam solidariamente e possibilitam atividades em mercados, em que há ganhos vitais de escala: associações e bancos de microcrédito, que tornam o crédito acessível a milhões de empreendedores pobres, grupos de produção, redes de trocas inter-comunitárias etc. O resultado é a economia solidária, cujo potencial se eleva na medida que ela organiza também os consumidores em clubes de troca, ou cooperativas de consumo, cooperativas de crédito ou bancos do povo⁵⁸. Qualquer que seja nosso julgamento sobre as tentativas em curso, persiste o desafio fundamental de nossa época: inventar novas instituições que efetivem uma organização de nossa vida coletiva, radicada numa lógica comunitária.

Fundamental para o aprofundamento e a solidificação destas experiências na esfera da política e da economia, com o objetivo da construção de uma sociedade regida por uma lógica de cooperação, é uma transformação cultural radical, na direção da afirmação de novos valores e de uma nova visão do mundo,⁵⁹ que possam conduzir à elaboração de um novo paradigma para a organização da vida coletiva em todas as suas esferas. Isto dificilmente poderá acontecer, sem que se possa criar um novo sistema de comunicação e uma educação comprometida com o desenvolvimento integral das

56 Cf. Arruda M., O "feminino Criador", op. cit., pg. 129.

57 Cf. Singer P., Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas, seg. ed., São Paulo: Contexto, 1998. Normanha de Carvalho M. do Socorro/ Araújo N./ Araújo V. A. de (orgs.), DSS e Economia Solidária. Debate conceitual e relatos de experiências, Recife: Bagaço, 2000. Favareto A. (org.), Planejando empreendimentos solidários, seg. ed., São Paulo: CUT, 2004.

58 Cf. Melo Lisboa A de, op. cit., pg. 197: "Um dos grandes desafios contemporâneos é, aceitando a presença do mercado como relação de intercâmbio socialmente generalizada, subordiná-lo ao interesse coletivo. A superação da sociedade de mercado não significa, de forma alguma, a ausência de mercados (Polany)".

59 Cf. Arruda M., Globalização e Sociedade Civil, op. cit., pg. 80: "Na linguagem do Che, trata-se de construir novas mulheres, novos homens, novas crianças que sejam os sujeitos das novas instituições e relações sociais a estabelecer"

peças e das comunidades, radicada na idéia básica de que a exigência ética suprema é a construção de mundos humanos regidos pelo espírito do respeito incondicional à dignidade de todo ser humano e, por isto, fundamentalmente igualitários e comunitários.

Manfredo Araújo de Oliveira

Professor Doutor - UFC.



Políticas Públicas de Socioeconomia Solidária no Brasil

Daniel Rech

Advogado, assessor de movimentos populares

Políticas Públicas de Socioeconomia Solidária no Brasil

I – Questões Preliminares

1 – O conceito e papel do Estado:

- a) A estrutura do Estado foi quase que inteiramente privatizada aos interesses do capital, especialmente o especulativo, quando deveria estar a serviço do povo. Diante disso, fazem-se necessárias:
- a implementação de mecanismos de retomada dos cargos e de confirmação ou recusa das decisões políticas;
 - a criação de canais de participação popular, onde as instâncias de representação e delegação têm de prestar contas de sua atuação; e
 - a compreensão de que a reforma do Estado feita pelos próprios poderes existentes no Estado piora a situação.
- b) Após o auge da compreensão do papel do Estado como provedor do bem-estar social, houve drástica redução da sua atuação e “novos poderes” passaram a ser decisivos na sociedade. São os chamados poderes privados (a economia, a religião, a educação e os meios de comunicação) que exercem a sua influência e “determinam” no “interior” das sociedades capitalistas e sobre os quais há pouco ou nenhum controle social.

- c) Os partidos políticos, que deveriam ser os gerenciadores do Estado a serviço do bem comum, assumiram o papel de resolver as coisas em seu próprio proveito e, quando pensam na Nação, assumem uma atitude de "arrogância absoluta" do conhecimento do que é melhor ou pior, e com isso deixam de ser instrumentos de mudança social.

2 – Políticas públicas e políticas sociais:

- a) É essencial resgatar o conceito de política pública a serviço da mudança da realidade.
- b) Enfrentar a limitação da política pública existente no atual governo que privilegia e praticamente se concentra a administrar a dívida, controlar a moeda e conseguir o superávit primário, tornado-as principais políticas públicas para o país.
- c) No campo social existem quase que só políticas compensatórias que não produzem "empoderamento" social, apesar de produzirem votos. As políticas compensatórias atuais, como as "bolsas" e o microcrédito, por serem recursos pulverizados, não conseguem produzir iniciativas consistentes nem consolidar processos de produção que efetivamente gerem renda e novas condições de vida.
- d) Nesse sentido, há de se admitir que o Estado pode apresentar bons números a respeito do que faz, mas nada se sabe sobre resultados efetivos de transformação da realidade das populações, especialmente as mais excluídas.

- e) A estrutura do Estado vive uma crise permanente de indicadores, voltados para processos de mudança consistente, e de instrumentos de avaliação que foquem nos resultados e impactos alcançados e não nas atividades realizadas. Nesse sentido, a minha proposta é que, quando um agente do Estado vai apresentar as políticas implementadas, não deveria se ater ao que faz e só deveria falar do que foi alcançado para a população do País.

3 – A transferência do público ao privado das obrigações sociais:

- a) Assistimos a um movimento na área da promoção social, que originalmente esteve atribuída aos sindicatos, desde 1941 e, no governo FHC, teoricamente, passou em parte para as OSCIPS e O.S., mas de forma completamente esvaziada e:
- sem incentivos e principalmente
 - sem mecanismos de avaliação e, além disso,
 - onerando (com tributos e obrigações burocráticas) demasiadamente as iniciativas organizativas e societárias.
- b) Na área dos serviços do Estado, houve um enfraquecimento de sua atuação, sendo exemplos:
- a privatização do Ensino Superior (isso entendido tanto na promoção da iniciativa privada como pela quase exclusivização do seu acesso aos mais ricos) e
 - o esvaziamento do SUS com a promoção dos planos privados de saúde.

II – Os Marcos Legais

1 – O aspecto histórico

- a) Fomos marcados na área organizativa do desenvolvimento por duas leis de 1850. A Lei de Terras, que determinou que só se pode adquirir terra pela compra (inserindo, portanto, o capital no domínio da atividade produtiva agrária), e o Código Comercial, que determinou a supremacia do capital na constituição de quaisquer iniciativas que se dediquem à comercialização de mercadorias.
- b) Concomitantemente à inserção privilegiada do papel do capital, houve ênfase em relação ao papel do Estado, regulador por bem ou por mal de todas as relações, destacando-se aí especialmente as relações do trabalho e capital e colocando o Estado acima dos direitos fundamentais das pessoas. Exemplo mais revelador foi a Emenda Constitucional de 1969, que colocava o Estado em primeiro lugar e os direitos fundamentais vinham ao final da Constituição, e as possibilidades da organização livre da sociedade estavam reprimidas.
- c) Na história da República brasileira (115 anos), dois governos são emblemáticos a respeito do tema da atuação social e das políticas públicas:
 - o governo de Getúlio Vargas (15 anos de poder) com uma atuação paternalista em que o Estado é o que define o que é bom ou não para os cidadãos. Exemplo mais contundente é a CLT e toda a política trabalhista que inviabilizou o avanço da possibilidade de hegemonia das classes traba-

lhadoras. E os sindicatos foram o instrumento letal para inviabilizar que fosse construída a autonomia da classe.

- O governo FHC (8 anos de poder) com uma atuação de privilegiamento do capital, completamente distante das aspirações populares e que fez recuar pela cooptação ou pelo manejo dos recursos as iniciativas consistentes na área social.
 - No governo Getúlio, houve repressão política em nome dos interesses populares quando na verdade era em nome dos interesses do governo.
 - No governo FHC, houve compressão dos movimentos sociais em defesa do capital.
- d) Esperava-se que o governo Lula fosse o contraponto; que ele libertasse os movimentos sociais da imposição paternalista promovida por Getúlio e da imposição da disciplina do capital aplicada por FHC. Nada disso ocorreu.
 - e) O governo FHC fez recuar a liberdade de organização social ao impor o selo “chapa branca” das OSCIPs. E o Governo Lula aprofundou a situação, mas, no campo da organização social da atividade produtiva, o Governo Lula piorou a situação quando aumentou a carga tributária para as cooperativas.

2 – As características dos marcos legais

- a) As propostas de marco legal para iniciativas sociais de produção e geração de renda que existem estão definidas pelos seguintes referenciais:

- pelos interesses do capital, especialmente do agronegócio, como se pode observar pelas propostas da Organização das Cooperativas Brasileiras, Ministério da Agricultura, com o apoio genérico do Governo Lula. Aqui ocorrem propostas sobre a Lei Geral do Cooperativismo. Nisso, o Governo Lula segue os parâmetros estabelecidos pelo Governo FHC;
 - pelos interesses do movimento sindical, que observa a necessidade de preservar as relações trabalhistas definidas no funcionamento dos interesses do capital sobre o trabalho, propostas essas apoiadas pelo Ministério do Trabalho, com o envolvimento direto e insistente do Ministério Público do Trabalho e da Justiça do Trabalho, incluindo-se aí a Secretaria Nacional de Economia Solidária. Nesse caso, objetiva-se regular as cooperativas de trabalho e o que, genericamente, se diz ser as iniciativas de Economia Solidária. E nisso o Governo Lula segue obsequiosamente as diretrizes definidas pelo Governo Getúlio Vargas.
- b) Especificamente do ponto de vista do Estado brasileiro, os parâmetros que orientam a ação relacionada ao marco legal das iniciativas sociais vinculadas ao tema denominado de "Economia Solidária" são os seguintes:
- manutenção das relações trabalhistas, nos casos em que os trabalhadores não são empresários, sejam rurais ou urbanos, onde existe um patrão (capital) que define as iniciativas de produção e garante os salários e outros "direitos" dos que trabalham e os trabalhadores que "merecem" esses direitos pelo seu trabalho. Portanto, uma defesa incondicional das condições impostas pelo domínio contratual do capital e reguladas pelo Governo Getúlio

Vargas em 1941. Está nessa linha também o famigerado acordo entre a Advocacia Geral da União e o Ministério Público do Trabalho, proibindo as cooperativas de participarem de licitações públicas.

- Contribuição tributária intensa sobre salários e produção para manutenção das estruturas do Estado. Nesse caso, proporcionalmente, as cooperativas (não as associações que atuam em atividades produtivas porque essas sonegam os tributos) pagam tributos muito mais do que uma empresa no que se refere às contribuições previdenciárias e de manutenção da seguridade social e, considerando as empresas de serviços, muito mais que essas em relação aos tributos sobre renda.
- c) Não há em andamento proposta legal alguma patrocinada por qualquer setor do Estado brasileiro que vise a apoiar, incentivar, ampliar e concretizar as iniciativas de produção comunitária autônoma que efetivamente sejam suporte para a melhoria das condições de vida das populações mais pobres.
- d) As atuais possibilidades da economia solidária se esvaem nas obrigações tributárias, trabalhistas e na insistente e desnecessária burocracia, aparecendo o Poder Público como muito exigente nas obrigações e frouxo no incentivo.

3 – Política Pública como compensação

- a) Observando a atual política pública do governo, o que temos são principalmente instâncias burocráticas de apoio e iniciativas de microcrédito.

- b) As instâncias burocráticas, citando de modo particular a SENAES, por estar vinculada ao Ministério do Trabalho, em relação ao tema do marco legal, assumiu a defesa das relações entre capital e trabalho, insistindo na necessidade da relação de emprego, embarcando na doutrinação equivocada do Ministério Público do Trabalho.
- c) Há de se admitir que a SENAES exerce um papel importante de contraponto (em relação aos Ministérios da Agricultura e Desenvolvimento) no diálogo com o Governo sobre o tema da Economia Solidária, mas não tem poder político nem disponibilidade de recursos para manter um programa efetivo de desenvolvimento das pequenas iniciativas. Nesse sentido, o SEBRAE tem muito mais recursos, mas o SEBRAE apóia iniciativas de capital e não sociais.
- d) O microcrédito é uma ilusão passageira, porque não viabiliza os negócios para a população sem renda e depende de aportes permanentes do Poder Público. O microcrédito é útil quando destinado a produtores minimamente capitalizados. Por outro lado, o microcrédito incentiva a individualização do negócio, dificultando práticas de articulação coletiva.
- e) O critério avaliativo que sempre foi vinculado ao microcrédito, que é o do número de projetos aprovados, não consegue demonstrar resultados consistentes que justifiquem a sua existência. A região Nordeste foi inundada, desde a década de 60 do século passado, de microcréditos e a pobreza só aumentou. É bem verdade que nunca a população beneficiada, nem agora isso ocorre, teve qualquer participação na gestão desses recursos. As imensas

quantidades de recursos destinados pelo Banco Mundial e mediados pela Sudene, pelo Banco do Nordeste ou Banco do Brasil, via prefeituras, somente beneficiou políticos, coronéis do sertão, fazendeiros e industriais de araque. Agora, esses recursos estão bem mais democratizados mas não conseguem, mesmo que cheguem a pessoas realmente necessitadas, instituir processos consistentes de mudança, porque pulverizados e destinados quando muito a necessidades de subsistência. Eu compreendo que as pessoas que os recebem merecem recebê-los porque elas também têm o direito de sobreviver, mas, do ponto de vista de instituir iniciativas que suportem a geração de renda consistente, de forma autônoma, o microcrédito não é instrumento adequado.

- f) Penso que o microcrédito inviabiliza as possibilidades da Economia Solidária, por submeter o tomador a obrigações que deveriam ser incentivadas pelo Estado, por incentivar a individualização do negócio e também por criar obrigação que, no pagamento, o leva à descapitalização. Além disto, visto individualmente, o custo do microcrédito é muito superior ao seu resultado.

Conclusão

No campo dos interesses das populações excluídas, a principal política pública deveria se traduzir em financeiro amplo para iniciativas socioprodutivas articuladas, cooperativadas, que possam desenvolver atividades econômicas consistentes. Deveria haver assistência técnica mantida pelo Estado de forma permanente, desoneração das obrigações tributárias e trabalhistas para as iniciativas

populares e acesso ao conhecimento cada vez mais amplo pelos seus participantes. Somente dessa maneira é que poderão ser viabilizadas as iniciativas da Economia Solidária e com isso transformar a realidade como desejamos.

Daniel Rech

Advogado, assessor de movimentos populares



**Diretrizes para uma Política
Pública de Economia Solidária
no Brasil: a Contribuição
da Rede de Gestores**

Ângela Schwengber

Coordenadora da Rede de Gestores de
Políticas Públicas de Economia Solidária

Diretrizes para uma Política Pública de Economia Solidária no Brasil: a Contribuição da Rede de Gestores

A Rede de Gestores, com o apoio institucional da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da COPPE/UFRJ e o patrocínio da Caixa Econômica Federal, realizou durante o ano de 2004 um ciclo de debates sobre o papel da Economia Solidária nas políticas de trabalho, renda e desenvolvimento, contribuindo para a elaboração de uma política pública de economia solidária estruturada federativamente e que seja capaz de atuar no combate efetivo às causas estruturais da pobreza e promover a inclusão e o desenvolvimento social.

No último seminário desse ciclo, realizado em Porto Alegre/RS, nos dias 16 e 17 de dezembro de 2004, tendo como tema central "Desenvolvimento Econômico Sustentável e Economia Solidária", a Rede sistematizou um conjunto de diretrizes do que seria essa política pública de Economia Solidária, a partir das experiências em curso e dos debates que realizou ao longo do ano. A seguir, apresenta-se essa contribuição ao debate nacional com outros agentes que fazem a Economia Solidária no Brasil.

Concepção da Política Pública

A economia popular solidária no Brasil é uma estratégia surgida no âmbito de resistências e lutas sociais contra o desemprego e a pobreza, composta por atividades econômicas cujo primado é o do trabalho sobre o capital, de caráter associativo e autogestionário, que produzem trabalho e riqueza e que podem promover a inclusão

e o desenvolvimento econômico, social e cultural com maior sustentabilidade, equidade e democratização.

É um setor que tem ficado invisível para o Estado e suas políticas. O Estado brasileiro está arquitetado para promover o desenvolvimento capitalista e todos os seus instrumentos e mecanismos – para diagnosticar, planejar, executar e avaliar políticas – não enxergando outras estratégias econômicas que não funcionem nesta mesma lógica. Portanto, a economia dos setores populares, arquitetada sobre outras bases, é vista como residual, subordinada e, quando muito, com méritos compensatórios aos impactos das crises do capitalismo. Desta forma, é uma economia que se difundiu apenas com estratégias próprias ou com apoio de políticas públicas residuais ou inadequadas, o que lhes dá poucas oportunidades de romper os círculos de reprodução da pobreza ou de precária sobrevivência.

O estabelecimento de políticas públicas de fomento à Economia Solidária torna-se parte da formação de um Estado republicano e democrático, pois reconhece a existência destes novos sujeitos sociais, novos direitos de cidadania e de novas formas de produção, reprodução e distribuição social, além de propiciar o acesso aos bens e recursos públicos para seu desenvolvimento, tal qual permite a outros segmentos sociais. O papel do Estado diante da Economia Solidária é o de dar-lhe propulsão por meio de políticas públicas que disponham de instrumentos e mecanismos adequados para o reconhecimento e o fomento deste setor.

O fomento à economia popular solidária é uma política de desenvolvimento, portanto, não deve ser relegada às políticas de corte assistencial ou compensatório, mas antes pode ser alavanca emancipatória também para beneficiários destas. Por ser política de desenvolvimento e por voltar-se para um público-alvo historicamente excluído ou que progressivamente amplia os graus de pobreza e exclusão social, esta política demanda ações transversais que arti-

culem instrumentos das diversas áreas (educação, saúde, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico, saúde e tecnologia, crédito e financiamento, entre outras) para criar um contexto efetivamente propulsor da emancipação e sustentabilidade.

É também fundamental que as políticas de fomento à economia popular solidária percebam a diversidade dos sujeitos desta economia e da diversidade de suas demandas. Desta forma, é necessário estruturar uma política que permita um acesso múltiplo e escalonado aos seus instrumentos e mecanismos, atingindo patamares cada vez mais sustentáveis de desenvolvimento e pertença social. São necessárias políticas que promovam a redistribuição de renda, bens e recursos, que permitam acesso aos direitos sociais e que promovam o desenvolvimento econômico.

Finalmente, as políticas de fomento à economia popular solidária devem reconhecer e fortalecer a organização social dos trabalhadores e a constituição do sujeito político deste setor, elementos fundamentais para a institucionalização dos direitos e para o fortalecimento das esferas públicas democráticas no País. Nessa direção, o controle social das políticas públicas é questão de princípio e deve ser processual e permanente.

Objetivos da Política Pública

Uma política pública de fomento à economia popular solidária deve perseguir pelo menos os seguintes objetivos:

- contribuir para a concretização dos preceitos constitucionais que garantem aos cidadãos e cidadãs o direito a uma vida digna;
- contribuir para a erradicação da pobreza, para a inclusão social e para a equidade de gênero e etnia;

- concorrer para a promoção a ampliação das oportunidades e a melhoria das condições de trabalho e renda;
- reconhecer e fomentar as diferentes formas organizativas da economia popular solidária;
- contribuir para a promoção do desenvolvimento e da sustentabilidade socioeconômica e ambiental;
- concorrer para dar visibilidade e ampliar a legitimidade da economia popular solidária;
- criar mecanismos legais que viabilizem o acesso da Economia Popular Solidária aos instrumentos de fomento;
- promover a integração e a inter-setorialidade das várias políticas públicas que possam fomentar a economia popular solidária nos e entre os entes federados do Estado; e
- fortalecer e estimular a organização e participação social e política dos trabalhadores da Economia Popular Solidária.

Instrumentos da Política Pública

A economia popular solidária demanda instrumentos apropriados nos seguintes eixos:

- formação, educação básica e capacitação ocupacional;
- assessoria e assistência técnica para a constituição, incubação e consolidação de empreendimentos populares solidários, bem como para a articulação de arranjos produtivos solidários e para estratégias de desenvolvimento local;
- desenvolvimento e acesso a tecnologias adequadas;
- crédito, financiamento e investimento social;

- constituição e organização da demanda (compras públicas e mercado) e da oferta (logística e infra-estrutura) dos bens, produtos e serviços do setor; e
- marco legal e regulatório adequado ao setor.

Todos estes eixos têm propostas elaboradas no âmbito do Fórum Brasileiro de Economia Popular Solidária e da própria Rede de Gestores, sistematizados em publicações variadas. Há também uma infinidade de instrumentos já criados por várias administrações públicas que servem de referência. Por esta razão, aqui apenas mencionamos os eixos e afirmamos a necessidade de que eles estejam articulados sempre às estratégias de desenvolvimento e que sejam adequados às demandas e contribuam para a formação do Estado republicano e democrático.

Público-Alvo da Política Pública

É constituído daqueles cidadãos e cidadãs que estejam organizados ou queiram se organizar nas formas da economia popular solidária (segundo definição já adotada pela SENAES no Termo de Referência para o Mapeamento do Setor).

Terão prioridade os que vivem em situação de maior vulnerabilidade social, particularmente aqueles beneficiados por programas de transferência de renda e de geração de trabalho e renda.

É fundamental reconhecer a diversidade de sujeitos deste setor e adequar a cada um as formas de acesso e trânsito dentro da política.

Lugar institucional da Política Pública

Criar políticas públicas no âmbito do Estado traz de imediato a questão de onde ela deve estar alocada. Dado o caráter e objetivos

postos para uma política de fomento à Economia Popular Solidária, o lugar ideal e estratégico é aquele responsável por promover as políticas de desenvolvimento e que tem capacidade de articular ações integradas e intersetoriais.

O Estado, no entanto, é um espaço social em disputa e a economia popular solidária é um novo elemento que entra nesta disputa. Sendo assim, o espaço institucional da política de fomento à Economia Solidária é uma construção e deve levar em conta as realidades distintas de cada município ou estado. Nesta, é importante que se busque sempre o lugar que melhor permite avançar na concretização dos objetivos da política e na criação de uma identidade e da visibilidade deste setor.

Relacionamento e Papéis dos Entes Federados

Na constituição e implementação de uma política pública de qualquer natureza, e em particular de Economia Solidária, deve-se buscar uma ação integrada e complementar entre os entes da Federação, evitando sobreposição de iniciativas e fragmentação de recursos.

Integrar e complementar as ações a partir da visão de que os recursos públicos provêm de única fonte – os cidadãos e cidadãs – permite potencializar o uso e os impactos; aglutinar as forças sociais em torno de políticas públicas abrangentes e que se fixam cada vez mais como políticas de Estado, como direitos; romper com políticas de balcão e podem ser fatores de estímulo à criação de esferas públicas onde se discute de forma transparente a destinação dos recursos com todos os sujeitos políticos.

Da mesma forma e pelas mesmas razões, é necessário buscar a integração e complementaridade das ações de cada ente da Federação no seu próprio âmbito.

Participação e Controle Social

Tendo por princípio a construção do Estado republicano e democrático, a participação e o controle social são elementos constitutivos fundamentais das políticas públicas.

A participação e o controle social dos sujeitos sociais e políticos deve ser na formulação, desenvolvimento e avaliação das políticas, visando ao aperfeiçoamento constante e à legitimação social das políticas.

O objetivo da participação e do controle social é a constituição de esferas públicas de poder, onde os diferentes agentes sociais possam negociar de forma transparente e em igualdade de condições os seus interesses pensados na relação com a coletividade.

Esta esfera pública pode adquirir diferentes formas: conselhos, fóruns, orçamento participativo, comissões etc. O principal desafio é não reduzi-las a “clubes fechados” que advogam em causa própria e privatizam o “público”, como muitas vezes temos assistido na história recente do País.

A esfera pública é o lugar de negociar os conflitos e os interesses diversos e de firmar compromissos públicos comuns.

No âmbito das políticas públicas de Economia Solidária, há um processo intenso e tenso em curso na perspectiva da construção desta esfera pública. Em razão do surgimento recente da Economia Popular Solidária na agenda pública do País, embora sejam muitos os agentes sociais empenhados na sua constituição, os sujeitos políticos deste setor ainda estão emergindo, identificando-se, criando alteridades políticas, formando-se, ocupando seu lugar no cenário político. Ainda está em discussão os papéis dos diferentes agentes (empreendimentos e organizações representativas destes, entidades de apoio e de fomento, governos etc).

O debate da Rede de Gestores até aqui acumulado entende que há uma importante complementaridade de papéis entre estes diferentes agentes, embora estas alteridades ainda estejam em negociação. O sujeito político que tem potencial de representação, formulação e legitimação social das demandas da economia solidária é uma ação e/ou organização coletiva dos empreendimentos populares solidários em constante presença pública. As entidades de apoio e de fomento têm um papel crucial no fortalecimento e na propulsão da entrada em cena deste sujeito político, bem como para a formulação das políticas públicas adequadas ao setor. Os governos democráticos têm a capacidade de abreviar o processo, reconhecendo o sujeito político e criando espaços de participação e formulando programas de governo que atendam às demandas do setor e que abram caminho para institucionalizar políticas públicas de Estado. O desafio está na agregação destes diferentes agentes e papéis e na sua interlocução com outros agentes e sujeitos políticos que compo-nham as esferas públicas que discutam políticas para este setor.

Consideramos que o Fórum Brasileiro de Economia Solidária é um espaço adequado para aprofundar estes debates, bem como o Conselho Nacional de Economia Solidária poderá ser.

Ângela Schwengber

Coordenadora da Rede de Gestores de
Políticas Públicas de Economia Solidária



O impacto do crédito viabilizado pelas cooperativas de economia solidária

Vanderley Ziger

Presidente da Associação Nacional do Cooperativismo
de Crédito da Economia Familiar e Solidária – Ancosol
e da Cooperativa Central Cre\$ol Baser – Sistema Cre\$ol

O impacto do crédito viabilizado pelas cooperativas de economia solidária

O crédito destinado à agricultura familiar jamais ocupou posição de destaque no cenário financeiro como agora. O montante disponibilizado pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf, por exemplo, que foi de R\$ 2,1 bilhões na safra 2001/2002, se aproxima dos R\$ 8 bilhões na safra 2005/2006 e o Governo federal já anunciou mais R\$ 10 bilhões para a safra seguinte.

Para fazer com que os agricultores tenham acesso a estes recursos, o governo e também os agentes financeiros contam com importante aliado. São as cooperativas de crédito que se espalham e se fortalecem no País. O bom momento do cooperativismo é reflexo de ações do Governo federal e da abertura do Banco Central para discutir questões pertinentes ao cooperativismo de crédito. A evolução que tivemos no marco regulatório, a possibilidade de discutir as resoluções do Bacen e os programas de fomento do cooperativismo mediante de programas como o Coopersol e o Pronaf Infra-Estrutura e Serviços, permitiram a melhor estruturação das cooperativas e também um avanço na qualificação dos quadros de dirigentes, colaboradores e dos próprios associados, formando inclusive novas lideranças, garantindo assim o controle social nas cooperativas, elemento que consideramos fundamental para o cooperativismo.

No mesmo compasso, os sistemas cooperativos passaram a ter maior compreensão de que as cooperativas de crédito de economia solidária são instrumentos de desenvolvimento dos pequenos municípios e que precisam, ao mesmo tempo, ser muito bem administradas do ponto de vista econômico e financeiro, ou seja, tendo

como pilares a sustentabilidade econômica, o controle social e as parcerias.

Além disso, a discussão mais abrangente sobre economia solidária no Brasil cria oportunidade para que diversos agentes manifestem um conceito de como é possível distribuir a riqueza e permitir, cada vez mais, que os cidadãos elaborem seus instrumentos de inclusão social. Embora este conceito de economia solidária possa ser visto sob diversos ângulos, é importante abrir espaço, como este Seminário, para que estas formas sejam apresentadas, rediscutidas e adaptadas à realidade de cada região.

Especificamente sobre as cooperativas de crédito, podemos dizer que, em pequenos municípios, geralmente desprovidos de outros agentes financeiros, as cooperativas permitem que a população destes locais acesse o crédito com menor burocracia e em condições mais adequadas. Estabelecemos, ao longo de uma década, um jeito novo de fazer com que as cooperativas não sejam vistas apenas como instituições financeiras legadas ao mero trabalho de emprestar dinheiro, nem mesmo de substituir os bancos em regiões longínquas, onde estes não têm mais interesse em manter agências.

A ação prática das cerca de 150 cooperativas acompanhadas pela Ancosol, em diferentes regiões do País, demonstra efetivamente e de forma transparente como os seus membros podem, não só utilizar seus serviços financeiros como, principalmente, ser os verdadeiros donos do negócio, permitindo com isso o resgate da cidadania, da auto-estima, valorizando o seu papel de sócio desta instituição. Sabemos que cada vez mais haverá, por parte da rede bancária, uma seletividade maior do seu público, bem como das regiões distantes dos grandes centros urbanos onde existe a concentração demográfica e financeira; mostrando ainda que em nenhum momento, banqueiros se preocupam com o desenvolvimento regional ou a interiorização do desenvolvimento, cabendo às cooperativas o papel

fundamental de associar as microfinanças com os empreendimentos solidários comprometidos com a distribuição de renda e geração de empregos. Com isso, embora sejam instituições financeiras, também podem e devem cumprir sua função social.

As cooperativas diversificaram a oferta de produtos e serviços, como microcrédito, crédito habitacional, crédito para agroecologia e preservação do meio ambiente. Também, por meio das parcerias com outras organizações, executam programas de apoio voltados às famílias mais empobrecidas do seu quadro social. Ainda, estão gradativamente ampliando os serviços ofertados aos seus associados com o objetivo de oferecer mais facilidades e segurança. No caso das cooperativas do Sistema Cre\$ol, podemos citar a implementação do cartão de crédito, o pagamento de benefícios previdenciários, o recebimento de títulos e outros serviços. Com toda esta diversidade, as cooperativas passam a ser instrumentos de inclusão social porque são capazes de oferecer aos seus associados uma oportunidade de acesso a serviços financeiros dos quais estavam privados. Por outro lado, este é o principal limite da Associação no momento, considerando a concentração das cooperativas nas regiões Sul e Sudeste do País, enquanto as regiões Nordeste e Norte necessitam ainda mais destes instrumentos de inclusão social e de desenvolvimento local.

Além de potencializar empreendimentos no meio rural e urbano, gerando trabalho e renda para as famílias, as cooperativas de crédito contribuem com a economia dos pequenos municípios, na medida em que captam recursos através dos depósitos a prazo, do capital social e dos depósitos à vista, e transformam grande parte disso em linhas de microcrédito produtivo, aplicando localmente em atividades complementares às linhas de crédito oficiais, como o Pronaf.

A Ancosol, que agrega os sistemas cooperativos Cre\$ol, Crehonor, Ascoob, Ecosol, Creditag e Integrar, presente em cerca de 1150

municípios de 14 estados da Federação, desenvolve uma política de apoio às diversas iniciativas, geralmente advindas de movimentos sociais do campo, que vêm no cooperativismo de economia solidária a oportunidade de desenvolvimento das regiões mais empobrecidas e uma forma democrática de distribuição de renda. O desafio de cada dia é associar desenvolvimento econômico e controle social, além de estabelecer novas parcerias para fazer com que crédito e desenvolvimento local caminhem sempre no mesmo sentido.

Vanderley Ziger

Presidente da Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária – Ancosol e da Cooperativa Central Cre\$ol Baser – Sistema Cre\$ol



**Finanças Solidárias e
Desenvolvimento Local**

Giovanni Acquati

Fundador da Red MAG
(Cooperativas Autogestionárias de Instrumentos Financeiros) e
fundador da Banca Popular Ética da Rede de Economia Solidária Italiana

Tradução de **Domenico Corcione**

Finanças Solidárias e Desenvolvimento Local

Dei início – há 25 anos (em 1980) – a Cooperativa Financiadora ética Mag 02 (MAG = Mútuo Auto-Gestão) e em seguida desenvolvi o circuito contribuindo para a constituição de outras Mag no norte da Itália. Estou agora ajudando e estimulando o surgimento de outras cooperativas financiadoras no sul da Itália.

Nessa longa história tive condição de compreender, verificar, estudar e experimentar várias idéias e iniciativas para interligar economia ética e solidária com um financiamento intencionalmente elaborado para responder a exigências específicas. Além disso, trabalhei sempre mais com desenvolvimento local, na projeção de intervenções de âmbito territorial, acompanhadas por uma visão global.

Tentarei aqui expor para vocês algumas reflexões que são o resultado – até este momento – de meu percurso de trabalho e de vida.

Antes de tudo, uma triste constatação: o dinheiro se tornou – infelizmente – o centro de nossa existência, perdeu sua função original de “meio”, de facilitador dos intercâmbios; tornou-se algo de mais alta determinação, ou um “fim”. Isso deformou profundamente o desenvolvimento do mundo.

De fato se trabalha apenas para conseguir dinheiro, sem a consciência de que nosso trabalho serve mais aos outros seres humanos e que afinal o natural entrelaçamento de nossas atividades nos leva a ser úteis um para o outro e vice-versa.

No dinheiro depositamos nosso futuro. Por isso nos foi ensinado – pela cultura dominante – que o dinheiro deve render econo-

micamente o mais possível, sem nos preocupar sobre como venha a ser utilizado e o mal que possa nos causar se for mal utilizado. Nada é mais efêmero e vazio de sentido, porém, do que o dinheiro, pois ele é uma convenção entre os homens e, enquanto tal, é facilmente modificável ou sujeito a ser apagado.

Por sua acumulação na maior quantidade possível e de qualquer jeito - é o que a economia atual nos estimula a fazer - o dinheiro se torna sinônimo de segurança, prestígio, força, poder. Todos - sempre vítimas dessa cultura obsessiva do "ter" - correm atrás dele sem nos colocar outro problema a não ser o de conseguir sempre mais dinheiro.

Além disso, o dinheiro está quase sempre por trás de guerras e de conflitos de toda natureza, mesmo que isso venha a ser frequentemente a nós apresentado como consequência de lutas étnicas ou religiosas, construídas com arte, somente para cobrir os verdadeiros motivos econômico-comerciais-financeiros.

Também entre famílias e amigos, o dinheiro é muitas vezes causa de problemas e discussões: o dinheiro divide e não une. E poderíamos continuar até o infinito, sobre o papel distorcido que o dinheiro e as finanças foram assumindo em nosso tempo, com uma aceleração fortíssima nos últimos dez - quinze anos.

O que me parece ainda mais grave é a constatação de que essa linha de comportamento e de pensamento nos fez colocar em segundo plano a amizade, as relações humanas, isto é, nossa verdadeira natureza, nossas mais importantes ligações, aquelas que de fato nos ajudam e acompanham quando estamos em dificuldades: a solidariedade entre as pessoas.

Foi natural e lógico, por isso, reagir a essa situação, pôr-se a reconsiderar o papel do dinheiro e colocar em pauta o problema de como utilizá-lo. Por estes motivos, desenvolveu-se o financiamento ético e solidário no mundo, além de objetivar que o dinheiro não

termine sempre e apenas nas mãos de quem já o tem, mas chegue também àqueles que precisam verdadeiramente dele.

Há mais de 30 anos, sobretudo nos últimos dez, foi implementado, no mundo inteiro, um número enorme de iniciativas de microcrédito, de bancos éticos e sociais, de cooperativas de financiamento, de iniciativas locais de coleta e distribuição dos recursos que estão na base de um crescimento equilibrado e coletivo, além de ecologicamente responsável, do território. Afinal, hoje ficou amplamente demonstrado que é possível gerir de outra forma o dinheiro.

Essas iniciativas de financiamento social, ético e solidário situam na base de suas ações três elementos: a "ética", isto é, o respeito às pessoas e ao ambiente; a "participação e a transparência", ou seja, a possibilidade de se tornar diretos protagonistas da gestão da própria poupança e ter controle de como vem sendo investidos; "a solidariedade", isto é, a maior atenção para com aqueles que são mais fracos e que não têm acesso ao crédito no circuito financeiro tradicional atual.

Pode-se afirmar, afinal, que o financiamento ético e solidário não situa em primeiro lugar a renda econômica, mas aposta principalmente na geração de renda social, isto é, nos benefícios gerais que o tipo de intervenção busca no território onde se concretiza a operação.

Poderia parecer lógico pensar numa estreita relação entre economia real e finanças, mas não é assim. De fato, hoje, o mundo financeiro investe bem mais em especulação financeira, no mercado de títulos e de moedas, do que em sustentar o trabalho, a ocupação e, afinal, as iniciativas empreendedoras. Isso acontece simplesmente porque rende mais, porque - repito - o modelo cultural de referência dominante afirma que é preciso apostar no maior rendimento econômico possível.

caso em que não haja garantias, de quem investe especulando em moedas, de quem – afinal – está muito longe do espírito pelo qual vocês estão fortemente empenhados, o desenvolvimento de uma economia social e solidária; mas tudo partirá sempre de vocês e das opções que vocês fizerem.

Giovanni Acquati

Fundador da Red MAG
(Cooperativas Autogestionárias de Instrumentos Financeiros) e
fundador da Banca Popular Ética da Rede de Economia Solidária Italiana

Tradução de **Domenico Corcione**



**Alguns Traços da
Economia Solidária na Espanha**

Enrique del Río

Pedagogo – autodidata
Gerente da Cooperativa PROEMPLO - Espanha

Tradução de **Luana Mourão**

Alguns Traços da Economia Solidária na Espanha

1 O que todos queremos

Na Espanha, assim como em todos nossos países, as pessoas que acreditam na Economia Solidária como uma forma mais justa de fazer funcionar a sociedade a favor de todos, temos aspirações semelhantes e o que queremos é:

- ao final de cada mês ter dinheiro suficiente para cobrir nossas necessidades;
- conseguir esse dinheiro sem explorar a ninguém, pagando aos provedores à vista ou em um prazo razoável combinado e não depois de seis meses;
- oferecer produtos e serviços necessários e de qualidade;
- utilizar energias limpas, sem contaminar;
- que todos os trabalhadores sócios participemos na gestão da empresa, na tomada de decisões e no risco;
- que o ato de trabalhar seja um prazer e não um castigo. Crescer em capacidades humanas, sociais e técnicas;
- poder dispor de tempo livre para outras atividades familiares, pessoais e de relações;
- que as relações econômicas internacionais se situem nesta mesma linha; e
- enfim: ser felizes.

2 Sem dúvida nos encontramos com vários perigos e desafios sem resolver, como, por exemplo:

Esses desafios são vários, mas principalmente existem dois que, de acordo com nossa experiência, colocam em perigo o aspecto alternativo da Socioeconomia Solidária: por um lado, o perigo de que o que fazemos reforce o sistema econômico, político, e cultural que temos atualmente; sistema de que não gostamos como funciona.

Por outro lado, o risco baseado em que os aspectos econômicos atraiam os aspectos sociais solidários. É o que é mais grave: que o façamos em nome da Socioeconomia Solidária. Vamos detalhá-lo mais.

1.1 Perigo de que a economia atrai o social e o solidário

Na Espanha estamos assistindo a um "seqüestro" da economia social por parte do sistema convencional, já que a economia social não significa que o econômico entre no social, como está acontecendo ultimamente e com exagerada freqüência na Espanha, mas exatamente o contrário: que o social entre no econômico.

Quer dizer que os valores sociais universais de democracia, justiça, ética, respeito, prioridades pela pessoa, pelo meio ambiente, pela natureza, pelas relações fraternas, sejam os indicadores que regem a economia. E não que a economia dominante, através de grandes empresas especulativas, converta o social em um saboroso mercado de onde extrair mais benefícios, aproveitando as subvenções do Estado. Há empresas enormes, muitas com participação de bancos no capital, que quase controlam o cuidado à terceira idade, aos enfermos, aos "sem-teto", e estão esperando que o setor de atenção à população excluída seja rentável financeiramente para entrar nele.

1.2 Perigo de que o que fazemos reforce o sistema econômico, político e cultural que temos

Dependendo de como fazemos as coisas, podemos repetir os mesmos esquemas culturais e econômicos do sistema convencional. Por um lado, está o perigo real já experimentado de que o social e solidário não tenham base econômica, com o qual não pode ser social, nem solidário, porque não tem base sustentável para isso. Às vezes estas experiências são mais umas terapias sociais do que uma resposta econômica real.

Quer dizer que foram criadas empresas que trabalham em estado precário para empregar pessoas que de outra forma não o teriam, mas que por sua vez, reduzem os custos de produção de modo ostensivo e facilitam que as empresas convencionais do sistema econômico lhes dêem trabalhos, porque sai mais barato do que fazer os trabalhos em suas próprias empresas.

Conseqüência lógica é que os empregos que se criam por um lado se destroem por outro, pois nas empresas convencionais que terceirizam parte de sua produção destas empresas mais solidárias reduzem seus empregos e expulsam trabalhadores que já tinham certas condições de trabalho adquiridas e possivelmente estavam sindicalizados.

Não basta empreender; é necessário algo mais

Depois de avaliar os 21 anos de experiência de ajudar a criar empresas, nos parece oportuno salientar que nem todo auto-emprego serve para mudar e transformar a situação e, muitas vezes, sequer para melhorar a vida daquelas pessoas que se atrevem a empreender.

Freqüentemente o auto-emprego, pode ser (acentuo que "pode ser", não que automaticamente seja) uma boa colaboração com a política de terceirização e deslocamento das empresas e outra forma de inserirmos a todos na cultura capitalista para co-administrar os destroços que o capitalismo selvagem produz. Deixam-nos espaços para gerenciar os aspectos menos rentáveis e se apropriam dos rentáveis emergentes.

Muitas vezes se montam empresas para competir com outras e realizar uma produção mais barata, ajudando a reduzir os custos das empresas, que nos "cedem" o trabalho, subcontratando-nos.

Quando falamos da análise do sistema da economia globalizada capitalista, denunciemos as injustiças sociais e econômicas e as contradições culturais, de valores e políticas. Quando falamos, entretanto, de soluções ou alternativas esquecemos esses elementos e reproduzimos os valores que depois denunciemos no sistema. Até quando seguiremos fazendo o mesmo?

Quando falamos de auto-emprego, muitas vezes, o que fazemos é trocar uns desempregados por outros e o que muda é a situação pessoal de uns que se situam melhor do que outros, mas o sistema continua igual: selecionando uns em detrimento de outros.

Enquanto não mudarmos o modelo e o conceito de empresa e de mercado, não mudaremos nada. Concretamente, será possível mudar o modelo? Sim, mas deve existir uma vontade e usar os meios e os métodos adequados.

Um exemplo para ilustrar o que quero dizer:

"Uma grande empresa do Sul da Espanha, com 400 trabalhadores oferece peças da cadeia de uns motores para que sejam feitas por jovens formados dentro dos Projetos de Inserção (subsidiados pela Administração espanhola e europeia), com a condição de que os preços das peças saiam bem mais econômicos que na fábrica. Evidentemente o resultado será despedir os trabalhadores que fabricam essas peças dentro da empresa. Enquanto os

jovens terão que constituir uma empresa na qual se auto explorarão para poder cumprir com o orçamento redúzidíssimo da outra empresa, da que dependerão 100%".

Desde o ponto de vista "micro", da inserção social, este exemplo pode ser um sucesso a curto prazo, mas, desde o ponto de vista "macro" da economia alternativa, não significa avanço algum e não acrescenta transformações fundamentais.

3 Necessitamos criar outro modo de entender a economia, a empresa e o mercado¹

3.1 Criar empresas rentáveis integralmente

- A. Necessitamos mudar nosso modelo de empresa. Isso quer dizer empresas que sejam células e órgãos de um corpo harmonizado que se desenvolve de maneira equilibrada. Como as árvores. Não empresas cancerígenas, nem acientíficas, como a maioria das que existem agora.
- B. Projetos de atividades econômicas produtivas eficazes e realistas que produzam trabalho e riquezas de modo diferente, por meio da criação de empresas mais éticas, mais sociais e mais solidárias.
- C. Coordenar-se em rede com outras empresas para ensejar um tecido econômico que dê organização e coesão ao desenvolvimento local a serviço de toda a população.
- D. Criar as conexões para fomentar intercâmbio horizontal com outros projetos de desenvolvimento local de outros países.

¹ (Extraído de um trabalho mais amplo sobre "A autogestão econômica e social é uma alternativa possível?" de Enrique del Rio-).

3.2 Empreender projetos de atividade produtiva econômica para crescer como pessoas

- A. Permitir, estimular e favorecer o desenvolvimento de nossas capacidades, que têm que estar a serviço de todos, mediante uma tarefa produtiva, rentável e criativa.
- B. Permitir que surjam todas as inquietudes da população, colocando em prática suas potencialidades.
- C. A possibilidade de decidir o que queremos fazer com nossas vidas e viver digna e honestamente disso, ao mesmo tempo em que se presta um serviço aos cidadãos e à sociedade.
- D. Utilizar nossas idéias e nossas capacidades a serviço de nós mesmos e de nossos concidadãos. Aquelas que são básicas para se desenvolverem na vida e no mundo econômico.
- E. Também a praticar e treinar a vocês para desenvolver atitudes básicas que são fundamentais.

3.3 Empreender para recuperar o verdadeiro sentido do trabalho

- A. Trabalhar é uma atividade que origina produtos ou serviços para satisfazer as necessidades da população, e essa atividade, podemos aprendê-la, exercitá-la e administrá-la sem que ninguém nos contrate.
- B. A dimensão social e humana do trabalho: o direito e o dever de trabalhar. Todos temos direito a trabalhar, mas isso não significa que tenha que ser com um contrato por conta de outras pessoas.
- C. Gerar riquezas e aprender a administrar e tomar decisões, assumindo a responsabilidade e as conseqüências delas.

4 Algumas reflexões sobre o conceito de empresa dentro da questão da economia social e solidária?

4.1 Dão organização e coesão à vida econômica da sociedade

As empresas, sob qualquer forma jurídica – sociedades anônimas, cooperativas, sociedades anônimas laborais, autônomos, etc. – são a base que sustenta o conjunto de atividades produtivas e que de alguma maneira dão organização e coesão à vida econômica de nossa sociedade.

A lógica do funcionamento econômico de nosso modelo de mercado leva implícito um certo nível de eficácia empresarial, dado que quem não pode manter as regras do jogo fica eliminado e desaparece (fecha a empresa).

Por isso, é muito importante assegurar que essas empresas ou esse tecido socioeconômico respondam às necessidades reais da população e para isso é imprescindível que estejam participando dos mesmos objetivos de desenvolvimento, que é o conjunto de seguimentos da sociedade. Se as empresas estão à margem, ou não existem projetos de desenvolvimento onde elas possam participar, dificilmente poderão responder a esses fins.

4.2 Células de um organismo vivo

As empresas, isoladamente e todas em seu conjunto, formam parte de um organismo vivo mais amplo: a sociedade, sua atividade produtiva e toda a trama econômica, e, como todo organismo, cada parte dele tem uma função. Assim, quando as células deixam de de-

² (Extraído de um trabalho mais amplo sobre "A autogestão econômica e social é uma alternativa possível?" de Enrique del Río).

sempenhar sua função dentro do organismo, se produz uma doença que ao longo do tempo se converte em um câncer, que quer dizer desemprego, mercado que marca a norma de conduta da população, produção de coisas supérfluas, destruição de matérias-primas não renováveis, contaminação, celeiros de marginalidade etc.

As empresas, portanto, não podem nem devem funcionar isoladamente, senão dentro de uma função global mais ampla. Isso quer dizer dentro de um plano de desenvolvimento local-regional, que daria sentido à atividade empresarial. Temos que tornar a regenerar o sentido do organismo e de cada célula e isso supõe nem mais nem menos do que repensar a economia, o sentido do trabalho e da empresa, o papel que deve ter o mercado, o tipo de formação que reproduzimos, o uso do dinheiro...

4.3 Responsabilidade social da empresa

São vários os verdadeiros fins que deveria buscar a atividade empresarial:

- a) oferecer e produzir serviços ou produtos que respondam às necessidades da população e, de passagem, obter um merecido benefício que compense seu risco de inversão e seu esforço da gestão; mas o objetivo ou finalidade última de uma empresa não pode ser unicamente obter dinheiro, especulando a qualquer preço. Não pode funcionar de costas à conveniência ou não de seus serviços para o bem do conjunto da sociedade e à conservação da natureza.
- b) Servir de base para a organização econômica da sociedade. A atividade empresarial é o pilar mais importante dessa organização da vida econômica da sociedade, onde se verifica a rentabilidade ou não das atividades produtivas, tendo em

conta critérios de desenvolvimento harmônico. Isso quer dizer medir o que fornece e beneficia ou o que prejudica ou destrói, para verificar a verdadeira rentabilidade global. Por isso falar de rentabilidade econômica a partir dos benefícios de uma só empresa, sem medir as repercussões no resto de aspectos que dizem respeito a todos (possível poluição, esgotamento de matérias-primas escassas e não renováveis, excessivo gasto de energia, desequilíbrios na natureza, aglomeração, utilização de material perigoso, prioridade do que a sociedade necessita etc.), é reduzir a economia a um manual de jogo de mesa.

- c) Servir de veículo ou espaço de desenvolvimento de capacidades da população. Isso quer dizer que a atividade empresarial é uma escola permanente de desenvolvimento de capacidades físicas, sociais, artísticas, culturais, econômicas, intelectuais etc. É claro que o exposto anteriormente só é possível se a população, antes ou simultaneamente ao ato de entrar em uma empresa, deveria estar suficientemente informada, orientada e basicamente formada a partir de suas aptidões.
- d) Praticar a ascensão das responsabilidades. Se quisermos que as cidadãs e os cidadãos convertidos em produtores, trabalhadores e gestores ao mesmo tempo cresçam como pessoas, o funcionamento empresarial deve facilitar a prática de assumir suas responsabilidades e o hábito de tomar decisões, o que pressupõe, por sua vez, um funcionamento democrático. Dependendo de sua forma de funcionar, a empresa faz mais conscientes os indivíduos ou os adormece e inibe.

e) Escola para aprender a estabelecer um preço justo. A empresa é uma escola em miniatura para entender a sociedade mais ampla, começando a praticar a visão fraternal como filosofia, e a cooperação como instrumento científico positivo; superando a dimensão localista no planejamento e gestão do processo de produção, aplicando assim o que é pagar um preço justo a cada um dos agentes e elementos que intervêm: matérias-primas, transformação, elaboração, distribuição, comercialização e gestão.

Para que serve fazer campanhas de solidariedade internacional ou solicitar 0,7% do orçamento do Estado a favor do Terceiro Mundo, se todos os dias consentimos ou colaboramos com os preços especulativos e monopolistas que espoliam essas populações de outra parte do planeta ou inclusive de nosso continente ou país?

f) Funcionar com uns códigos éticos de conduta empresarial que assegurem

- a qualidade do produto ou serviço ao melhor preço possível;
- que, por sua vez, esse preço baixo não seja às custas de explorar as pessoas que trabalham nessa empresa, sem discriminação de nenhum gênero, condição ou idade;
- não ao abuso ou exploração de subcontratados, ou a terceiros;
- cumprir os acordos com os provedores;
- utilizar energias limpas e o respeito ao meio ambiente. A não-poluição do espaço ao redor e a conservação da natureza... Uma boa reciclagem das matérias tóxicas... Não

malversação das matérias-primas, mesmo que sejam renováveis;

- cumprir as normas vigentes em matéria de segurança, salubridade e direitos adquiridos de todos os trabalhadores;
- não emitir publicidade enganosa para captar clientes;
- não-falsificação da falência para livrar-se de responsabilidades econômicas para depois reabrir em um lugar mais vantajoso; e
- prever o crescimento e melhora – capital, inversão, pesquisa como fruto da boa administração e não de tornar precário os contratos e as condições de trabalho, ou de não pagar aos provedores.

Concluindo

O objetivo da atividade empresarial é gerar respostas e riquezas para todos, começando pelos empreendedores, suas famílias e os que os rodeiam, mas não é exclusivamente para obter benefícios financeiros para uns poucos em detrimento dos demais.

A Auditoria Social é um bom instrumento a serviço da Economia Social e Solidária para estarmos vigilantes e não perdermos a direção de nossos objetivos como entidades.

5 Diferentes formas de entender uma empresa e evolução do funcionamento empresarial até nossos dias ³

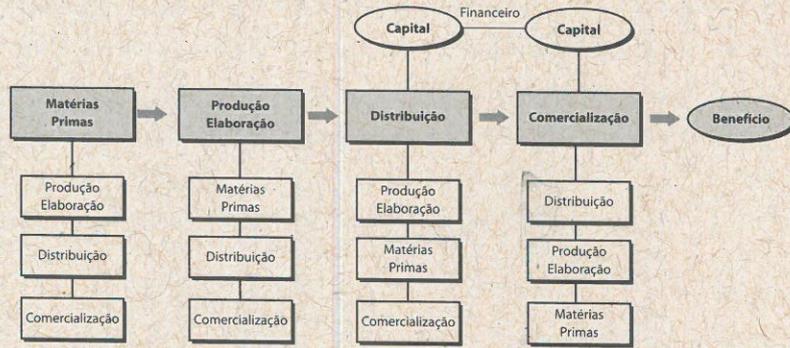


Fig.: 1 Modelo de funcionamento atual das empresas

- Nessa maneira de entender a empresa, o capital financeiro está concentrado na distribuição e comercialização, que é o elo final da cadeia, marcando o preço final, e fica com a maior parte do lucro. Este benefício normalmente não tem relação com o que se remunera aos processos anteriores, de extração da matéria-prima e a transformação e elaboração.
- Fruto desta maneira de entender a empresa e o mercado, converte-se o processo de produção e as matérias-primas em um simples gasto contábil a ter em conta na soma final, mas não como uma parte com direito a benefícios. A tendência permanente é a de reduzir esses gastos contábeis, quer dizer, reduzir os preços dos custos.

³ (Extraído de um trabalho mais amplo sobre "A autogestão econômica e social é uma alternativa possível?" de Enrique del Río-).

- Quando alguma das empresas está situada no setor das matérias-primas ou a elaboração, utiliza o mesmo esquema de considerar os demais aspectos do processo como um gasto contábil a ser reduzido ao máximo para obter o maior benefício possível. No caso das grandes empresas sempre procuram seu próprio sistema de comercialização.
- Há outras formas, porém, de funcionar e de entender a empresa para ser coerente com toda a população e não explorar aos demais, que consiste em considerar a empresa como o conjunto do processo: desde a extração, elaboração, distribuição, comercialização e compra dos consumidores. Devemos considerar os diferentes elementos do processo, incluídos os consumidores, como uma só empresa, onde todos são possuidores do capital, compartilham riscos e benefícios, que se repartem proporcionalmente ao esforço investido e onde todos têm algo que dizer sobre o que produzir e como. Um só elemento não pode se apropriar do esforço dos demais, por isso o capital financeiro deve estar repartido, com investimento de todos na medida de suas possibilidades.
- Mesmo que ainda não se tenha conseguido unir todos os elementos do processo, teremos de ir dando passos nessa direção. Esse processo deverá ser feito pouco a pouco, na medida em que os diferentes protagonistas vão tomando consciência de cada passo. Os consumidores têm que formar parte do risco e do benefício.

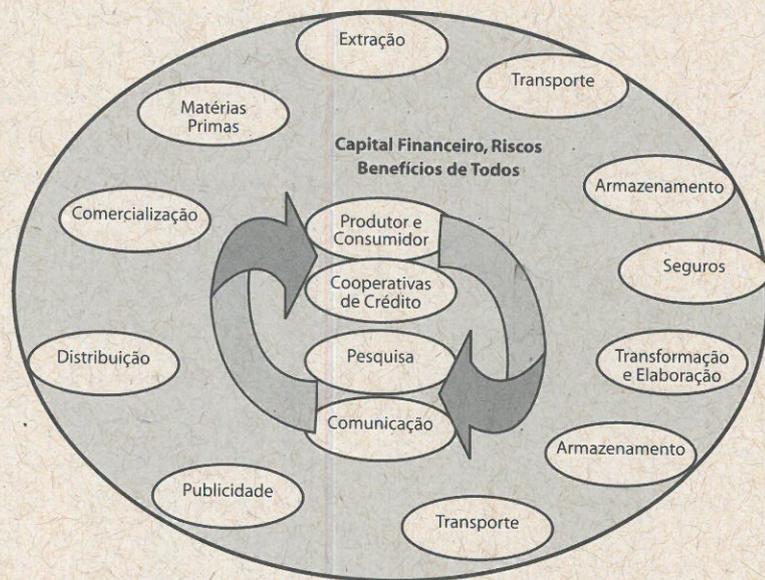


Fig.: 2: Modelo de empresas como unidade de produção que engloba os diferentes passos do processo

Ainda que haja pouquíssimos exemplos, podemos contar uma experiência espanhola de uma cooperativa de comercialização de café da Nicarágua, que assegura que 42% do preço final da venda ao público retorna aos produtores cooperativistas da Nicarágua. Com o sistema tradicional, se esse mesmo café fosse vendido numa Grande Rede de Supermercados, tipo Carrefour ou outros, somente retornariam 2% ou 3% aos produtores nicaraguenses.

O motivo dessa diferença de retorno ou de preço decorre de que, no caso da cooperativa, esta não fica com o benefício, mas há uma retribuição do seu trabalho e um pequeno lucro para seguir, investindo e melhorando e, no caso do Supermercado, eles ficam com quase todo o lucro e consideram aos produtores e a sua matéria-prima um gasto contábil a diminuir o máximo possível.

Portanto é evidente que temos que mudar nosso modelo de empresas e de mercado.

6 Conclusão – Onde está o alternativo?

O alternativo, o diferente que nos permite optar, está em:

1 Um debate cultural e de conceitos de modo permanente

- Instrumentos básicos que facilitem aprofundar.
- A pessoa como centro de tudo, com todas suas aspirações e capacidades.
- Conceito de “poder” e do uso dele. Trata-se de esquecermos do poder alheio e começar a exercer nosso próprio poder de decidir, pensar, investigar, compartilhar, optar por outras formas de vida mais satisfatórias.

2 Um conceito integral de desenvolvimento local e comunitário

- Pessoas, individualmente e em grupo, protagonistas indiscutíveis. Uma opção por nós mesmos e pelos demais.
- Desenvolvimento onde se estabeleçam objetivos em todos os setores econômicos e todos os aspectos e âmbitos da vida que nos concernem.
- Um território que se possa abranger e suficiente como ponto de partida para os planos de desenvolvimento.
- Propostas de desenvolvimento local.

3 Novos conceitos de trabalho

- Direito e o dever de trabalhar.
- Dimensão social do trabalho.

4 Outro conceito de empresa, de economia e de mercado

- Economia a serviço das pessoas. Dignificar o conceito e a prática de empresas com responsabilidade social.
- Resgatar o verdadeiro sentido da Economia.
- Utilizar o mercado como um instrumento e espaço de intercâmbio honesto e justo.

5 Estímulo e apoio a novos empreendedores/as econômicos, sociais e solidários

- Fomento e estímulo aos cidadãos
- Escola de formação
- Instrumentos de apoio

6 Novas formas de financiamento

- Instrumentos financeiros alternativos

7 Desenvolvimento das capacidades básicas através de nossos afazeres cotidianos

8 Desenvolvimento de atitudes-chaves para nosso crescimento

9 Novo enfoque da globalização como cooperação

- Uma visão globalizadora. Os problemas que nos rodeiam diariamente não são conjunturais, e sim estruturais, como o do desemprego, por isso não pode resolvê-los nenhum governo, seja ele de qualquer sigla política.
- Intercâmbios de iguais.

10 Um tipo de formação para todo o anterior

- Autoformação baseada em informação, implicação e aplicação.

11 Uma metodologia adequada

- A autogestão como filosofia, processo, estratégia e método de trabalho.
- Participar é algo mais do que assistir. Uma participação consciente implica em cada um fazer em sua medida, segundo a sua preparação; assumir e fazer coisas junto a outros, ao seu lado; não fazê-las "para" e "pelos" demais, substituindo-os.
- Rigor no tratamento e análise dos temas.

12 Uma organização coerente

- Pequenas e articuladas por assuntos e territórios.

7 Em síntese

Nossa experiência e reflexão se resumem em uma série de afirmações positivas

- Temos que apoiar empreendedores sociais que se comprometam com fins solidários na economia, criando outro modelo de funcionamento empresarial.
- Temos que unir sempre formação, emprego e desenvolvimento. Tudo o que signifique separar formação, emprego, empreendedores e planos de desenvolvimento é cair em uma armadilha e preparar uma armadilha para as pessoas.

- São imprescindíveis projetos de desenvolvimento local feitos com a população que queira participar. Não há saídas empresariais e criação de emprego, sem planos de desenvolvimento pensados desde um território que se possa abranger.
- É possível oferecer emprego se observamos o mercado latente e não somente o patente, se temos empreendedores que se comprometam a desenvolver um tipo de empresas diferentes, e se o conjunto se organiza em torno de um plano de desenvolvimento. Sem essas condições, é provável que o que vivemos a fazer torne a gerar marginalização e desemprego.

Enrique del Río

Pedagogo – autodidata
Gerente da Cooperativa PROEMPLEO - Espanha

Tradução de **Luana Mourão**



Gênero e Economia Solidária – debate necessário

Margarita Cisneros Tzoni

Coordenadora da Rede de Gênero e Economia - México, Mex.

Tradução de **Luana Mourão**

Gênero e Economia Solidária – debate necessário

“Não saber o que ocorreu em outros tempos é ser para sempre uma criança. Se não se faz nenhum uso das atividades do passado, o mundo permanecerá para sempre na infância do conhecimento.”

Boa tarde para todas vocês presentes a este Seminário Internacional de Socioeconomia Solidária. É uma honra estar com vocês neste espaço e compartilhar minha experiência a partir do envolvimento com mulheres da minha organização, a “União Camponesa Democrática A.C.” e da Rede Nacional de Gênero e Economia no meu País, México. E com interesse de construir outra América e consolidar um sistema econômico alternativo com princípios fundamentais a partir das bases, hoje falarei sobre a “Socioeconomia Solidária e a participação da Mulher”.

Iniciei este tema com uma frase célebre de Ciceró, cujo significado é de grande profundidade pelos princípios em que se baseia a Socioeconomia Solidária, entendendo-se esta como um modelo econômico inclusivo, que considera as capacidades e os potenciais de cada indivíduo com igualdade como base da construção de relações justas, livres e democráticas na integração de um desenvolvimento social.

O trabalho coletivo é a semente da Economia Solidária: dá-nos a oportunidade de potencializar as qualidades de cada pessoa e de ajudar-nos mutuamente a superar tudo o que impede o crescimento do grupo e da sociedade, em seu conjunto, e o fortalecimento dos povos.

Quem praticou este sistema?

A história registra que nossos povos e nossas culturas praticaram este sistema de Socioeconomia Solidária. Na América Latina, logo depois da conquista pelos europeus, ocorreram diversas tentativas de preservar as peculiares formas e unidades econômicas que, baseadas nos princípios e valores nativos, fizeram possível sua sobrevivência. Diferentes agentes contribuíram nesse processo, como as ordens franciscana, dominicana e principalmente os jesuítas, foram fundamentais entre princípios do séc. XVII até o ano de 1768, conseguiram não somente conservar o grosso de sua cultura nativa, como também a sobrevivência da etnia e estabeleceram de modo muito eficiente um ordenamento socioeconômico, de base comunitária, tendo como fundamento as relações de reciprocidade e redistribuição.

No México, este sistema também foi usado pelos maias e astecas, entre outras culturas, e sua principal moeda era o cacau. Na Antiga República de Tlaxcallan, “terra do milho ou do pão de milho”, habitada pelos Teochichimecas, tinham a maior feira da Mesoamérica, com 60 mil almas diariamente intercambiando seus produtos através da troca.

Atualmente a economia da solidariedade pode ser entendida como uma das escassas linhas da América Latina.

Vivemos tempos de cólera neoliberal –imperial- com a sua ofensiva niveladora que se propõe à doação do american way of life, até nos últimos recantos de nosso mundo como único caminho de salvação planetária.

Comenta-se sistematicamente a perda de competitividade dos países da América Latina no mercado mundial. Como podem falar de competitividade se sequer nos deixam competir? Por que

entrar em um mercado mundial em lugar de abastecer um mercado interno?

Em nossos países, devem-se debater as atuais estratégias da globalização de mercado e do capital, que estão dando lugar à concentração da riqueza, junto ao crescimento da miséria e de um grande número de população mundial supérflua e desprovida de direitos. Segundo os especialistas, na década de 1960, havia no mundo um rico para cada 30 pobres; hoje a proporção é de um rico para cada 80 pobres. A concentração da riqueza está em poucas mãos e sua distribuição carece de mecanismos para aparelhar-se. A Organização para a Agricultura e a Alimentação (FAO) destacou no seu relatório passado que cada ano morrem, por desnutrição, mais de cinco milhões de crianças menores de 5 anos, e que nos países ricos mais de 9 milhões de pessoas passam fome.

Tudo isso nivela o caminho para que os seres humanos se dirijam a um neoindividualismo possessivo e consumista, que configura a base antropológica e social de nossa época. Esta ideologia se transforma em um fator poderoso de desintegração e decomposição social, já que deixa carente de vínculos sociais um amplo setor da população do planeta.

O consumo, ou melhor expressando, a capacidade econômica para consumir — baseada em uma lógica individualista competitiva —, converte-se atualmente no critério mais importante de inclusão ou de exclusão social.

O neoindividualismo consumista quebra a consciência de classe social, fragmenta a sociedade e inclusive privatiza o próprio vínculo social.

Resumindo este processo, podemos defini-lo como o enriquecimento privado, acima de tudo, sem importar os meios legítimos ou ilegítimos mediante os quais se chega à aquisição de um status econômico. Seus efeitos negativos são: ausência do trabalho, falta de

cultura, insegurança e falta de proteção institucional. Por detrás, o que existe é uma ética da desesperança e do salve-se quem puder.

Com este panorama, rompem-se e perdem-se os valores fundamentais de uma Economia Solidária, ao se passar do interesse geral ao interesse particular, e as graves conseqüências, em sua maioria, recaem sobre as mulheres.

Esta situação fez com que as mulheres constituam cerca de 60% dos bilhões de pobres do mundo, assim como são mulheres que compõem a maioria de aproximadamente 350 milhões de pessoas que vivem na absoluta pobreza.

Ao longo das duas últimas décadas, o número de mulheres rurais na América Latina, que vivem em absoluta pobreza, aumentou em 50% (comparado com 30% dos homens) e a feminização da pobreza é um fenômeno crescente no mundo em desenvolvimento.

Como não é possível ocultar a existência de maior pobreza gerada pelo neoliberalismo, desenham-se programas governamentais de redução da pobreza de caráter assistencialista com fortes vieses clientelistas e focalizados à atenção dos extremamente pobres. Para reduzir os custos nesses programas se fornecem instrumentos para o valor e a prática da solidariedade no interior dos setores populares e novamente serão mulheres as chamadas a participar. Esta “participação se faz invocando as qualidades das mulheres como mães provedoras”. “É um subsídio de pobres a outros pobres”.

O empobrecimento das mulheres acentuou pelas transformações globais:

1. Liberalização do mercado (econômica)

Tem como conseqüência direta o voltar a responsabilizar o âmbito privado, individual, familiar, do desenvolvimento, provisão e sustentação das capacidades humanas – cuidado e atenção das

crianças e idosos, alimentação das famílias, recuperação dos enfermos (atualmente isso não faz parte do entendimento de desenvolvimento econômico). Esta vez, em condições mais desfavoráveis e penosas, em razão da perda de direitos conquistados, do aumento da pobreza e se perdem outras possibilidades de trabalho e renda, o que explica a feminização da pobreza.

2. As rápidas mudanças tecnológicas

3. Programas de ajuste estrutural

Tiram a responsabilidade do Estado de suas obrigações e dificultam ou impossibilitam o acesso de grande parte da população.

4. Degradação do meio ambiente

A principal causa da feminização da pobreza é um viés de gênero, o qual de várias maneiras, é um obstáculo para que as mulheres obtenham educação, capacitação, serviços de saúde, cuidado para os filhos e da situação legal que se requer para escapar da pobreza.

Nos países desenvolvidos, as atividades econômicas das mulheres têm lugar principalmente:

1. no setor não assalariado da economia (trabalho não remunerado, com o propósito da subsistência do lar); e
2. o trabalho remunerado no setor informal.

Como tal, este trabalho não se considera uma contribuição nas contas da renda nacional e por isso é altamente ignorado nos programas de desenvolvimento econômico.

Em geral, as mulheres envolvidas nesse tipo de trabalho não têm acesso à terra, ao crédito e a outros recursos que melhorariam a produtividade e lhes permitiriam a geração de renda maior.

E, para melhorar suas condições de vida, requer-se também em termos das mudanças nas relações de poder, tanto no lar, como na comunidade e nos mercados.

No México, a contribuição das mulheres à economia nacional — como trabalhadoras assalariadas na agricultura e na indústria, trabalhadoras por conta própria e trabalhadoras comunitárias e não assalariadas, — não foi adequadamente avaliada. Se bem que o impacto do TLCAN nas mulheres é de amplo espectro, e afeta praticamente todas as esferas de sua vida familiar, seu meio ambiente e vida comunitária.

A partir do TLCAN, a economia nacional vem decaindo, o impacto se recente muito no setor rural, a falta de apoios ao campo determinou que o México ocupe na América Latina o primeiro lugar em emigração.

No Estado de Zacatecas, 40 de 57 municípios padecem seca e as mulheres ficaram sozinhas nas suas comunidades.

Este fenômeno traz graves conseqüências para as mulheres que têm que se fazer responsáveis das suas famílias e as suas horas de trabalho não remunerado se multiplicaram.

Resumindo este diagnóstico, afirma-se:

1. Que o sistema neoliberal, individualista da a atual organização social prejudique às mulheres.

A organização social que impera se assenta na separação de homens e mulheres, a cada um dos quais lhes designa papéis e funções, deveres e direitos diferenciados, em prejuízo das mulheres, que são oprimidas, excluídas e discriminadas.

Conseqüências da Divisão sexual do trabalho

* Existe Discriminação da Mulher na atividade produtiva

A política econômica, em seu desenvolvimento, separou duas esferas econômicas.

- a) Por um lado a produção de bens e serviços, aos quais se designa valor de uso de transformação que produzem ganhos, esfera reservada para homens.

De outro lado, a produção e desenvolvimento, cuidado e sustentação das capacidades humanas, incluída a força de trabalho, às quais se designa um valor intrínseco, esfera que se designou às mulheres.

As políticas macroeconômicas que se fundamentam na divisão das duas esferas assumem implicitamente que as tarefas de reprodução e manutenção dos recursos humanos devem continuar se realizando de maneira não remunerada.

Esse não-reconhecimento do papel produtivo das mulheres se expressa, também, nas dificuldades que encontram as mulheres, para acessar e controlar os recursos produtivos, como propriedade dos bens principalmente a terra, capital de trabalho, financiamento e crédito, tecnologia, capacitação técnica e mercados.

- b) Desvalorização do trabalho produtivo

- c) Mulheres responsáveis de serviços sociais

Este revela um preconceito contra as mulheres

Se as contribuições descritas não fossem pelas mulheres, aumentariam os custos econômicos de produção e existiriam riscos de conflitos e desestabilização.

Que relação tem esse panorama com a Socioeconomia Solidária e a participação das mulheres?

Se considerarmos o conceito e os princípios enunciados no início como base da Socioeconomia Solidária, podemos visualizar que o esforço que as nossas culturas fizeram por preservar esse modelo foi quebrado e quase apagado da nossa sociedade pelo atual sistema neoliberal, que, contrastando com a SES, produz um modelo econômico excludente, o qual NÃO considera as capacidades e potencialidades de cada indivíduo com igualdade. Origina destruição e relações injustas, não livres e antidemocráticas. Como consequência, a desintegração, estagnação e deterioração social. Sua semente é o individualismo e deixa de fora o trabalho coletivo.

Ante essa situação, no México, surge em 1989, a alternativa de organização social, denominada União Camponesa Democrática A.C._ que atualmente tem estrutura representativa em 30 de 32 estados da República Mexicana. Seu objetivo fundamental é melhorar as condições de vida de homens e mulheres do setor rural, por meio de diferentes ações:

- a) Insistir em Políticas Públicas a favor do setor rural
- 1. Revisa os programas federais dirigidos ao setor rural e incentiva iniciativas que melhorem as condições de vida de homens e mulheres desse setor.
- 2. É o maior opositor à Reforma do Art. 27 Constitucional, que se refere à propriedade comunitária da terra que não se podia vender a particulares. Com a assinatura do TLCAN, modifica-se este art. 27 Constitucional para que os terrenos possam ser vendidos a multinacionais.

b) Legalização de veículos de procedência estrangeira
O México ocupa o 1º lugar de migração na América Latina, conseqüentemente, entram milhares de veículos de procedência estrangeira (E.U.) no país e uma grande porcentagem é de camionetes pick up como ferramenta dos (as) camponeses/as para trabalhos do campo. A UCD, para atender esta necessidade tem estimulado movimentos nacionais e como resultado houve três decretos-lei para a regularização desses veículos pois, sem isso, um camponês pode ser acusado de delinqüente e/ou traficante e não poderia comprar nunca uma camioneta para seu trabalho e o custo por esse serviço é muito caro. Resultado de muitos anos de luta.

c) Gestão de Projetos Produtivos
Como alternativa de reativar a produção nacional, abastecer o mercado interno, originar fontes de emprego, contribuir com a economia nacional e familiar dos participantes, assim como de sua alimentação, foram administrados projetos de acordo com as necessidades das famílias e da região. Projetos que têm impacto no plano nacional pelo uso de tecnologia

- 1. Nesse Estado de Tlaxcala, há duas estufas de tomate bola e cereja, uma no município de Atlangatepec e outra em Mazatecochco. Utilizam a técnica de hidroponia (sistema por gotejamento), participam aproximadamente 20 famílias em cada estufa. São produzidas até três colheitas de cada estufa, a primeira com uma produção de até 20 toneladas do produto.

Como uma alternativa, toda vez que em Tlaxcala as colheitas são de estação e somente se colhe uma vez ao ano e não há preço de garantia nos produtos do campo.

Este se comercializa nos municípios do Estado, a um preço econômico e com uma melhor qualidade do que a da concorrência.

O Governo do Estado de Tlaxcala tomou esse trabalho como modelo para implementar em seus programas projetos como este em outros municípios do Estado. Existem no País cerca de 30 projetos como estes em diferentes Estados da República (Guanajuato, Tamaulipas, Estado de México etc). É uma alternativa para deter a emigração.

2. Existem projetos de ovelhas, que estão sendo adaptados para que seja um lugar de produção no plano nacional e possa abastecer outros estados da República Mexicana, situados em Chihuahua.
3. No Estado de Veracruz, de clima quente, se está trabalhando com estufa para cultivo de flores ornamentais. Esses projetos são de impacto nacional e há outros de caráter local em cada estado, de onde se abastece o mercado local de produtos como fungo “z”, produtos elaborados com produtos do campo, como geléias, doces em pasta e outros doces. Em lugares onde se fabrica artesanato administram-se projetos para a fabricação e comercialização de artesanatos (Oaxaca, Guerrero).
- d) Capacitação técnica, social e política sobre o sector rural
Capacitam-se os integrantes da organização e a sociedade em geral interessada nos temas das sessões. A União Camponesa

Democrática realizou alianças estratégicas com instituições públicas e acadêmicas, como a Universidade Autônoma de Chapingo, como La Financiera Rural (instituição de financiamento de capacitação), Inca Rural (instituição de capacitação no setor rural), com os órgãos federais de Governo, como a Secretaria de Desenvolvimento Social, a reforma agrária segundo o tema. Técnico: Hidroponia, compostas, lombricultura, elaboração de estrumo bocashi, aproveitamento da energia solar, cuidado e manutenção dos recursos naturais etc. Social: história das lutas sociais, os movimentos sociais mais importantes no México e locais. Político: os tratados de livre comércio e sua incidência no campo, conjuntura política nacional etc.

Também capacita e administra o registro de seu grupo de técnicos agropecuários da UCD.

- e) Abre canais de comercialização, na prática da Economia Solidária
Incentiva ante as instituições governamentais o apoio à comercialização e tece alianças comerciais locais. Ao mesmo tempo, promove a prática da Economia Solidária como um processo cultural, com atividades de sensibilização e ação entre os sócios e nos municípios e estados.
- f) Aplicação de novas tecnologias como alternativa de produção.
De acordo com as condições geográficas, as necessidades dos produtores e a natureza do projeto, aplica-se a tecnologia.

g) Moradia.

Uma das propostas da organização é que todo homem e mulher do campo devem ter uma moradia digna. Foi apresentada uma proposta à Secretaria de Desenvolvimento Social para que se gerasse um programa de apoio à moradia que fosse para este setor. Este programa foi aprovado em 2003, conseguindo que este apoio não fosse somente para a organização, mas para todas as organizações do País do setor rural, até a data.

No local, no Estado de Tlaxcala, conta-se com duas máquinas de fazer concreto para que os sócios e sócias tenham esse material a custo de produção e também oferecer esse serviço à população a um custo mais baixo do que o valor comercial e assim diminuir o déficit de moradia, isso nos municípios de Ixtenco e Xalostoc.

Em Mazatecochco, existe uma oficina de serralheria como produto de um projeto administrado pela organização, e este forneceu portas e janelas para os habitantes que decidiram construir e ter moradia digna através da UCD.

h) Caixas Populares

No Estado de Tlaxcala, foi incentivada a criação de uma Caixa Econômica e de Crédito Popular, com o objetivo de resolver um problema econômico e de ajuda mútua entre os (as) participantes, em sua maioria mulheres.

Para a obtenção desses resultados, é importante ressaltar as alianças estratégicas da Organização.

Uma muito importante é pertencer ao Congresso Agrário Permanente, (CAP), do qual a UCD foi incentivadora e fundadora, que agrupa dez organizações camponesas com estrutura nacional. O CAP teve muitas conquistas no plano

nacional, entretanto, o mais importante que se assinou em 2003 desde as organizações camponesas com o Executivo Federal (Vicente Fox) foi o Acordo Nacional para o Campo, que contém uma série de propostas a favor do setor rural, toda vez que as bases foram consultadas para esta proposta. E uma de suas cláusulas é que o Governo Federal não assine nenhum tratado ou acordo comercial internacional sem antes informar publicamente ao povo do México. E não se assina se não há consulta às bases camponesas, acordo que o Governo Federal não cumpriu em sua totalidade.

i) Incentiva a participação da Mulher no setor produtivo
A maioria dos militantes é de mulheres, aproximadamente cinquenta e um por cento.

Para a UCD, é um fator humano importante e apóia sua participação no setor produtivo com diferentes projetos locais em todos os estados, onde a organização tem estrutura.

Uma das cláusulas do Acordo Nacional para o Campo é que se designará especificamente a este setor um recurso econômico para seus projetos. Desses, são cinco projetos de mulheres anualmente por Estado, através do “Programa da Mulher do Setor Agrário”, com um fundo econômico que não é retornável, até a quantia de \$150,000.00 (US \$ 150.00 aproximadamente).

Também nos deparamos com obstáculos para seu crescimento econômico, toda vez que, ao não ser em suficientes os projetos administrados no programa anterior, canalizamos projetos em outras instâncias para ter acesso a outros programas federais dirigidos a mulheres do setor rural, entretanto os requisitos são muito exigentes e as mulheres

rurais não podem ter acesso, como são documentos que lhes dêem um aval com certo valor do duplo empréstimo para seu projeto e escritura da casa ou terreno onde se executará o projeto, documento que não está em seu nome, e os juros pelo empréstimo são altos.

As mulheres da UCD estão integradas em todas as atividades que a organização realiza. São partes de sua história e de seu êxito e estão integradas em atividades econômicas geradas pelos projetos produtivos e outras que de acordo com suas necessidades se organizam, como para a compra organizada dos produtos principais da cesta básica (sal, açúcar feijão, arroz, macarrão, verduras etc.). São ativistas na Economia Solidária, na prática diária, desde seus lares, na organização, em sua comunidade. Para não repetir, realizam as atividades descritas anteriormente e que não estão quantificadas economicamente.

Apesar de que temos grandes avanços, não escapamos de todos os impactos para a mulher que traz consigo o sistema neoliberal.

Agora, que presido a Secretaria da Mulher do Comitê Executivo Nacional da UCD, considero um grande acerto integrar esta Secretaria à Rede Nacional de Gênero e Economia (REDGE), integrante da Rede Latino-Americana de Mulheres Transformando a Economia (REMTE). Na Redge, participam 80 organizações aproximadamente de 20 estados da República Mexicana. Seu objetivo é consolidar o trabalho das organizações integrantes da Rede, dando apoio a um processo contínuo de análise, articulação e propostas de ação com igualdade de gênero, que leve a conseguir relações econômicas muito justas e equitativas. Nossa Rede participou nos encontros realizados no País sobre o tema de Economia Solidária e no FSM, desde a Rede de Ecosol como aliança estratégica da Redge

Esta aliança e integração à Redge nos permitiu valorar nosso trabalho. É o complemento para conhecer a política econômica nacional e internacional e seu impacto nas mulheres, o que nos deu força para lutar pelo reconhecimento de nosso trabalho e de nossos direitos dentro e fora da organização e contra o sistema neoliberal. Nossas mãos vêm construindo todos os dias outra América. Praticamos todos os dias os princípios e valores por meio da Economia Solidária e nos encaminhamos a construir juntos homens e mulheres outro mundo possível.

Maiores conquistas da Organização:

Como União Camponesa Democrática A.C., organização mista, o maior acerto é estar integrada ao Congresso Agrário Permanente (CAP), e tecer alianças estratégicas com instituições para incentivar iniciativas e administrar projetos produtivos e de capacitação que gerem melhores condições de vida no setor rural.

Como Secretária da Mulher da UCD, o maior acerto é a aliança estratégica com a REDGE que, por sua vez nos levou a outros espaços de luta como:

- Fórum Social Mundial
- Organização Mundial do Comércio
- Aliança Social Continental
- Marcha Mundial de Mulheres

Relação com outras Redes:

Rede Latino-Americana de Mulheres Transformando a Economia

Rede de Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe

E, hoje em dia, com o Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador.

Com isso geramos novas consciências de luta contra o sistema neoliberal e de construção de um novo modelo econômico, porque as mulheres todos os dias praticamos a economia solidária mas não se reconhece.

Desafios

1. Consolidar uma cadeia produtiva nacional vanguardista social com produtos do campo, que abasteçam um mercado interno; consolidar a Economia Solidária.
2. Estabelecer na UCD um Intermediário Financeiro Rural, para apoiar direta e economicamente produtores e produtoras rurais.
3. Consolidar a estrutura das Secretarias da Mulher como sujeitos ativas da Socioeconomia Solidária em todos os estados onde a Organização tenha estrutura.

Conclusão

A Economia Solidária e as mulheres

Historicamente, as mulheres tiveram uma colaboração decisiva, tanto na integração e desenvolvimento de suas comunidades e sociedades, como na resistência aos processos excludentes, desenvolvendo iniciativas criativas, eficientes e viáveis a baixo custo.

Há numerosas experiências que dão conta de muitas iniciativas. O que mencionamos na UCD é somente um exemplo de muitos no próprio México e na América Latina. Muitas experiências são baseadas em seus conhecimentos tradicionalmente femininos e expe-

riências comunitárias, pois se organizam para enfrentar modernas crises ou novas pobreza.

Em alguns casos, organizam os refeitórios populares, cozinhas comunitárias, comitês de saúde, creches, associam-se para conseguir terrenos, construir moradias, dotar a comunidade de serviços básicos (água potável, esgoto, eletricidade); outras mulheres se organizam para comercializar seus produtos, isso para enfrentar o desemprego e subemprego, gerar seus próprios empregos, conseguir renda.

No desenvolvimento de todas estas experiências, as mulheres aprenderam a se organizar e a desenvolver sua cidadania- reconhecendo seus direitos no espaço público e espaço privado; a enfrentar a violência familiar e social; reconhecer seus direitos econômicos e sociais. As organizações de mulheres conquistaram reconhecimento no espaço dos movimentos sociais e direito de integrar os espaços, de acordos no desenvolvimento das políticas sociais para a diminuição da pobreza.

O caminho ainda é longo... tenhamos alternativas

* A reorganização das relações econômicas na sociedade passa pelo reconhecimento social da importância da produção de capacidades humanas e a relativização da esfera econômica da produção de mercadorias. É necessário romper a lógica de deixar a esfera da reprodução a serviço da produção de bens ou de fazê-la somente funcional à produtividade.

- É necessário introduzir a perspectiva de gênero na economia, criando indicadores que deixem visível a participação das mulheres no âmbito reprodutivo da escala familiar e comunitária, assim como sua participação no âmbito produtivo. Determinar o nível de participação das

mulheres no funcionamento dos serviços sociais recortados pelo Estado, e seu significado monetário, com a finalidade de fazer propostas dentro do orçamento público, o que requer fazer indicadores que meçam essa contribuição, para tornar visíveis esses custos encobertos e motivar seu reconhecimento social.

- Deve-se lutar para que o Estado proporcione serviços que diminuam a carga de trabalho não remunerado e permita que as mulheres possam adquirir as habilidades necessárias para sua inserção no mercado.
- Devem-se estimular mudanças na distribuição social das responsabilidades domésticas.
- A Economia Solidária deve incluir propostas para que as atividades destinadas ao desenvolvimento das capacidades humanas e sociais entre pessoas e grupos se convertam em linhas de investimentos prioritários para a sociedade, e objeto de estabelecimento de mecanismos de compensação social.
- A Economia Solidária exige avançar na construção de um projeto alternativo de convivência humana, baseada no reconhecimento dos direitos individuais e coletivos, e nos valores de justiça, participação e igualdade social e de gênero, que integrem harmonicamente os setores tradicionais e modernos de nossa sociedade. Para tanto, devemos estabelecer indicadores que comprovem se avançamos nesse propósito. É necessário pensar nossa proposta nos limites de uma economia plural, na qual coexistem os setores público, privado e social; e a partir de nos reconhecermos como países multiétnicos e pluriculturais, o que exige atender à diversidade de situações segundo regiões e localidades e

o respeito à diferença e a autodeterminação das aspirações das mulheres e dos homens.

- Deve-se apoiar esse movimento na ação de cidadãos e cidadãs e organizações sociais nos espaços públicos, como base de um projeto dialogado, que possa servir de referência aos que aspiram uma organização econômica justa para todos e todas, um projeto capaz de ser firmado por diversos setores sociais e políticos, orientados a transformar o sistema existente.
- É importante promover espaços de acordos entre o Estado, a sociedade civil e o setor privado para a criação de políticas públicas e limites legais a favor da Socioeconomia solidária. Trata-se de gerar a solidariedade no interior da economia. Com base nesse critério, devemos privilegiar a ação de nosso movimento nos espaços locais, pois constituem um nível de intervenção que facilita o encadeamento das redes de organização econômica e social, assim como a confluência entre os agentes sociais e políticos.
- Existe a necessidade de influir na elaboração do orçamento nacional, de forma que aumente o investimento social em educação e saúde, pela recuperação do dinheiro que se destina ao pagamento da dívida externa. Nessa perspectiva, é necessária a elaboração de orçamentos descentralizados conforme regiões e localidades, com perspectiva de gênero.
- Promover o reconhecimento social do trabalho da mulher na esfera doméstica e comunitária, assim como seu acesso justo a um emprego digno, ao controle dos recursos produtivos e à propriedade de bens, ao mesmo tempo em que se faz uma distribuição harmônica de responsabilidades familiares e trabalhistas entre mulheres e homens.

Para todo este processo, necessita-se de um elemento básico que se chama COERÊNCIA no que pensamos, dizemos e fazemos, inicialmente dos que somos incentivadores deste novo modelo econômico e se conseguimos no particular e familiar, então seremos capazes de edificar outra América e outro mundo possível.

Margarita Cisneros Tzoni

Coordenadora da Rede de Gênero e Economia - México, Mex.

Tradução de **Luana Mourão**



**Socioeconomia Solidária no Ceará
Compartilhando Avanços e Desafios
- Uma Reflexão Depois de 10 Meses -**

Hans-Jürgen Fiege (João Alemão)

Consultor e primeiro animador da
Rede Cearense de Socioeconomia Solidária RCSES

Socioeconomia Solidária No Ceará Compartilhando Avanços E Desafios - Uma Reflexão Depois De 10 Meses -

O Seminário Internacional de Socioeconomia Solidária do Ceará em novembro de 2005 foi um êxito, permitindo um rico intercâmbio de experiências valiosas de partes diversas de um globo mais unido e a criação de novos laços de solidariedade entre pessoas e instituições que estão buscando construir os trilhos que possam levar a um mundo diferente. O Seminário serviu também para expandir a discussão sobre a Socioeconomia Solidária entre cearenses do campo e da cidade que até então não tiveram oportunidade de participar em um evento maior. Citando as palavras do Chico Buarque: "Foi bonita a festa, pá, fiquei contente."

Quando na véspera daquela festa de solidariedade, fiz uma reflexão sobre o nosso potencial, buscando compartilhar a nossa trajetória e os nossos desafios com o mundo; tratei de resgatar um pouco da nossa experiência na RCSES, destacando algumas conquistas e preocupações, uma reflexão que quero retomar agora.

Hoje, quase 10 meses depois, podemos constatar que muitas conquistas no campo político-institucional da Economia Solidária e na evolução de muitas iniciativas ligadas à RCSES foram realizadas.

No campo institucional, além de fortalecer o Fórum Brasileiro da Economia Solidária e eleger uma turma de representantes dos segmentos que compõem a RCSES para integrar a Coordenação Nacional, conseguimos no início de junho em parceria com diversas entidades públicas e privadas, realizar a I. Conferência Estadual de Economia Solidária do Ceará, que superou todas as expectativas no tocante ao número de pessoas que participaram (em torno de 700) e à qualidade de debates, muito participativos e marcados pelo es-

pírito da solidariedade. Foi eleita uma ampla representação de 64 pessoas, dos empreendimentos solidários, dos órgãos públicos com atuação na Economia Solidária e das ONGs e movimentos sociais e sindicais vinculados à Economia Solidária.

Logo em seguida, a I. Conferência Nacional da Economia, foi realizada, no final de junho, em Brasília, aberta pelo Presidente Lula, e contou com 1.500 participantes. Ela permitiu, além de um amplo debate dos rumos do movimento da Economia Solidária, definir passos importantes rumo à criação do Conselho Nacional da Economia Solidária, assegurando cada vez mais o caráter de uma política pública que veio para ficar e provocar mudanças de rumo no desenvolvimento do Brasil.

Em todas estas ocasiões a presença determinada dos empreendimentos solidários, que paulatinamente estão assumindo o seu papel neste contexto, merece destaque.

Em outubro, quando Paul Singer, Secretário Nacional da Economia Solidária (SENAES) do Governo Lula, veio a Fortaleza para o lançamento do Projeto de Apoio a Bancos Comunitários no Ceará, desenvolvido em parceria pelo Banco Palmas, a SENAES e 11 municípios do interior, destacou a importância das experiências realizadas por aqui no campo da Economia Solidária (ES), deixando claro que tais experiências, originais e bem-sucedidas, servem de inspiração para a formulação das novas políticas públicas que buscam fomentar outra economia.

É impressionante como esta iniciativa tem evoluído em tão pouco tempo, particularmente no campo político. Quem imaginava que pouco antes do final do ano uma delegação do Governo Bolivariano de Venezuela, entre eles o Ministro de Economia Popular daquele país, ia visitar Fortaleza e manter contatos com várias iniciativas da Socioeconomia Solidária, em particular com o Banco Palmas. Os contatos que foram realizados e aprofundados durante

o Fórum Social Mundial em Caracas, em janeiro de 2006, resultaram numa nova visita de uma delegação da Venezuela em maio, firmando, depois de uma semana de intercâmbio intenso, um compromisso de avançar na criação de uma Rede Latino-Americana de Bancos Comunitários.

Agora, mesmo com estes avanços importantes, houve processos e iniciativas que pouco evoluíram. Um dos exemplos é o Feirão da Socioeconomia Solidária, Reforma Agrária e Agricultura Familiar, que em 2006 aconteceu pela terceira vez, voltando do Dragão do Mar para a Cidade da Criança. Parece que, mesmo a disponibilidade de recursos maiores e de uma longa lista de parceiros públicos, assim como uma certa profissionalização da organização, não conseguiram fazer acontecer um Feirão que agradasse público e feirantes solidários e que servisse de espaço para transportar as mensagens da Economia Solidária para um público maior. Antes de virar apenas uma rotina solidária, precisam ser repensados formatos, conteúdo e objetivo do Feirão, que absorve muita energia e muitos recursos. Esta reflexão envolve também formato e experiências das feiras solidárias nos bairros.

Sei que estou me arriscando de nadar contra a maré, mas vejo o Feirão como emblemático para algumas das nossas iniciativas e práticas que podem até contar com uma estrutura mais profissional, mas carecem de um processo de renovação e inovação. Não vamos fazer um mundo novo, se repetirmos fórmulas do passado. O movimento não vai crescer pela ausência de alternativas para a sobrevivência, mas quando mostramos uma proposta que atrai as pessoas pela perspectiva embutida e pelas práticas já hoje mais belas, humanas e solidárias. Como fazer isso tem que ser discutido com senso de autocrítica cada ano de novo, para não correr risco de produzir um Feirão rotineiro e burocrático (e com enorme estresse). Digo isso, pensando principalmente na integração de movimentos

culturais e políticos hoje distantes da Economia Solidária dentro da programação do Feirão.

A Economia Solidária, virando política pública, traz chances e riscos. Isto não se restringe apenas às parcerias para as quais muitas vezes não temos pernas preparadas (ou que não se encaixam na nossa utopia de um outro mundo) ou àquelas que carecem de força de imaginação suficiente, como é o caso do Centro Público de Economia Solidária; nem se limita ao repasse de recursos públicos para um amplo leque de iniciativas solidárias.

Sabemos hoje pelos dados consolidados do Mapeamento da Economia Solidária, realizado pela SENAES/DRT, há hoje 1.249 empreendimentos da Economia Solidária no Ceará (8,4% de um total de 14.954 empreendimentos no Brasil) e estima-se que em torno de 100.000 pessoas tiram o seu sustento deles. Se bem que nos sentimos lisonjeados com os elogios e a projeção que a ES do Ceará ganhou, não pretendemos nos esquecer de que parte desta dinâmica deve-se a mudanças na conjuntura política nacional e, mais recentemente, no Município de Fortaleza, que ajudaram a dar dimensão à luta por uma outra economia.

Quero ressaltar a criação da SENAES pelo Governo Lula (conjugada à vontade política do diálogo de outros órgãos federais) e a abertura da Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Administração Luiziane Lins, dois exemplos que vêm possibilitando a construção de parcerias para a realização de programas de políticas públicas da ES.

Já falei sobre algumas preocupações. Quando (quase) tudo parece andar às mil maravilhas, fica evidente que muitos dos desafios críticos postos rumo a uma outra economia continuam em pé. Um deles é a pouca interiorização da RCSES e a ainda fraca organização dos empreendimentos solidários, embora a sua participação tenha crescido de forma extraordinária em 2005/2006. Podemos no-

tar que a Rede cresceu muito em tamanho, mas corre o risco de virar "um colosso de barro", haja visto que boa parte do crescimento decorre da realização de projetos e acesso a verbas (conjuntura favorável), sem que isso seja acompanhado por uma discussão conceitual e política mais sistemática.

Com a avalanche de projetos e recursos públicos, ficou visível o fato de que a Rede não tem identidade clara, definida e assumida em relação à área pública. A relação com o Poder Público oscila entre o companheirismo, já que hoje muitos gestores são companheiros das mesmas batalhas, e a desconfiança histórica das ONGs em relação às autoridades. O diálogo avança mais no sentido de aproveitar oportunidades e parcerias "para mostrar serviço" dentro do seu segmento (ONGs, empreendimentos) ou assegurar a sobrevivência econômica, mas muito menos no desenho de políticas e na constituição de mecanismos participativos e de controle social estáveis e consolidados.

Esta situação tende a se agravar na medida que a etiqueta do "solidário" está sendo usada hoje amplamente dentro do chamado Terceiro Setor, mais ainda no âmbito público estadual e local, para enfeitar uma nova embalagem para políticas públicas compensatórias antigas. Separar o joio do trigo nem sempre é fácil.

Diante destes desafios, há uma iminente necessidade de profissionalização e modernização da RCSES. Tais processos e demandas externas trazem no seu bojo o perigo de trilhar os mesmos caminhos de uma organização mais tradicional, substituindo a rede por modelos mais hierárquicos, e o risco de uma adesão à lógica e às ferramentas da gestão capitalista de negócios, com perda da identidade solidária.

Na medida que a Economia Solidária está se consolidando como um movimento econômico-sociocultural, e ao mesmo tempo como política pública do País, aumentam inevitavelmente as dis-

cussões sobre os seus objetivos estratégicos e perspectivas políticas e econômicas.

Afinal, observando a usurpação recente do conceito "solidário" por muitos governantes de plantão até então totalmente insuspeitos de namorar a proposta de um outro mundo, e que apenas tentam enfeitar políticas compensatórias gastas, esta discussão interessa a todos nós, haja vista que no nosso entendimento a Economia Solidária encara outro desafio. Parafraseando Karl Marx, podemos dizer: A Economia Solidária não quer apenas remediar este mundo, mas trata de mudá-lo.

Estas mudanças, entretanto, exigem um aprofundamento e uma reflexão crítica não apenas das nossas práticas, mas também das bases conceituais. Temos que levar em conta as críticas, mesmo quando pronunciadas do alto das cátedras marxistas ortodoxas, que nos atribuem uma certa ignorância e ingenuidade ante o capitalismo real. De fato, por enquanto temos uma utopia e práticas ainda pouco consolidadas e precisamos avançar.

Afinal, não é pelas práticas, movidas por idéias e utopias, que a gente faz acontecer um outro mundo?

Ampla participação e intercâmbio de experiências além do próprio umbigo são ingredientes essenciais no processo de construção de um outro mundo e o I Seminário Internacional de Socioeconomia Solidária do Ceará ajudou a compor este mosaico do futuro.

Hans-Jürgen Fiege (João Alemão)

Consultor e primeiro animador da Rede Cearense de Socioeconomia Solidária RCSES



Fórum Brasileiro de Economia Solidária: três anos de construção de uma outra Economia

Ademar Bertucci
FBES/Cáritas Brasileira

Fórum Brasileiro de Economia Solidária: três Anos de construção de uma outra Economia

Introdução

Desde a década de 1990, no Brasil, os agentes da economia solidária vêm se articulando e se organizando em espaços regionais de atuação, no entanto, foi no primeiro Fórum Social Mundial (Porto Alegre/RS, 2001), que trabalhadores (as), ONGs, igrejas, redes, movimentos sociais e representantes do Poder Público formaram o Grupo de Trabalho Brasileiro da Economia Solidária (GT Brasileiro), reunindo e aproximando entidades nacionais ligadas à Economia Solidária.

O GT Brasileiro exercitou a construção da unidade na diversidade, favorecendo o surgimento de uma identidade para o campo da Economia Solidária, somando as contribuições específicas e diversas de cada organização.

Quando da eleição do Presidente Lula, o GT Brasileiro elaborou uma carta ao Governo a ser empossado, apontando as diretrizes gerais da Economia Solidária e reivindicando a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, ao mesmo tempo em que organizava a I Plenária Brasileira de Economia Solidária, ocorrida em dezembro de 2002, com participantes de empreendimentos, organizações de apoio e gestores públicos de diferentes regiões do país.

Outras duas plenárias nacionais sucederam-se no primeiro semestre de 2003, envolvendo, a cada momento, um número maior de participantes, representando bases articuladas ou em articulação em 17 estados brasileiros. Destaca-se, na ocasião, a existência de esforços de articulação de alguns anos nos Estados do Rio Grande do

Sul (Conselho de Fóruns Micro-Regionais), Rio de Janeiro (Fórum do Cooperativismo Alternativo), Ceará (Rede Cearense de Socioeconomia Solidária), Santa Catarina (Comissão Estadual de Articulação) e a criação da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, entre outros.

Por ocasião da III Plenária, foi anunciada, pelo Governo recém-eleito, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego. Nesta mesma Plenária, o movimento de Economia Solidária criou o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), respondendo às questões discutidas nos 17 estados com delegações presentes:

1. Qual a natureza do Fórum Brasileiro?
2. Quais são os elementos de concepção da Economia Solidária que unificam o movimento?
3. Qual sua plataforma de mobilização e interlocução com os governos?
4. Qual a composição da sua coordenação nacional e representação estadual?
5. Qual sua forma de funcionamento?

Para subsidiar os debates, outro texto problematizador foi colocado à disposição, denominado os cinco desafios da Economia Solidária no Brasil, a saber:

1. o desafio da busca da sua identidade, considerando a diversidade de iniciativas e práticas de várias origens históricas e diferentes dimensões sociais, setoriais, regionais.
2. O desafio da superação do corporativismo institucional na perspectiva de constituição de um projeto político comum, para além dos interesses fragmentados e setorializados ou da hegemonização como prática tradicional.

3. O desafio de incorporar ao projeto da Economia Solidária, calcada da auto-gestão, os esforços da economia popular, informal, familiar e suas diferentes práticas, em grande parte refém de projetos de cunho assistencialista, políticas compensatórias ou concepções de complementaridade e integração ao projeto neo-liberal.
4. O desafio de aproximação com movimentos sociais cujas práticas nos inspiram e cujas conquistas fazem parte de um acúmulo comum e da busca de alianças diante de projetos comuns de transformação social.
5. O desafio de elaborar e conquistar políticas públicas e ver reconhecidos os sujeitos de um outro setor da economia, a Economia Solidária.

Ao longo destes três anos, o Fórum Brasileiro da Economia Solidária (FBES) e a Secretaria Nacional (SENAES), que assumiu inteiramente a plataforma de lutas, definidas na III Plenária na sua proposta do Plano Plurianual, de governo, buscou formas de fortalecer o movimento e responder aos desafios ali colocados.

Foram três anos de experiências, aprendizados, ganhos e ...novos desafios!

Um novo contexto se apresenta: a implantação do Conselho Nacional da Economia Solidária, a realização da I Conferência Nacional, os programas, cada vez mais nítidos, de Economia Solidária em diferentes ministérios (MDA, MDS, MMA, MEC, etc.), as eleições presidenciais.

Tudo isso exige da parte dos agentes comprometidos com o projeto de outra economia uma reflexão que permita novos passos dessa caminhada cujas trilhas se fazem ao caminhar.

A última reunião da Coordenação Nacional do FBES (cerca de 100 participantes), em junho 2006, trouxe à tona alguns elementos

que propiciaram a decisão de se iniciar um processo de avaliação do FBES que será realizada ao longo de seis a oito meses, até meados de 2007, revendo seu papel, sua organicidade como instrumento de organização e fortalecimento do movimento da economia solidária.

Seguem alguns elementos e interrogações que podem subsidiar os esforços de avaliação em curso.

1. Sobre as questões que orientaram a criação do FBES

1.1 - Quanto à natureza e papel do FBES

Duas palavras sintetizam os debates e as decisões tomadas em 2003: interlocução e mobilização. O FBES é um instrumento de interlocução política, visando à conquista de políticas públicas para a Economia Solidária. Tal interlocução exige permanentemente processos de mobilização nas bases. Portanto, o FBES assume-se também como instrumento de mobilização/organização das bases.

O exercício de interlocução política, centrado na relação com a SENAES, produziu momentos de definição de iniciativas, ações e programas compartilhados: o mapeamento, o programa nacional de feiras, o sistema de comércio justo, a campanha nacional de comunicação, o projeto BNB - Fundos Solidários, entre outros, entretanto não se avançou na interlocução com outras áreas de governo.

Como mobilização, o FBES/FEES protagonizou alguns eventos nacionais, calcado na sua capacidade de articulação nacional: o encontro nacional de empreendimentos, a participação e realização do abastecimento e feira no FSM-2004, a Feira Nacional da Economia Solidária e Cultura, a I Conferência Nacional. Esteve, porém pouco mobilizado ante o embate da legislação proposta pela O.C.B. e pouco presente nas mobilizações nacionais dos demais movimentos de maior aproximação com a economia solidária.

Como o FBES (e os FEES) tem cumprido com esse duplo papel?

1.2 - Quanto à concepção da economia solidária

Debatida intensamente e reproduzida sob diferentes formas e aspectos, a Carta de Princípios é um "manual" de orientação para distinguir o que é e o que não é Economia Solidária. Para alguns, entretanto, ela é insuficiente, dado seu horizonte utópico, para "concretizar" campos de diferenciação.

Como exemplo, no mapeamento realizado que atingiu cerca de 15.000 empreendimentos, até que ponto o conjunto de princípios serviu de parâmetro para a identificação do que é e o que não é Economia Solidária?

Como os princípios da Economia Solidária serviram para subsidiar o embate com a O.C.B. que, ao propor legislação para o cooperativismo, quer "classificar" a economia solidária diferentemente?

1.3 - Quanto à Plataforma de Lutas

Concentrada em sete grandes eixos, cujos desdobramentos, detalhamentos, aperfeiçoamentos e priorização vem sendo trabalhadas ao longo dos três anos, nos grupos de trabalho compartilhados com a SENAES e outros órgãos públicos, a plataforma foi transformada em bandeiras de luta por ocasião da I Conferência Nacional e incorporada ao documento final.

São elas:

1. Produção, Comercialização e Consumo
 - 1.1 Por um sistema de comércio justo e solidário.
 - 1.2 Pelo acesso a formas de comercialização e crédito.

- 1.3 Pelo fortalecimento das cadeias produtivas e das redes produtivas da Economia Solidária.
2. Marco Legal
 - 2.1 Pela modificação da Lei geral das sociedades cooperativas
 - 2.2 Por um Sistema Legal de Economia Solidária.
 - 2.3 Pela Regulamentação da lei de falência, que favoreça a aquisição dos empreendimentos falidos pelos trabalhadores (as).
3. Finanças Solidárias
 - 3.1 Por um sistema nacional de finanças solidárias PRONADES, com recursos de várias fontes.
 - 3.2 Pelo fortalecimento das redes de cooperativas de crédito, bancos comunitários, fundos solidários rotativos, microcrédito solidário, clube de trocas.
4. Educação
 - 4.1 Pela Educação em Economia Solidária no sistema público de educação.
 - 4.2 Pela Educação em gênero.
 - 4.3 Por um Programa Nacional de Educação e Formação em Economia Solidária.
 - 4.4 Pelo acesso aos fundos públicos de Educação para o Trabalho.
5. Democratização do conhecimento e tecnologia
 - 5.1 Pela democratização do conhecimento e desenvolvimento tecnológico.

6. Comunicação

- 6.1 Pela visibilidade à Economia Solidária.
- 6.2 Por uma linguagem própria das comunicações governamentais à população voltada para a comunicação popular, respeitando as diversidades regionais e culturais.

7. Organização Social da Economia Solidária

- 7.1 Pelo fortalecimento da organização social de ES, base de dados, centros públicos, territorialização.
- 7.2 Pela participação social na construção, execução e avaliação de políticas públicas locais, regionais e nacionais.
- 7.3 Pela integração das ações governamentais de desenvolvimento e combate à pobreza, segurança alimentar, tendo a ES como eixo transversal.
- 7.4 Pela integração econômica latino-americana e mundial na perspectiva da Economia Solidária.

Tais bandeiras servem de referência para os processos de interlocução e mobilização do FBES no plano nacional e, em alguns estados e municípios, para os fóruns estaduais e microrregionais.

Há, sem dúvida, ganhos em cada um dos sete eixos da plataforma, pois, de certa forma, foram incorporados a alguma agenda de governo nas três instâncias governamentais. Tais ganhos, entretanto, são diferenciados e, em grande parte, não se traduzem em programas duradouros.

A incorporação pela SENAES, no seu Plano Plurianual, da plataforma do FBES, permitiu tornar visíveis as demandas do movimento e favoreceu a articulação e construção do FBES. De outro lado, constata-se a fragilidade das iniciativas de implementação de projetos e programas.

As circunstâncias com que a Economia Solidária irrompe no espaço público-governamental caracterizam o experimentalismo, seja pelo reduzido orçamento, refeito a cada ano, seja pelas dificuldades de articulação e integração nas esferas governamentais, seja pela atuação episódica.

Por vezes, aproveitaram-se as oportunidades e sensibilidades afloradas no espaço público-governamental, por outras enveredou-se por espaços aparentemente propícios mas nem sempre resultando em ganhos para o fortalecimento do projeto de emergência e afirmação de outra economia. Sobretudo quando se avalia a participação maior ou menor, ou nula, dos seus segmentos principais: empreendimentos, assessorias, rede de gestores públicos na construção desses programas/projetos.

Talvez por isso, a reflexão da Coordenação Nacional do FBES, em junho, assumiu, entre outras, a decisão de, implantado o Conselho Nacional da Economia Solidária, propor a imediata criação de comissões técnicas para a continuidade dos trabalhos de alguns grupos de trabalho considerados prioritários: Marco Legal, Finanças Solidárias, Produção, Comercialização e Consumo Solidário e Formação.

Se essa reflexão cabe para a atuação no espaço público-governamental, também cabe para o aprendizado do FBES/FEES como instrumento de mediação e mobilização de um movimento em construção.

De forma descontínua, algumas vezes "paralela", com "assimetrias", diferenciações regionais, diferenciação de esforços e compromissos de confluência entre os três segmentos principais, o movimento cresceu (para alguns "inchou") à sombra de quase que um único provedor-interlocutor; a SENAES. Com pouca, ou mínima, capacidade de exercer seu papel de "controle social", uma das bandeiras levantadas pela plataforma é de ampliar interlocu-

ções para dentro do Estado e junto à sociedade civil, movimentos sociais.

Em relação ao combate à fome e à absurda concentração de renda que leva à exclusão social, tema abordado na carta ao Presidente Lula, em 2002, a despeito dos esforços atomizados de variadas forças governamentais e da sociedade civil, permanece um desafio para a Economia Solidária: visibilizar-se como estratégia emancipatória, ação estruturante, alternativa concreta de cidadania no rumo de outro desenvolvimento.

Nesse sentido, o tema sobre o desenvolvimento local (ou endógeno, como afirmam os venezuelanos) cumpre papel fundamental. O movimento possui não poucas experiências com razoáveis indicativos de processos de "empoderamento local" no campo e na cidade. Precisa reconhecê-los!

1.4 Quanto à composição da Coordenação Nacional e à forma de funcionamento

A III Plenária, quando da criação do FBES, decidiu que a Coordenação Nacional seria composta dos três segmentos: empreendimentos, assessorias e rede de gestores públicos. Cada estado elege, em assembléia, três representantes estaduais, sendo dois de empreendimentos e um de assessoria ou da rede de gestores públicos. As 12 organizações com capilaridade e/ou expressão nacional, até então participantes do Gt-Brasileiro, foram integradas à Coordenação.

Cerca de 100 participantes, aos quais se somam recentemente a Unisol e a Ecosol, ligadas à CUT, a Unicafes (Agricultura Familiar) e o I. M. S. (Instituto Marista de Solidariedade).

Para dar certa operacionalidade ao FBES, foram constituídos e aperfeiçoados, nesses três anos alguns mecanismos da gestão, hoje

assim definidos: a Secretaria Executiva, a Coordenação Executiva Nacional, os GTs de trabalho.

Passados três anos, é possível verificar avanços e desafios que se colocam diante do processo da gestão compartilhada: o "protagonismo" dos empreendimentos, a confluência das inúmeras iniciativas, o compromisso de fortalecimento e articulação das bases, a convivência entre formas de comunicação e decisão a mais horizontal possível e a inevitável necessidade de "representações" eleitas desde as bases.

Mais e mais afloram convites para a Coordenação Executiva e possibilidades de participação e articulação com diferentes movimentos sociais, como também com áreas de governo. A agenda internacional, alimentada pela rede internacional da Economia Solidária, e, em especial, latino-americana, obriga a uma participação e contribuição quase que permanente.

Há questões permanentes que emergem continuamente sobre a natureza de funcionamento do FBES: o risco de se assegurar uma "cabeça" (Secretaria Executiva, Coordenação Nacional) sem "pés" ou com pés de barro (os FEES); a relação entre os segmentos de empreendimentos e de assessoria; a articulação entre redes corporativas de assessorias e de empreendimentos e o FBES; a "dependência" e a convivência com a SENAES, entre outros.

Tais questões deverão compor também a reflexão-avaliação que o FBES se propõe a realizar, culminando com a IV Plenária Nacional em meados de 2007.

2 – Sobre os cinco desafios propostos em 2003

1. A identidade do movimento – as iniciativas das "feiras" e as "ousadias" das cadeias produtivas revelaram as possibilidades de práticas unificadas e favoreceram as

articulações entre diferentes segmentos de empreendimentos. Resta, como desafio para o GT-Formação, a construção de um programa unificado nos princípios e estratégias metodológicas e diversificado nas práticas que venham a reforçar essa identidade.

2. O corporativismo institucional é um desafio que remete às práticas já existentes em alguns estados que solidariamente compõem programas de trabalho conjunto. Isso requer, da parte dos programas públicos, a clara definição de valorizar a ação solidária, complementar e universalizante entre as organizações. Esse desafio supõe, para dentro das organizações, a incorporação, em seus planos, das parcerias ativas, isto é, compartilhadas.
3. A integração entre as diferentes formas de Economia Popular (familiar, informal, artesanal, micro-unidades etc.) e a Economia Solidária, sustentada por princípios autogestionários, ocorre na medida em que alguns desses segmentos, em especial a agricultura familiar e o artesanato, muito presentes no mapeamento realizado, verificam que seus projetos de afirmação de direitos podem confluir na Economia Solidária, numa outra óptica de desenvolvimento que não a neoliberal.
6. Em relação aos movimentos sociais, alguns estão, de maneira mais explícita, se aproximando da economia solidária. Menos em razão de nossa iniciativa, mais em vista de que boa parte das bases de muitos movimentos estão sobrevivendo do seu trabalho, no seu cotidiano. Urge definir explicitamente uma política de alianças junto a movimentos de combate à fome, desempregados, sem-terra, sem-teto, ambientais (entre eles A.S.A.), direitos humanos, combate à ALCA, assembléia popular, etc.

7. O desafio de constituir e conquistar políticas públicas e ver reconhecidos os sujeitos de outro setor da economia, a Economia Solidária. Para alguns/mas, a I Conferência Nacional foi frustrante nos seus resultados, no seu método! Para outros/as, ela foi mais uma vez a comprovação de que há um movimento capaz, com tão pouco tempo e tantas adversidades, de mobilizar, colocar sua plataforma, fazer o exercício de garantir sua visibilidade, confrontar, fazer autodefinição.

Certamente o quadro atual – realizada a I Conferência, instalado o Conselho Nacional, encerradas as eleições – levará o movimento a buscar a própria superação: levar o FBES para outro patamar, como instrumento de confluência das forças sociais que se dispõem a contribuir com o avanço de um processo histórico.

Deste processo histórico, somos vítimas e, se quisermos, somos também sujeitos; na crise civilizatória que atinge o mundo globalizado, “um valor mais alto se levanta”: a solidariedade como forma de preservação, sobrevivência e humanização das relações entre os homens, mulheres e a natureza.

Ademar Bertucci
FBES/Cáritas Brasileira



**Fundo Rotativo Solidário:
Instrumento de Promoção da Agricultura
Familiar e do Desenvolvimento
Sustentável no Semi-árido**

José Waldir de Sousa
ASA/PB

Fundo Rotativo Solidário: Instrumento de Promoção da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Sustentável no Semi-árido

As famílias agricultoras do semi-árido brasileiro vivenciam tradicionalmente maneiras sábias de organização e solidariedade, surgidas das necessidades locais e que alimentam relações de interação e responsabilidade mútua. São práticas voltadas ao reforço das unidades de produção familiar, à partilha de alimentos e outros bens, ao apoio individual e psicológico ou às melhorias das condições de vida da coletividade. Ora as famílias doam, de suas poucas terras, áreas para formação de "fundo de pasto" para uso coletivo, ou melhoram as condições de acesso à água, construindo ou limpando em mutirão os reservatórios comunitários; ora se juntam e botam abaixo as cercas colocadas por fazendeiros nos reservatórios públicos. São formas sutis de organização social e enfrentamento coletivo dos problemas do dia-a-dia e da necessidade de convivência com as adversidades climáticas da região, contrapondo-se ao padrão dominante de relações iníquas, baseadas na concentração da propriedade, na apropriação privada dos recursos e na sujeição aos detentores do poder político e econômico. Está presente, portanto, nas comunidades um sentimento solidário coletivo como condição essencial para a política da boa vizinhança e do bem viver.

As práticas tradicionais de organização e solidariedade, raramente expressas para além dos grupos que as praticam, são espontâneas e partilhadas entre grupos de interesses ou individualmente, cada um fazendo a sua parte. Muitas dessas práticas persistem há décadas, e até se moldam às exigências da tecnologia, como os mutirões para debulha mecanizada de cereais, dando continuidade ao

antigo costume de "fazer o milho e o feijão" (debulha manual usando pedras e varas) em conjunto. A essas estratégias soma-se a aprendizagem histórica da poupança, baseada (na maioria das vezes) na engorda e criação animal e no plantio de culturas de renda.

O forte sentimento de boa vizinhança e de partilha seguindo o princípio "a união faz a força" é parte de uma cultura e de tradições enraizadas na vida comunitária, que se materializam em intensos fluxos de produtos, serviços e de poupança, configurando verdadeira "economia de reciprocidade". É essa economia, edificada e vivenciada nas relações de compartilhamento comunitário, que está sendo resgatada e fortalecida nas dinâmicas da articulação do semi-árido paraibano- ASA-Paraíba¹, mediante disseminação de maneiras mais estruturadas de crédito mútuo voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar agroecológica, reforçando a organização social, e o espírito de solidariedade culturalmente presente entre as famílias agricultoras.

Os fundos rotativos solidários, organizados como mecanismos de mobilização e valorização social da poupança comunitária, assumem a forma da gestão compartilhada dos recursos coletivos. São constituídos a partir da contribuição das famílias ou estimulados por um capital externo, que pode se originar de várias fontes². Têm sido, na verdade, exercício primordial na busca da sustentabilidade e dos sistemas familiares, na perspectiva da convivência na região semi-árida e da transição agroecológica. A palavra solidário confere o sentido de uma nova sociedade com estilo e valores concebidos e apropriados localmente, mas interagindo com outros grupos e ideais contrapostos às relações políticas e econômicas excludentes.

1 ASA-PB

2 No caso descrito aqui estes recursos externos são de duas principais fontes: i) recursos da Cooperação nacional e internacional via orçamento das organizações não governamentais ii) recursos das políticas públicas governamentais via o Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC) da ASA-Brasil.

Na Paraíba, em cada comunidade, município ou região, encontra-se uma grande riqueza de iniciativas e de capacidade inovadora na gestão e na organização dos FRS.

Um exemplo de Fundo Rotativo Solidário

A comunidade de Gameleira, em Massaranduba, é um exemplo dentre as cerca de 1.800 experiências de FRS nos 140 municípios articulados nas dinâmicas da ASA-Paraíba. A comunidade, espelhada em outras, definiu como proposta para resolver o problema da água, trabalhar com fundo rotativo solidário. Recebeu pequeno apoio financeiro para dez cisternas de placas. Como, porém, atender a todas as famílias com tão poucos recursos? A comunidade com 150 famílias, 91 delas necessitando de armazenamento de água e sem condições para construir reservatórios por conta própria, criou o primeiro grupo, com 30 famílias, e fez o sorteio das dez primeiras cisternas. Todas as famílias decidiram contribuir mensalmente com R\$ 20,00 para a criação do FRS da comunidade. Dessa forma, era sorteada mensalmente mais uma cisterna entre o grupo ($20 \text{ famílias} \times 30,00 = 600,00$ - valor da cisterna) Em 20 meses, foram, assim, construídas 20 cisternas, contemplando todo o grupo. Essa experiência mobilizou outras famílias, e mais dois grupos foram formados a partir do repasse feito pelo FRS. A comunidade recebeu apoio para mais 25 cisternas do Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semi-árido- P1MC, da ASA-Brasil, financiado pelo Governo federal mediado pelo Ministério do Desenvolvimento Social.

Com a compreensão de que os projetos sociais devem cumprir um papel de fortalecimento das organizações locais, das dinâmicas geradoras de desenvolvimento comunitário, econômico e social, as famílias que receberam estas cisternas não se diferenciaram

das demais, contribuindo também para o FRS, dando continuidade à dinâmica iniciada. Isso permitiu, em pouco tempo, atender a todas as famílias e 11 delas conquistaram a segunda cisterna. O FRS permanece na comunidade, estimulando outras iniciativas/atividades e reforçando os processos de organização e multiplicação dos laços de solidariedade, contribuindo com a aprendizagem da gestão partilhada dos recursos coletivos.

Em quatro anos, a comunidade recebeu recursos para 35 cisternas. Com a arrecadação local, chegou a construir mais 67, totalizando 102 unidades. Houve, portanto, um acréscimo ao capital inicial de 66%, aumentando a oferta de água em 1.072 m³. A economia para a comunidade com o abastecimento é de aproximadamente R\$ 14.000,00 /ano, se o abastecimento continuasse ocorrendo por carropipa.

Como em centenas de outras comunidades no semi-árido, o acesso à água de beber e cozinhar, disponibilizada pela cisterna em Gameleira, desperta a crença no ser possível um novo jeito de relacionar-se com a natureza para melhoria do sistema de produção a partir do "ao redor de casa", reforçando o sentimento de auto-estima e de capacidade de realizar e inovar. Assim, a diversificação da produção, com plantas frutíferas, medicinais, forrageiras e a melhoria dos sistemas de criação proporcionadas pelos fundos rotativos, melhora segurança alimentar das famílias. Outras iniciativas, como infra-estrutura hídrica, melhoria das residências, construção de igrejas, apoio funeral etc., são motivadas pelos FRS.

Aos resultados econômicos, acrescentam-se aqueles que qualificamos como de fundamental importância para a vida das famílias e das comunidades e que dificilmente serão mensurados. Trata-se dos ganhos, em termos de auto-estima, de cidadania e conhecimentos incorporados pelas famílias no processo da discussão, proposição de idéias e na gestão compartilhada dos recursos.

A experiência demonstra que as centenas de grupos comunitários, hoje espalhados em dezenas de municípios da Paraíba, não se satisfazem apenas com a conquista da água para beber, mas passam a vislumbrar uma nova comunidade com estilo e respeito a sua história anônima de solidariedade e compartilhamento de conhecimentos e capacidades. Não há concorrência nesta relação. Há uma grande satisfação em poder contribuir com o outro e em aprender juntos.

A gestão compartilhada

As formas de organização e gestão dos FRS são diversas. Elas são alimentadas pelas dinâmicas de cada comunidade, município ou região. As trocas de experiências constituem espaço fecundo para o sucesso da disseminação dos grupos. Uma comunidade aprende com a outra como superar suas dificuldades, inovar suas experiências, melhorar sua gestão compartilhada. A forma da gestão mais usual é a seguinte: as famílias se reúnem, avaliam os trabalhos da comunidade, fazem a prestação de contas e dão a sua contribuição. Geralmente, o valor de retorno ao fundo é definido de acordo com as condições de cada família, porém, aquelas que podem contribuem com parcelas maiores. Na reunião dos grupos, é feito também o sorteio da família a ser contemplada naquele mês. Quando algumas famílias não conseguem contribuir num determinado mês, e os recursos não são suficientes para realização da atividade acordada, negocia-se com a loja a complementação do pagamento no mês seguinte. Esse jeito de administrar os recursos do FRS evita desvalorização da moeda. Quando isso acontece, porém, as famílias aumentam o número de parcelas para corrigir a perda e acompanhar o preço dos materiais. O registro contábil é feito em planilhas com os nomes dos participantes e cada um tem seu carnê de contribuição.

O processo de irradiação/articulação em rede

A partir de um processo de formação e mobilização alimentado pelas experiências locais por meio de visitas de intercâmbios dos grupos de fundos rotativos solidários, as famílias e suas organizações são motivadas à valorização e ao olhar crítico para sua realidade. A sistematização de suas experiências, seja do ponto de vista técnico, econômico, sócio-organizativo ou político, constitui instrumento importante não apenas para pensar estratégias de irradiação. Elas trazem referências novas para a reflexão e a ação das famílias, reavendo valores e estabelecendo novas percepções sobre a capacidade das comunidades de se constituírem como agentes econômicos autônomos e autogestinários.

As experiências com os fundos rotativos solidários são incorporadas aos diversos espaços de atuação da ASA Paraíba e da ASA-Brasil. A mais antiga experiência com FRS, articulada na ASA Paraíba, vem de 1993, (envolvia dez famílias da comunidade de Caiçara, no Município de Soledade-PB). Essa experiência pioneira alimentou a irradiação para as 18.000 famílias hoje envolvidas e distribuídas em cerca de 1.800 comunidades de 140 municípios do Estado. Os FRSs cresce em número de grupos, em diversidade de ações e na forma e modalidade de funcionamento, como define o agricultor José Maciel, de Caiçara de Soledade: "este é o jeito da gente crescer em comunidade." A ASA-Paraíba estimula e mobiliza recursos públicos de programas governamentais para o fortalecimento das ações solidárias, a exemplo do Cooperar e o Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semi-Árido-P1MC.

Os FRSs são, portanto, experiências diversas e ricas de credibilidade: crença no local, no vizinho e parente, nas potencialidades e capacidades de mobilização, conhecimento do meio, de seus problemas e das soluções possíveis. Eles são de uma importância funda-

mental para despertar o sentimento de cidadania de muitas famílias antes às margens da vida comunitária, e hoje dispo de acesso à água e a outros meios de produção e inseridas na vida social e política da comunidade. Por isso, os Fundos não podem ser entendidos apenas como mecanismo de financiamento de algumas atividades. Por ser um instrumento da economia comunitária a serviço do desenvolvimento autocentrado, os fundos são maiores, talvez possam ser compreendidos como motivação para formulação de políticas públicas de financiamento da agricultura familiar, inseparável de sua dimensão de exercício comunitário da gestão e do poder político, que se exprime em um novo jeito de relacionamento pessoal e coletivo, na descoberta do poder realizar e do poder dialogar com os diferentes agentes sociais, com a convicção de merecer respeito a sua capacidade e ter autonomia. Para o agricultor Cícero, de Picuí, o FRS é "a chave que abre a fechadura de um novo horizonte." É nesse horizonte que os agricultores, as agricultoras, suas lideranças e organizações e técnicos das diversas entidades de assessoria vão contribuindo cada um do seu jeito e em seu lugar para a elaboração de políticas alicerçadas em práticas locais sustentáveis e democráticas para a convivência com o semi-árido.

José Waldir de Sousa

ASA/PB



**Agricultoras fazem Economia Solidária
e garantem uma alimentação
segura e de qualidade**

José Aldo dos Santos

Engenheiro agrônomo, mestre em Administração Rural.
Coordenador Geral do Centro Sabiá

Agricultoras fazem Economia Solidária e garantem uma alimentação segura e de qualidade

No semi-árido pernambucano, a agricultura familiar agroecológica e aquela em transição para a agroecologia busca apropriar-se das diferentes potencialidades dos sistemas agrícolas e pecuários sustentáveis, seja mediante o beneficiamento de uma produção diversificada, seja por meio da comercialização a partir de canais diferenciados, com destaque para as “Feiras Agroecológicas”.

Entre as famílias agricultoras, chama atenção o fato de mulheres, em municípios diferentes, como Bom Jardim e Triunfo, no agreste e sertão de Pernambuco, desenvolverem experiências que já apresentam resultados concretos nas dimensões ambiental (solo, vegetação, animais etc.), sócio-cultural e econômica, sobre a qual trataremos aqui de focar alguns aspectos. Para situar o contexto dessas experiências, conheceremos um pouco da vida de mulheres que fazem do semi-árido um lugar de otimismo.

A agricultora Lourdes Negromontes, há cerca de 50 anos é moradora da comunidade Santa Cruz, no Município de Bom Jardim. Ela trabalha com a terra desde os dez anos. É, na região, uma das poucas mulheres que assumem a chefia do sistema de produção, do beneficiamento e da comercialização dos produtos agroflorestais.

Dona Lourdes pratica a agricultura agroflorestal há oito anos e confessa que isto mudou a sua vida pra melhor. Nem sempre, porém, foi assim: “Meu pai foi quem me ensinou a plantar em roçado queimado. Aprendi que onde existisse pé de fruta não dava para plantar, por isso a gente cortava e queimava o solo”. Sua plantação se resumia ao cultivo de feijão, milho e roça, e não era possível

comercializar seus produtos. O resultado das plantações era unicamente para o consumo da família.: "A gente só plantava para comer, não tinha esse negócio de vender, porque a gente não lucrava nada". Durante muitos anos foi assim, a agricultora plantava para comer e não tinha renda financeira com o seu trabalho. Para ajudar na renda familiar, dona Lourdes também costurava, confeitava bolos e criava animais para vender.

A decisão de 'inovar' o seu trabalho partiu dela mesma, que não hesitou em procurar informações e participar de reuniões para saber melhor a respeito da agrofloresta. "Fui a primeira vez e gostei. Daí por diante, comecei a ir sempre às reuniões do Sindicato e vi que a agrofloresta dá certo". Dona Lourdes iniciou com os sistemas agroflorestais numa área de 200m² e recebeu apoio e orientação do Centro Sabiá para investir na sua terra e manejar a plantação sem agredir o solo e a natureza. A agricultora notou a melhora da sua área, diversificou o número de plantas e iniciou também a criação de animais. Dona Lourdes também contou com a ajuda dos filhos no manejo das plantações.

Com esse novo jeito de plantar, ela pôde utilizar o produto do seu trabalho para fazer receitas e vender na feira agroecológica. "O que a gente tem agora dá para comer e pra vender, só gastamos com açúcar, farinha e goma e quando a feirinha é boa, chegamos a lucrar mais de R\$100,00", conta ela.

Hoje, dona Lourdes tem, com o suor de seu trabalho, o retorno que tanto merece, complementando sua renda com seus doces e bolos. Ela participa das feiras e lá recebe pelo que vende e pelo que tira da sua terra. A agricultora, que adora aprender e participar, tem hoje na agricultura sua principal fonte de renda e quer melhorar cada vez mais naquilo que ama fazer.

Numa pesquisa realizada pelo Centro Sabiá, foi verificado que, em 1999, dona Lourdes tinha uma renda mensal líquida de

R\$190,00. Após cinco anos, essa renda subiu para R\$829,00. "A gente mudou (...) Eu tenho mais amor pelas coisas. Quando vejo um pé de planta que tá meio fraquinho, dá vontade de chegar lá e ajeitar para vê-lo crescer bonito!"

A agricultora Ivonete Lídia Vieira reside numa área pequena, localizada no sítio Baixa das Flores – Município de Santa Cruz da Baixa Verde. Até o ano de 1997, ela cultivava em sua área apenas café para o consumo familiar. A única fonte de renda de Ivonete era trabalhar no alugado em propriedades vizinhas, aplicando venenos nas plantações de cana-de-açúcar. Essa atividade comprometeu por diversas vezes a saúde dela.

Em meados de 1997, com o apoio da Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável – Adessu-Baixa Verde, Ivonete começou a incorporar as práticas agroecológicas a sua propriedade. No início, tinha certa resistência à agricultura agroflorestal. Observando os resultados positivos dessa intervenção, que transforma terras improdutivas em cultiváveis, ela e sua família passaram então a intensificar o trabalho com agrofloresta. Hoje, passados oito anos, existem em seu terreno cerca de 50 espécies, entre nativas e frutíferas. Para melhor aproveitar sua produção, que é diversificada e constante, porém em pequena quantidade, Ivonete resolveu beneficiar toda a produção na propriedade. Dessa forma, consegue reunir mais valor aos produtos e obtém um lucro satisfatório: "Com a produção de um único pé de cajá, eu apurei aproximadamente dois salários mínimos, fazendo polpas, doces, geléias, licores e sucos. E se tivesse um freezer teria ganhado muito mais".

Com um espírito inovador, ela está sempre criando receitas: "Antes eu usava a palma apenas para alimentar os animais. Hoje, sei que ela serve para alimentação humana porque é rica em vitamina A, e também auxilia no tratamento de algumas doenças. Da palma eu aproveito tudo: vendo o fruto, faço sucos, geléias e também co-

comercializar seus produtos. O resultado das plantações era unicamente para o consumo da família: "A gente só plantava para comer, não tinha esse negócio de vender, porque a gente não lucrava nada". Durante muitos anos foi assim, a agricultora plantava para comer e não tinha renda financeira com o seu trabalho. Para ajudar na renda familiar, dona Lourdes também costurava, confeitava bolos e criava animais para vender.

A decisão de 'inovar' o seu trabalho partiu dela mesma, que não hesitou em procurar informações e participar de reuniões para saber melhor a respeito da agrofloresta. "Fui a primeira vez e gostei. Daí por diante, comecei a ir sempre às reuniões do Sindicato e vi que a agrofloresta dá certo". Dona Lourdes iniciou com os sistemas agroflorestais numa área de 200m² e recebeu apoio e orientação do Centro Sabiá para investir na sua terra e manejar a plantação sem agredir o solo e a natureza. A agricultora notou a melhora da sua área, diversificou o número de plantas e iniciou também a criação de animais. Dona Lourdes também contou com a ajuda dos filhos no manejo das plantações.

Com esse novo jeito de plantar, ela pôde utilizar o produto do seu trabalho para fazer receitas e vender na feira agroecológica. "O que a gente tem agora dá para comer e pra vender, só gastamos com açúcar, farinha e goma e quando a feirinha é boa, chegamos a lucrar mais de R\$100,00", conta ela.

Hoje, dona Lourdes tem, com o suor de seu trabalho, o retorno que tanto merece, complementando sua renda com seus doces e bolos. Ela participa das feiras e lá recebe pelo que vende e pelo que tira da sua terra. A agricultora, que adora aprender e participar, tem hoje na agricultura sua principal fonte de renda e quer melhorar cada vez mais naquilo que ama fazer.

Numa pesquisa realizada pelo Centro Sabiá, foi verificado que, em 1999, dona Lourdes tinha uma renda mensal líquida de

R\$190,00. Após cinco anos, essa renda subiu para R\$829,00. "A gente mudou (...) Eu tenho mais amor pelas coisas. Quando vejo um pé de planta que tá meio fraquinho, dá vontade de chegar lá e ajeitar para vê-lo crescer bonito!"

A agricultora Ivonete Lídia Vieira reside numa área pequena, localizada no sítio Baixa das Flores – Município de Santa Cruz da Baixa Verde. Até o ano de 1997, ela cultivava em sua área apenas café para o consumo familiar. A única fonte de renda de Ivonete era trabalhar no alugado em propriedades vizinhas, aplicando venenos nas plantações de cana-de-açúcar. Essa atividade comprometeu por diversas vezes a saúde dela.

Em meados de 1997, com o apoio da Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável – Adessu-Baixa Verde, Ivonete começou a incorporar as práticas agroecológicas a sua propriedade. No início, tinha certa resistência à agricultura agroflorestral. Observando os resultados positivos dessa intervenção, que transforma terras improdutivas em cultiváveis, ela e sua família passaram então a intensificar o trabalho com agrofloresta. Hoje, passados oito anos, existem em seu terreno cerca de 50 espécies, entre nativas e frutíferas. Para melhor aproveitar sua produção, que é diversificada e constante, porém em pequena quantidade, Ivonete resolveu beneficiar toda a produção na propriedade. Dessa forma, consegue reunir mais valor aos produtos e obtém um lucro satisfatório: "Com a produção de um único pé de cajá, eu apurei aproximadamente dois salários mínimos, fazendo polpas, doces, geléias, licores e sucos. E se tivesse um freezer teria ganhado muito mais".

Com um espírito inovador, ela está sempre criando receitas: "Antes eu usava a palma apenas para alimentar os animais. Hoje, sei que ela serve para alimentação humana porque é rica em vitamina A, e também auxilia no tratamento de algumas doenças. Da palma eu aproveito tudo: vendo o fruto, faço sucos, geléias e também co-

cadras. Com a folha eu faço desde saladas até farofas". Em razão do sucesso de suas receitas, sempre participa em programas de rádio, nos quais dá dicas de como ter uma alimentação saudável aproveitando os recursos da região. Frequentemente, também é convidada para assessorar cursos de beneficiamento em outras instituições.

A comercialização dos produtos por ela beneficiados é realizada na Feira Agroecológica de Serra Talhada, localizada no Sertão Central de Pernambuco. Nesse espaço, são comercializados produtos da agricultura familiar, produzidos sem agrotóxicos nem adubos químicos. Tudo é produzido de forma saudável e sustentável. Considerada uma referência no campo da produção e beneficiamento de produtos agroecológicos, a área de Ivonete é visitada constantemente por agricultores, pesquisadores, técnicos de vários municípios do Nordeste, de outras regiões do Brasil e de outros países. Ela ressalta que este novo jeito de trabalhar a agricultura proporcionou melhoria na renda e na qualidade de vida de sua família. "Hoje, temos hábitos alimentares saudáveis, vendemos e consumimos produtos limpos e de boa qualidade, mas tudo isso só foi conquistado quando aprendemos a conviver com a nossa terra."

Diferentemente de dona Lourdes Negromontes, Ivonete começou há pouco tempo a fazer comercialização direta. Numa pesquisa realizada, em 2003, pelo Centro Sabiá, ela apresentou renda média mensal de R\$ 160,00. Pode-se perceber aí uma grande diferença entre as rendas auferidas por ela e dona Lourdes, que, além do maior tempo de experiência, comercializa no mercado da Capital do Estado, onde é maior a demanda dos consumidores pelos produtos agroecológicos.

Outro aspecto a ser observado na estratégia econômica das duas agricultoras é a melhoria do autoconsumo. Tanto num caso como no outro, evidenciam-se a diminuição de gastos com a compra

de alimentos e uma melhoria na qualidade e na diversidade da dieta da família.

O Papel de Multiplicador/a de Agricultores e Agricultoras nos Espaços de Comercialização Agroecológica

Com o objetivo de estabelecer um recorte no que diz respeito à questão econômica na sistematização do Espaço Agroecológico (feiras agroecológicas), o Centro Sabiá realizou um levantamento sobre o custo da comercialização dos agricultores que desenvolvem sistemas agroflorestais em suas propriedades.

Este levantamento foi realizado nos meses de agosto e setembro de 2003, quando obtivemos informações referentes ao faturamento semanal dos agricultores e seus custos habituais com transporte, fundo de feira e outros. Dentre estes, foram mencionados: venda de produtos de terceiros, aquisição de sacolas plásticas e outras embalagens, gastos com manutenção das bancas, compra de batatas e bonés, pagamentos de empréstimos pessoais feitos ao fundo de feira, entre outros.

As informações obtidas nos dão uma idéia aproximada da renda líquida mensal dos agricultores participantes dos Espaços Agroecológicos (E.A.), não podendo ser adotadas como padrão de renda, mas podendo ser considerado como uma amostragem, já que nem todos os agricultores participaram do levantamento, sobretudo aqueles das outras associações parceiras. Além disso, o levantamento aconteceu em um período curto, dois meses.

As tabelas apresentadas a seguir nos mostram a renda bruta total, obtida por agricultor durante os meses da pesquisa. Dessa renda, são subtraídos os custos de transporte, venda de produtos de

exemplo, podemos destacar a família de Jones e Lenir. Na primeira pesquisa (1998/1999), eles tinham renda média mensal de R\$ 573,50, já na segunda pesquisa (Ago./Set - 2003) apresentaram renda média mensal de R\$ 1.291,00. É válido concluir que nesse período ocorreu um acréscimo na renda de 225%. Essa evolução nos mostra que essas famílias, e tantas outras, estão melhorando de qualidade de vida, a partir de novas relações com o consumidor. Essa dinâmica traz novas possibilidades para que as famílias agricultoras e suas organizações desenvolvam uma Economia Justa e Solidária, com ênfase na participação direta das mulheres e jovens do mundo rural.

O foco do trabalho se baseia na biodiversidade, e a metodologia pressupõe como princípio impulsor o planejamento coletivo da produção e comercialização com todos os membros da família. Isso ajuda a por em xeque as estruturas de poder no interior das famílias, mas não parece ainda ser suficiente para desconstruir concepções fortemente incrustadas sobre o lugar de homens e mulheres e o valor diferenciado do trabalho. Nas propriedades onde existe o planejamento efetivo da produção, vemos que há também processos diferenciados de divisão do trabalho, da renda e inclusive do lazer. Neste sentido, feminismo e agroecologia têm uma possibilidade muito grande de encontro, e nas experiências práticas, o planejamento da produção pode ser um bom instrumento para isso.

Desta forma, acreditamos que uma nova pesquisa em 2006, que leve em consideração a realidade dos médios e pequenos municípios do Estado de Pernambuco, possa nos mostrar novas dinâmicas e processo de Sustentabilidade Econômica e Financeira das famílias agricultoras; sendo essa estratégia desenvolvida pelas organizações dessas famílias, podendo assim propiciar o protagonismo dessas pessoas que constroem novas perspectivas de qualidade de vida, tanto no meio rural como para as populações urbanas.

Essas experiências inovadoras de produção agroecológica possibilitam às famílias agricultoras a melhoria da qualidade de vida e uma gestão mais autônoma e mais próspera de suas economias, o que significa a reelaboração do prazer de ser gente mais alegre e satisfeita, com auto-estima elevada e plantando mais vida para um mundo melhor.

José Aldo dos Santos

Engenheiro agrônomo, mestre em Administração Rural.
Coordenador Geral do Centro Sabiá



**Comércio justo:
entre a solidariedade e a utopia**

Rosemary Gomes

Assessora Nacional da FASE
Animadora da RBSES - Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária
Integrante do Grupo de Trabalho de Gestão do Fórum de Articulação do
Comércio Ético e Solidário-Brasil - FACES do Brasil e do
GT Brasileiro - Grupo de Trabalho Ecosol para o FSM.

Comércio justo: entre a solidariedade e a utopia

O que chamamos de comércio justo?

O comércio justo se define como uma parceria comercial baseada na proximidade, transparência e respeito entre produtores e consumidores, com pretensão de maior igualdade no comércio internacional. As organizações do comércio justo se envolvem ativamente, apoiando os produtores, sensibilizando o público e realizando campanhas em prol da mudança de regras e práticas do comércio internacional.

Por trás dessa parceria comercial está uma série de bandeiras específicas relacionadas a um novo padrão de desenvolvimento. A principal delas é a promoção do desenvolvimento sustentável, oferecendo melhores condições de trocas, criação de novos mercados e garantias de direitos aos produtores/trabalhadores.

“O Comércio Justo procura criar os meios e oportunidades para melhorar as condições de vida e de trabalho dos produtores, especialmente os pequenos produtores desfavorecidos. A sua missão é a de promover a equidade social, a proteção do ambiente e a segurança econômica através do comércio e da promoção de campanhas de conscientização” (definição da NEWS! - Network of European World Shops, a rede europeia de lojas de CJ).

Assim, os princípios do comércio justo são (ainda segundo a NEWS!):

1. o respeito e a preocupação pelas pessoas e pelo ambiente, colocando as pessoas acima do lucro;

2. o estabelecimento de boas condições de trabalho e o pagamento de um preço justo aos produtores (um preço que cubra os custos de um rendimento digno, da proteção ambiental e da segurança econômica);
3. a abertura e transparência quanto à estrutura das organizações e todos os aspectos da sua atividade, e a informação mútua entre todos os intervenientes na cadeia comercial sobre os seus produtos e métodos de comercialização;
4. o envolvimento dos produtores, voluntários e empregados nas tomadas de decisão que os afetam;
5. a proteção e a promoção dos direitos humanos, nomeadamente os das mulheres, crianças e povos indígenas;
6. a conscientização para a situação das mulheres e dos homens como produtores e comerciantes, e a promoção da igualdade de oportunidades entre os sexos;
7. a proteção do ambiente e de um desenvolvimento sustentável está subjacente todas as atividades;
8. a promoção de um desenvolvimento sustentável, mediante o estabelecimento de relações comerciais estáveis e de longo prazo;
9. a promoção de atividades de informação, educação e campanhas; e
10. a produção, tão completa quanto possível, dos produtos comercializados no país de origem.

As organizações do comércio justo pretendem garantir esse conjunto de princípios por intermédio de um sistema próprio. As entidades de certificação exercem um controle junto aos seus parceiros, enquanto os atacadistas e as lojas alternativas se comprometem a trabalhar dentro das condições pré-definidas, colocando toda a informação à disposição de seus clientes ou consumidores.

Produtos comercializados no comércio justo

Os produtos comercializados variam do café e do chá ao papel reciclado, do caju ao artesanato, do cacau ao vestuário, da música étnica aos jogos didáticos.

O comércio justo foi responsável pela geração, entre as "World Shops" (lojas) europeias, de 15 milhões de dólares de volume de negócios em 1996.

Mesmo com o grande aumento desse tipo de comércio nos últimos anos e da importância da iniciativa para os pequenos produtores dos países do sul, o "fair trade" ainda constitui um mercado de nicho, absorvendo apenas 0,02 % de todo o comércio internacional (BOWEN, 2001).

Origens do comércio justo (fair trade)

O movimento, nascido no norte da Europa há cerca de quarenta anos, envolve hoje cerca de seis centenas de produtores no hemisfério sul, múltiplas organizações de exportadores e importadores e perto de 4.500 "world shops" (lojas de comercialização de produtos "solidários") na Europa.

Nessas lojas, o voluntariado coabita com a profissionalização.

Apesar da falta de enquadramento institucional desta forma de cooperação, o movimento do comércio justo conta, na maioria dos países europeus, com um considerável grau de reconhecimento público.

Até o início dos anos 1990, o comércio justo era considerado um movimento de poucos militantes utópicos em defesa de um ideal inatingível – a busca pelo preço justo no mercado internacional, ou seja, promover a justiça entre desiguais. Atualmente, podemos destacar duas estratégias diferentes no movimento do comércio jus-

to: de um lado, a comercialização integrando redes de lojas específicas e, de outra parte, a distribuição em grandes e médios supermercados (por meio da logomarca Max Havelaar).

Essas estratégias estão relacionadas com a ampliação e repercussão das redes de Economia Solidária, em especial na Europa e na América Latina, e com o aumento, a partir do ano 2.000, na Europa, de várias novas empresas administradas majoritariamente por jovens. A partir daí, o comércio justo na Europa ganhou nova dinâmica pelo uso de métodos oriundos do marketing, por exemplo, Alter Eco (¹), especialmente na comunicação com a mídia.

Quais os principais atores no comércio justo internacional?

NEWS!- Network of European World Shops: fundada em 1994, essa estrutura coordena 15 associações nacionais e regionais de "world shops", oriundas de 13 países europeus.

IFAT - International Federation for Alternative Trade/ Federação Internacional para o Comércio Alternativo: agrupa 148 organizações (2/3 das quais de produtores do sul) de 48 países da Europa, América do Norte, África, Ásia e América Latina.

EFTA - European Fair Trade Association: associação de importadores europeus.

Max Havelaar – selo de produtos certificados para o comércio justo, criado em 1988, na Holanda, em um programa promovido por Sólidarietà (²) e que atualmente promove a distribuição de produtos alimentares nos grandes canais de distribuição da Europa.

FLO - International Fair Trade Labelling Organisation: fundada em 1977, a FLO atualmente coordena os diversos selos de fair trade em 14 países europeus, Canadá e EUA.

As "world shops" (tendas ou lojas) de comércio justo: são lojas de "fair trade", também conhecidas como tendas do mundo ou lojas de produtos solidários.

Essas lojas orientam a sua atividade por um conjunto de critérios:

1. a loja apóia a definição e os princípios do comércio justo por intermédio da sua missão, valores, material de divulgação e atividades;
2. a função principal da loja é a promoção do comércio justo, pela venda de produtos comercializados de modo justo ("fairly traded"), da informação e da participação em campanhas de sensibilização;
3. a loja reinveste os seus lucros no circuito do comércio justo, nomeadamente no fortalecimento das estruturas de importação e produção e na melhoria das infra-estruturas e serviços acessíveis aos produtores; e
4. a loja informa o público sobre os seus objetivos, a origem dos produtos, os produtores e o comércio mundial. Ela apóia as campanhas que promovem a melhoria da situação dos produtores, bem como as que visam a influenciar as políticas nacionais e internacionais.

Os três componentes do comércio justo são indissociáveis: as vertentes de informação/conscientização e participação em campanhas devem necessariamente acompanhar a vertente de comercialização dos produtos "solidários".

Acreditamos que, mesmo na Europa, o antigo trabalho voluntário de jovens e idosos nessas lojas é substituído cada vez mais pelo trabalho profissional, com as garantias e direitos trabalhistas. As lojas europeias cumpriram e ainda cumprem um papel-chave na educação do consumidor responsável, crítico e solidário. Na

1 Ficha sobre conceitos, elaborada por Pauline Grosso, no âmbito do convênio SUD-ABONG.

2 <http://homepage.esoterica.pt/~cida/cjusto.html>

3 Agência de cooperação internacional holandesa.

América Latina, parece-nos fundamental a organização desse tipo de lojas como canal de distribuição e educação, organização de cooperativas de consumo, compras coletivas e entidades cujo objetivo seja a organização/educação dos consumidores. Por outro lado, a sustentabilidade dessas lojas, como empresas, está ameaçada pela ampliação do mercado de produtos do comércio justo nas grandes cadeias de distribuição. Uma das propostas para resolver essa nova concorrência é o reforço dos princípios do comércio justo e um novo selo, agora mais focado na inserção e protagonismo dos agentes produtivos organizados e menos com a referência aos países de origem dos produtos oferecidos nessas prateleiras dos supermercados.

Principais dúvidas sobre a estrutura do sistema internacional de comércio justo

- Em um mundo pautado pela economia capitalista, podem co-existir mercados?
- Como realizar trocas justas entre parceiros desiguais (de países do norte e do sul) sem mudar primeiro as regras do mercado internacional?
- O que significa preço justo para os produtores do sul e para os consumidores do norte?
- Podemos apostar na mudança desse mercado globalizado na perspectiva de uma globalização da solidariedade?
- As lojas de comércio justo devem ser sociedades anônimas ou cooperativas?
- Existe na Europa o perigo de a educação dos consumidores passar da fase de sensibilização do consumo cidadão para um marketing simplista centrado no aumento das cifras de negócios das lojas?

- Estamos realmente inserindo nos nossos debates as questões relacionadas aos padrões hiperconsumistas? (Levando em consideração a idéia de que em questão de volume eles estão fortemente concentrados nos países do norte e que são, sem dúvida, um dos principais fatores de degradação do meio ambiente).
- Nossos parceiros dos países do norte não estariam demasiadamente preocupados com a abordagem dos direitos ao consumidor, usando para isso um sistema de acreditação, certificação e selo com uma focalização por demais etnocêntrica, derivada provavelmente da divisão internacional do trabalho - produção nos países do sul e o consumo nos países do norte?
- Até que medida a certificação é uma exigência de garantia dos critérios de justiça e não de exclusão social, especialmente para as famílias produtoras dos países periféricos?
- Como fortalecer novas relações sul-sul e norte-norte no movimento do Comércio Justo Internacional? E como resolver a questão do financiamento desses processos, visto que as agências de financiamento se localizam no norte?
- E, no Brasil, por que a maioria das experiências tidas como de comércio justo estão separadas do chamado comércio solidário, que integra o movimento nacional de Economia Solidária?
- Que relação poderemos estabelecer entre esse movimento internacional e as nossas necessidades regionais, com a plataforma de segurança alimentar, com a reconstituição de cadeias produtivas, com foco no desenvolvimento local e regional?

- A efetivação de sistemas nacionais de certificação participativa, adoção de selos nacionais e a definição de estratégias de comercialização local/regional podem se integrar e fortalecer também os processos e o movimento internacional do comércio justo?

Como tentativa de responder a esses questionamentos, surge o FACES do BRASIL - Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário no Brasil (4)

Pelas razões inventariadas há pouco, entre outras, "comércio justo" é uma expressão ainda relacionada a certa desconfiança aqui no Brasil. Os produtos e cadeias produtivas que mais aparecem no mercado internacional com a marca de comércio justo são aqueles que envolvem grandes indústrias ou médios produtores. Na maioria das vezes, os beneficiados não representam os pequenos agricultores familiares, extrativistas ou os pequenos produtores urbanos.

Para muitos o comércio justo no Brasil ainda está fortemente vinculado ao marketing da responsabilidade social de grandes empresas, enquanto, para outros atende somente aos anseios dos consumidores dos países do norte, que, comprando dos países mais desvalidos, se sentem contribuindo para um mundo melhor. E para outros, ainda, são as grandes distâncias geográficas e as diferenças culturais que impedem a maior proximidade e transparência entre produtores e consumidores (um dos princípios do comércio justo); uma relação sempre intermediada pela estrutura de importadoras, trabalho de certificadoras, interesses das lojas etc., cuja maioria é oriunda dos países do norte.

Apesar de tais reações, existem uma recuperação ou releitura desses princípios do comércio justo e um trabalho de sensibilização

4 Retirado parcialmente do texto elaborado por Felipe Sampaio. (Fundação Lindolfo Silva - Contag) como contribuição para o folder de apresentação do FACES do Brasil.

em curso no Brasil, ora reforçado no interior das redes de economia solidária e com foco central no desenvolvimento local, ora na organização de fóruns e eventos temáticos no interior do novo Governo federal.

De qualquer forma concordamos todas com a noção de que comércio justo ainda é um conceito em formulação no Brasil, mesmo considerando que já existem produtos brasileiros – como o café, o suco de laranja, a aguardente, artesanatos etc. – que se destacam nas lojas da Europa.

Outro aspecto interessante é que essas lojas integram produtos do comércio justo (aqueles que possuem o selo) e produtos chamados "solidários" (definidos pelos seus países de origem ou pelos grupos de agentes beneficiados (mulheres, negros,...) porém sem o selo de certificação.

No Brasil, essas Lojas Solidárias ainda são muito poucas, mas podemos destacar algumas como: a Loja da Reforma Agrária, em São Paulo, a Loja da Visão Mundial no Recife, a Loja da Rede Sol, em Curitiba, as quais, além da alternativa de comercialização para os pequenos produtores rurais e urbanos, também divulgam a proposta e atuam na formação de um novo tipo de consumidor.

O Governo brasileiro tem um histórico de pouco apoio às atividades das ONGDs (5) e não existiam, até muito recentemente, programas que incluíssem a Educação para o Desenvolvimento. (6)

Na tentativa de construir um conceito brasileiro para o que chamamos no plano internacional de comércio justo, surge o conceito de comércio justo, ético e solidário.

5 Organizações não-governamentais de desenvolvimento.

6 Reconhecemos que nesses poucos meses do Governo Lula, pelo menos três ministérios já possuem secretarias com ações voltadas para a educação para o desenvolvimento: MMA – Secretaria de Comércio e Meio Ambiente; MTE – Secretaria Nacional de Economia Solidária / Senaes e no MDA – Secretaria de Apoio à Agricultura Familiar.

Em linhas gerais, o comércio justo, ético e solidário parte da hipótese de que grande parte da miséria, da devastação ambiental e da massificação cultural do nosso mundo globalizado é resultado de relações comerciais injustas, entre pessoas, empresas e nações. Sendo assim, admite a suposição de que será este mesmo mercado o cenário das transformações que desejamos, e que a reconstrução de um mercado justo e equitativo será conquistada a partir da restauração coletiva da qualidade ética dessas relações, apoiada num Estado atuante a favor da eliminação das desigualdades sociais.

O comércio justo, ético e solidário, portanto, não se constitui de um conjunto de ações de caráter filantrópico, nem se trata de uma nova abordagem comercial segmentada, restrita a pontos de venda e consumidores privilegiados e engajados. O comércio justo, ético e solidário é uma estratégia da sociedade para a constituição do mercado a serviço do bem-estar das pessoas e da conservação do meio ambiente.

Para isso, o comércio justo, ético e solidário promove a sinergia e o debate entre linhas de ação, como os movimentos orgânicos, ambientalistas, desenvolvimento territorial, sistemas de certificação, acordos de comércio internacionais, facilitando o diálogo entre os diferentes esforços, que têm como objetivo o desenvolvimento local sustentável ou a redução da miséria e das desigualdades sociais.

Comércio justo, ético e solidário – preocupações e princípios

O comércio justo, ético e solidário está baseado em princípios como a erradicação do trabalho infantil e do trabalho escravo; eliminação das discriminações de raça, gênero e religião; preservação da saúde das pessoas e do ambiente; eliminação dos níveis de intermediação comercial especulativa; garantia do pagamento de preços justos aos pequenos produtores; respeito aos direitos trabalhistas;

respeito às identidades históricas e culturais locais e regionais; valorização das dimensões não geográficas do território; fortalecimento das capacidades de escolha e planejamento das pessoas; estímulo ao surgimento de formas associativas e cooperativadas; apoio ao desenvolvimento e oferta de ferramentas de conhecimento e de tomada de decisão; garantia dos fluxos multidirecionais de informações entre os agentes envolvidos, entre outros.

Comércio justo, ético e solidário – um conceito para o Brasil

Estratégia de empoderamento dos trabalhadores assalariados, pequenos produtores urbanos e rurais e agricultores familiares, que se encontram em desvantagem econômica ou marginalizados pelo modelo de mercado globalizado predominante, baseada em:

- relações comerciais éticas e co-responsáveis entre os diversos agentes da cadeia produtiva e entre nações;
- remuneração justa e digna para quem produz e composição de preços transparente para quem consome, contribuindo para a restauração dos níveis de solidariedade e cidadania no interior da sociedade;
- respeito às diversidades culturais e históricas e reconhecimento do valor do saber e da imagem das comunidades tradicionais;
- defesa da convivência sustentável entre as pessoas e o meio ambiente;
- promoção do diálogo entre quem produz e quem consome, como forma de se contrapor ao conceito de sucesso e prazer, baseado na competição e no consumo massificado, em favor de um modelo de mercado livre para todos, a serviço da felicidade e da liberdade de todas as pessoas.

O Fórum de Articulação para o Comércio Ético e Solidário do Brasil – FACES do Brasil resultou do encontro de diversas experiências e iniciativas privadas e governamentais que vêm acontecendo deste 2000 no Brasil, não só relacionadas diretamente com comércio justo, ético e solidário internacional, mas também as associadas com a implementação de políticas e projetos voltados para o fortalecimento das capacidades de pequenos produtores rurais e urbanos de variados setores de atividades.

Ainda em fase de estruturação, o Fórum - FACES do Brasil parte do ponto de vista de que os cidadãos e as organizações do Brasil, bem como as internacionais que atuam no Brasil ou para o Brasil, carecem de um composto referencial com foco no desenvolvimento local sustentável, na eliminação da miséria e da desigualdade social, na conservação do ambiente e no resgate das identidades e culturas territoriais. Esse conjunto inclui princípios, valores, normas, regulamentos, critérios, ferramentas, estratégias e políticas, que garantam a qualidade física e não física dos produtos, processos e relações para um mercado justo e equitativo.

O financiamento do sistema de comércio justo

Tradicionalmente, o financiamento é um assunto delicado no meio das ONGs e no movimento do comércio justo em particular. Quais são os financiadores “desejáveis”? Quais devem ser excluídos por motivos éticos ou outras razões? No comércio justo, as respostas a estas perguntas são procuradas de maneira mais ou menos recursiva: não é recomendável aceitar donativos de cadeias de supermercados, por exemplo - embora lutemos para colocar os nossos produtos nas suas prateleiras. Na América Latina, por exemplo, não existe, como na Comunidade Européia, financiamento das atividades relacionadas com a comercialização das suas linhas de

financiamento para a Educação para o Desenvolvimento. Encontramo-nos totalmente dependentes dos fundos públicos, da construção de sistemas de financiamento solidário, do apoio dos importadores ou das nossas próprias economias para financiarmos os nossos orçamentos. E quando estas fontes não existem?

Para isso seria preciso investir em sistemas integrados de finanças éticas e solidárias; sistemas em que o cooperativismo de crédito e os atuais programas de microcrédito incluíssem nas suas linhas de financiamento recursos para projetos e experiências em cuja centralidade estivesse o atendimento de demandas coletivas dos territórios locais e não apenas de iniciativas individuais ou econômicas isoladas; ou seja, no apoio ao fortalecimento de redes produtivas e nos complexos e pólos cooperativos das diversas regiões.

Na Europa, as “world shops” são geralmente geridas por ONGs ou cooperativas. Na América Latina, com a ampliação do setor cooperativo associado ao movimento da Economia Solidária, as organizações de base – como cooperativas, associações de produtores, redes estaduais e municipais de Economia Solidária e até as associações de moradores – parecem ser a alternativa. Isso nos traz de volta o velho impasse: como aumentar as escalas e financiar os custos?

A resposta à escala poderia ser dada pela reestruturação dos sistemas públicos de apoio aos pequenos e microempresários incorporando também as cooperativas e associações produtivas nos processos de desenvolvimento local; planejamentos da produção regional, consórcios municipais, sistemas de informação, agências públicas de fomento para capacitação/treinamento com os convênios com as universidades para o desenvolvimento de novos produtos e serviços. Algumas dessas experiências já existem, todavia sem a necessária articulação e colaboração entre essas iniciativas num

mesmo território. Por outro lado, a pouca divulgação dessas experiências dificulta o efeito multiplicador que poderiam potencializar.

As empresas de autogestão apoiadas pela ANTEAG⁽⁷⁾ poderiam ser inseridas também nesse contexto, no qual a colaboração pode ser para dentro do sistema (entre as várias empresas associadas) e para fora entre essas empresas e demais grupos e cooperativas do mesmo território ou da mesma cadeia produtiva.

Desafios do comércio justo⁽⁸⁾

Durante as três primeiras versões do Fórum Social Mundial – POA, um conjunto de entidades denominado GT-Brasileiro Eco-sol/FSM organizou, juntamente com outras 17 redes internacionais promotoras/fomentadoras de experiências de Economia Solidárias nos cinco continentes, uma série de eventos (seminários, oficinas e painéis) sobre o comércio justo e durante o III FSM foi sistematizada uma plataforma de desafios comuns que listamos na seqüência:

- a necessidade de utilizar o comércio justo como impulso de transformação das regras do comércio internacional; ou seja, o comércio justo deve se desenvolver como verdadeiro movimento social;
- O comércio justo deve assumir um papel de educação dos consumidores. Deve sempre lançar campanhas destinadas à conscientização e responsabilidade da sociedade e pressionar as grandes empresas e os poderes públicos;
- aliança entre organizações internacionais de credenciamento (rotulagem e elaboração de padrões) que têm como objetivo

7 Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária.

8 Retirado do documento de síntese dos eventos de comércio justo no III FSM, eventos promovidos pelo conjunto de 18 Redes Puxadoras de Economia Solidária com representantes dos 5 continentes.

- 1 promover e garantir que as preocupações com as questões do comércio justo façam parte do comércio internacional;
 - 2 procurar uma cultura de crescente melhoria profissional entre as organizações e membros;
 - 3 articular os selos de comércio justo, criando maneiras de certificação adaptadas, isto é, com baixo custo e equidade; e
 - 4 troca de informações sobre os pontos acima abordados;
- aliança necessária com outras redes de produtores, de forma a intercambiar informações de todas as etapas relativas ao comércio justo.
 - trabalhar sobre a questão da redução dos custos de certificação, como por exemplo,
 - 1 reduzir as exigências de documentação para pequenos proprietários e comunitários;
 - 2 promover credenciamento de certificadores em âmbito local;
 - 3 ampliar a oferta comercial;
 - 4 apoiar modelos de certificação que sejam mais baratos como, por exemplo, certificação de grupo;
 - 5 formar auditores locais;
 - aliança necessária com o consumidor (grupo de compradores, associação de consumidores, rede de supermercados) para fechar o ciclo produtivo;
 - implementação de estruturas de distribuição coerente com os princípios do comércio justo;

- desenvolvimento do comércio justo em âmbito local, para em seguida alcançar níveis superiores – regional, nacional e internacional. Desta forma, os produtores poderão atingir vários mercados, não ficando presos a um só canal de distribuição, fazendo alianças em seus países e internacionalmente também;
- sinergia entre o comércio justo e agricultura orgânica, dois movimentos que se completam e contribuem para o desenvolvimento sustentável ecológico e socioeconômico; e
- finanças solidárias, que ajudem o comércio justo a obter meios de independência e desenvolvimento autônomo.

Como podemos perceber, pela agenda dos desafios delineados, nossos companheiros das redes internacionais também se preocupam com os rumos do movimento do comércio justo e esperamos que a máxima que inaugurou o início do movimento de comércio justo – “que os produtores pobres estão nos países do sul e os consumidores ricos nos países do norte” – seja mais do que mera constatação e passe a ser uma realidade a ser modificada. Acreditamos que o futuro do movimento pelo comércio justo está no fortalecimento, tanto nos do norte como nos países do sul, de mercados nacionais, regionais e locais que garantam aos produtores e consumidores a justiça social e a qualidade global dos produtos. Os fatores de proximidade, “subsidiariedade” e de solidariedade permitiram regular melhor a produção e a distribuição, em virtude das necessidades das comunidades e dos seus territórios. É nesse sentido que criar relações entre os produtores, comerciantes, consumidores, organismos de apoio e os poderes públicos (com objetivos que extrapolam as questões de geração de renda, que acima de tudo reforcem projetos de desenvolvimento local integrado e sustentável) nos parece chave para o Brasil.

Seguramente, no Brasil, como em todos os países, sempre haverá produtos que podemos e deveremos exportar assim como importar, e, para isso, o Comércio Justo Norte-Sul continuará cumprindo importante papel, porém para nós será uma parte desse novo sistema global de comércio justo que queremos ajudar a construir.

Rosemary Gomes

Assessora Nacional da FASE
Animadora da RBSES - Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária
Integrante do Grupo de Trabalho de Gestão do Fórum de Articulação do
Comércio Ético e Solidário-Brasil - FACES do Brasil e do
GT Brasileiro – Grupo de Trabalho Ecosol para o FSM.



**Cooperativismo,
Agricultura Familiar e Desenvolvimento**

Neyde Nery

Psicóloga e Diretora Executiva da ASSOCENE

Cooperativismo, Agricultura Familiar e Desenvolvimento

Que perspectiva escolher para interligar os temas da Oficina e possibilitar a emergência de conteúdos que nos vêm instigando a reflexão?

1 – Supomos que a vida está organizada e se desenvolve em uma rede de relações

As trocas realizadas através dos fluxos da rede são multidimensionais, envolvendo não apenas bens e serviços - como quer a lógica utilitarista economicista - mas todo um universo simbólico de significados culturais e de desejos.

Isto nos convida a aprofundar nossa visão de contexto acerca dos micro e macro processos sociais, os quais tanto propagam como excluem conhecimentos científicos, crenças do senso comum, diferentes hábitos, lógicas e racionalidades.

Vale a pena nos perguntar e tentar lembrar o que mais tem sido excluído...lembranças de nossa infância, relatos de nossos avós, histórias e conhecimentos de nossos ancestrais, dos povos que olhavam para a terra e para o céu, buscando compreender o significado de suas existências...

2 – A condição humana básica é a de viver em relação.

São os vínculos, portanto, que dão suporte ao surgimento de organizações sociais - que se desenvolvem sob a influência decisiva do contexto. Dessa forma, é imprescindível incluir na reflexão sobre as relações de interesse, de mercado e de poder (ícones da moder-

nidade) os laços que estruturam a vida econômica e social em toda sua expressão de ambivalências e conflitos, desde o campo cognitivo aos valores morais e a comunicação interpessoal.

3 – Existe grande e diversa quantidade de experiências associativas que demonstram ser possível, necessária e viável uma lógica de convivência baseada no fortalecimento da reciprocidade, da solidariedade orgânica, da capacidade de nos relacionar de forma positiva e satisfatória para todos. Essas experiências normalmente são compreendidas como referenciais, mas, no nosso entendimento, isso é uma forma de reduzir a importância de que elas em si já configuram um novo paradigma em ação.

Partindo dessas escolhas, que elementos do cenário nos chamam a atenção?

1 – O esgotamento da credibilidade de dois paradigmas estruturantes da chamada modernidade: o Estado como regulador social e o crescimento econômico baseado na lógica do mercado.

É importante lembrar que o Estado e o mercado contribuíram para desqualificar a lógica associativa e para burocratizar os sistemas cooperativos e associativos, pela imposição de regras rígidas de funcionamento administrativo e jurídico, e do controle sobre os instrumentos de incentivo e financiamento. Atuando dessa forma e conjuntamente, reprimiram e controlaram os impulsos e iniciativas associativas e cooperativas, impuseram a globalização de padrões de produção e consumo insustentáveis, o que vem destruindo a diversidade biológica e social e gerando cada vez mais exclusão e infelicidade.

Logo, a regulação social que o mercado se propunha realizar, em substituição ao Estado, está desmascarada e produz os mais graves estragos já produzidos sobre as instituições sociais, sobre os sistemas de crenças e de regras que asseguravam a unidade do sistema eco-social, sobre a humanidade, enfim. A lógica produtivista do excesso criou o descartável e joga com a ilusão do acesso aos objetos. Sendo auto-centrada, com um fim em si mesma, esta lógica não consegue regular a complexidade das trocas sociais, as pressões decorrentes da diversidade de identidades e interesses que encontram eco nos movimentos sociais que acolhem os anseios por justiça social e democracia.

Dessa forma, o sentido do esgotamento desses dois paradigmas não é o da perda de sua hegemonia, mas o de que a anunciada promessa de solução dos problemas da humanidade não consegue se viabilizar. Ao contrário! Quanto mais se insiste, aplicando a força nos mesmos pontos, concentrando riqueza e poder, mas o sistema resiste – ensejando situações tão desestruturantes que chegam a romper importantes elos de sustentação da vida no Planeta.

2 – A agricultura familiar continua sendo estratégica pela fonte energética que produz - os alimentos de que a humanidade necessita para criar, trabalhar, viver – e pelo seu papel na conservação e preservação dos recursos genéticos dos reinos vegetal e animal.

A segurança alimentar e nutricional é uma questão de soberania nacional, porém, quando o objetivo principal é o de realizar negócios e não a sustentação da vida, fragiliza-se toda uma cadeia alimentar, seja pela submissão a interesses externos, seja pela imposição de matrizes tecnológicas insustentáveis, especialmente quanto

à dependência de fontes de energia não renováveis e a utilização de sementes transgênicas e outros insumos alienígenos.

3 – A experiência associativa continua a inspirar o desenvolvimento de relações de confiança, lealdade e solidariedade

Observamos cada vez mais o surgimento de inovadoras e diferentes formas de cooperação nos diversos campos da experiência humana – tanto no meio rural como urbano. Experiências de Economia Solidária, de produção e consumo responsáveis, redes de troca, experiências inovadoras em educação, saúde, comunicação, cultura...

É instigante tentar compreender como, neste contexto, as pessoas dão o melhor de si, mas estão “muuuuuito” atarefadas...imersas nas demandas do cotidiano, muitas vezes para atender a requisitos burocráticos externos, tornando muito difícil o aprofundamento dessas experiências.

É como se fosse necessário ampliar a visibilidade dos processos que geram e cuidam da vida, formular canais de diálogo nos quais as ambivalências e os conflitos possam se constituir em fontes de aprendizado na substituição dos padrões de destruição da vida.

Como transformar esses padrões desconstrutivos a partir de nós mesmos?

Como efetivamente aprender a viver juntos? Esta tecnologia tão importante para a sobrevivência da humanidade ainda não foi incluída nas escolas...

No nosso entendimento, todo o patrimônio de conhecimento e sabedoria acumulado ao longo dos tempos, o próprio projeto de humanidade, está ameaçado pelo desequilíbrio nessas relações de convivência. Então, compreendemos que é uma agenda prioritá-

ria para cada um de nós e para os processos educativos, temas tais como:

- o investimento na compreensão concreta da interdependência – como é o sistema de trocas – envolvendo pessoas, organizações e a natureza – como nos reconhecemos dentro deste sistema, como estamos nos alimentando (pensamentos, emoções e ações, que satisfações e tensões têm sido geradas), e como estamos alimentando externamente o fluxo dessas relações...
- o desenvolvimento de habilidades mentais para ampliar o espaço de criação e ressignificação permanentemente das paisagens interna e externa... para superar o conservadorismo e a cristalização de padrões limitantes.

Percebemos que as organizações surgem como um impulso criativo das pessoas...isto é, em um dado momento, a análise que elas fazem de sua realidade é a de que esta pode ser modificada pela introdução de uma nova variável, que é a criação de um novo significado para seus vínculos...e assim se criam as estruturas...mas, com o passar do tempo, ocorre um grave risco de as estruturas se tornarem mais importantes do que os vínculos, passando a reproduzir o paradigma conservador, a visão de mundo limitante e autocentrado.

Por isso, o aprendizado tecnológico, da gestão econômica e político-institucional, precisa ocorrer de forma inseparável do aprendizado de ampliação da lucidez do sujeito que cria tecnologias, bens e serviços.

Compreendemos, assim, que um programa de formação em diálogo poderia ser incluído em nossa agenda comum, atuando em quatro níveis inter-relacionados – individual, interpessoal, sociopolítico e ambiental – e envolvendo livremente pessoas que trazem ex-

periências e perspectivas de diversos campos de atuação: produção, consumo, artes, saúde, educação, cultura, tecnologias...como formulou o físico David Bohm, no campo do diálogo "a posição igual e "espaço livre" são os pré-requisitos mais importantes". Bohm acreditava que, levados adiante em escala suficiente, tais Diálogos ajudariam a superar a fragmentação na sociedade.

4 – As pessoas sempre buscam o bom e o agradável

Entendemos que essa é a marca característica da condição humana: a busca da felicidade. A Modernidade empurrou a níveis extremos o conceito de liberdade individual como estratégia de mercado. Como diz o professor Paulo Henrique Martins, da UFPE, analisando a lógica utilitarista das relações de mercado: "quanto mais individualistas, menos precisamos de combinar com alguém o que comprar, mais temos poder de decidir sozinhos como gastar nosso dinheiro".

As estratégias de marketing visam a manipular nossas mentes, fazendo-nos acreditar em necessidades induzidas como sendo legitimamente nossas e na felicidade que pode ser adquirida pelo valor dos objetos...então, melhor não combinar nada com ninguém e ir logo comprar...mais e mais, descartando e comprando mais...fast...

No paradigma da solidariedade, ao contrário, o indivíduo é parte e reflete o todo. É compreendido em sua singularidade, valorizado em seu talento e em sua criatividade para promover benefícios materiais e imateriais para si e para os outros. Sua criatividade também está relacionada à contribuição que o ser humano pode dar para manter a integridade da vida. Isto, porque baseada em uma regra infalível da convivência humana: a do dar, receber e retribuir. Esta regra contribui para se compreender a necessidade de superar

a dicotomia entre indivíduo e sociedade, sujeito e objeto, observador e observado. É uma contribuição que a Antropologia e a Sociologia nos brindam com suas pesquisas, fundamentando um princípio estruturador de toda a sociabilidade e comunicação humanas, desde o início dos tempos, e que encontra sintonia com os mais avançados estudos científicos sobre a potencialidade ilimitada de vida gerar vida.

Fortalecendo essas crenças e amplificando seu potencial criativo nas relações sociais, acreditamos que é possível reconstruir muitos elos que a exclusão vem criando há muitos séculos; alinhando cabeça e coração, criando integridade e habilidade pessoal para gerenciar no dia-a-dia fluxos de sabedoria e abundância - que se multiplicam exponencialmente nas redes, tocando e integrando todos e todas... mais e mais...antes que seja tarde demais !

Neyde Nery

Psicóloga e Diretora Executiva da ASSOCENE



Carta de Fortaleza

Carta de Fortaleza

Reunidos no I Seminário Internacional de Socioeconomia Solidária do Ceará, queremos reafirmar, unidos a milhares de companheiras e companheiros de todo o mundo a idéia de que uma nova economia é possível.

Durante os dias em que nos encontramos, de 08 a 12 de novembro de 2005, em Fortaleza, Ceará, tivemos a oportunidade de compartilhar experiências e debates, com a presença de 334 pessoas, 196 mulheres e 138 homens, de sete países, representando 94 organizações populares, entidades de apoio e órgãos de governo, num clima harmônico de convivência, resgate e celebração da cultura popular e profundo debate sobre a Socioeconomia Solidária.

Nos debates e reflexões, que aqui compartilhamos, compreendemos que o ser humano se experimenta como uma tarefa em construção de si mesmo a partir da própria significação de sua existência. Um critério norteador prioritário dessa idéia é a satisfação das necessidades básicas, sendo o trabalho entendido como momento constituidor do ser humano como sujeito livre.

Experimentamos hoje a configuração recente da economia capitalista, onde as ações dos agentes sociais são coordenadas pelos mecanismos do dinheiro e do poder. As conseqüências do capitalismo todos e todas as conhecemos, pois as experimentamos no cotidiano de nossas vidas. De modo particular, as mulheres são as mais atingidas pela crescente exclusão econômica e social, produzida pelas políticas neoliberais.

A Socioeconomia Solidária compreende-se então como alternativa a esse sistema, baseada em novas relações de poder, abolindo a divisão do trabalho de homens e mulheres, mediante uma luta articulada com as diversas organizações populares do mundo todo, reforçando uma aliança entre as diversas redes sociais.

Em meio a essa realidade de exclusão, ensaiamos hoje ações públicas no campo da Socioeconomia Solidária. Essas ações estão presentes em sessenta municípios, em quatro governos estaduais e no Governo federal brasileiro, articulados pela Rede de Gestores Públicos de Economia Solidária. Embora se reconheçam os esforços desses gestores públicos, são marcantes os desafios da descontinuidade das ações e projetos e da ampliação e aprofundamento do diálogo entre Governo e Sociedade. Reconhecemos que a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária representa avanço significativo na efetivação desse diálogo, mas precisamos avançar ainda mais na perspectiva da Conferência Nacional de Economia Solidária e da adoção de políticas públicas efetivas no campo da Socioeconomia Solidária.

Analisando nossas experiências, percebemos que os embriões de uma nova sociedade possível podem ser identificados nas diversas ações dos movimentos sociais atuantes na lógica da cooperação e na busca do conhecimento mútuo. Essas experiências compartilham a compreensão do ser humano como um ser essencialmente social, com grande potencial criativo, capaz de estabelecer relações igualitárias, em termo de dignidade humana.

Podemos construir sim, uma nova economia e já a iniciamos; uma economia personalizadora e socializante, baseada no respeito às possibilidades e limites da natureza, nas relações equitativas entre homens e mulheres, na autogestão de iniciativas autônomas de trabalhadoras e trabalhadores, enfim, uma economia que traduz as exigências éticas na vida social e que chamamos de Socioeconomia Solidária.

O desafio é organizar o processo econômico na base de relações solidárias, compreendendo o alcance da Socioeconomia Solidária para além das relações econômicas; uma economia sob controle

social, que busca recriar o mercado e o Estado na perspectiva da sociedade.

Nossas experiências guardam profundo significado pedagógico formulação de uma nova economia possível que precisa ser experimentada e avaliada, no sentido de alcançar uma síntese das concepções e práticas que animam e impulsionam a luta pela transformação do mundo. E estabelecimento, entretanto, da Socioeconomia Solidária exige mudanças de valores e atitudes das pessoas que nela acreditam e dela participam. O desafio é não reproduzir o esquema da economia capitalista, compreendendo o nosso conjunto de responsabilidades coletivas, num movimento capaz de transformar o mundo.

Na perspectiva de ampliar a luta do movimento da Socioeconomia Solidária, os/as participantes do I Seminário Internacional de Socioeconomia Solidária do Ceará trabalharam em mandalas, cada uma com um tema específico, para os quais apresentaram propostas de ação.

Esse conjunto de propostas constitui valioso instrumento para aprofundar os debates e as lutas pelas transformações sociais, mas representa sobretudo o nosso compromisso e a nossa cumplicidade na utopia de um mundo novo possível, fazendo avançar a construção da Socioeconomia Solidária em nossas vidas, como sinal concreto do nosso desejo de justiça, solidariedade e paz.



Rua João Cordeiro, 1285
(85) 3253.2222 • Fortaleza-CE
www.expressoagrafica.com.br

FILIADA À CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO



Socioeconomia Solidária e aqui buscou compartilhar avanços e desafios dessa Rede em se consolidar como movimento socioeconômico, cultural e fortalecer a Socioeconomia Solidária como política pública estratégica para o desenvolvimento do País. Essa discussão ganha ainda mais força ao lermos as contribuições de Ademar Bertucci, representante do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, quando faz um resgate desta organização e analisa o que denomina de três anos de construção de uma outra economia. A metodologia do Seminário foi pensada para que houvesse forte interação de seus/suas participantes, dinamizando debates e favorecendo as trocas de saberes. Assim aconteceu nas mandalas - atividades em grupos onde houve a apresentação de experiências nas áreas de finanças solidárias, ecologia e produção, participação da mulher no movimento de Socioeconomia Solidária, cooperativismo autogestionário e popular, comércio justo e solidário. Além da sistematização das experiências, algumas pessoas contribuíram no sentido de refletir sobre a temática proposta em cada mandala. Resultado disso são os textos de José Aldo dos Santos, Neyde Nery, Rosemary Gomes e José Waldir de Sousa.

Para terminar esta composição, trazemos a Carta de Fortaleza, uma tradução dos sentimentos, dos sonhos, do compromisso de cada um e de cada uma que luta por uma sociedade justa. É também a expressão do que foi o Seminário. O ambiente de troca de saberes e saberes, do reconhecimento e da valorização das múltiplas formas de se fazer e vivenciar a arte e de se construir cultura.

Acreditamos que esta publicação será boa leitura para quem lida com essa temática e também para quem tem sede de reconhecer possibilidades de mudança. E para quem acredita que as relações sociais podem ser transformadas, vejamos então que no Ceará, no Brasil e no mundo outra economia acontece.

Margarida Pinheiro - CETRA
Eudes Xavier - Instituto Florestan Fernandes

Apoio:



Canadian International Development Agency

Agence canadienne de développement international

CETRA



desenvolvimento, sustentabilidade e solidariedade



**Instituto
Florestan Fernandes**